



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GEOPOLÍTICA DE TRINDADE E MARTIM VAZ: AS FRONTEIRAS MARÍTIMAS
ESTENDIDAS E A PRESENÇA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL**

Matheus Magalhães de Oliveira Del Rosso Soares

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, 2025



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GEOPOLÍTICA DE TRINDADE E MARTIM VAZ: AS FRONTEIRAS MARÍTIMAS
ESTENDIDAS E A PRESENÇA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL**

Matheus Magalhães de Oliveira Del Rosso Soares

Orientador: Daniel Abreu de Azevedo

Co-Orientador: Matheus Denezine

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, 2025



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**GEOPOLÍTICA DE TRINDADE E MARTIM VAZ: AS FRONTEIRAS MARÍTIMAS
ESTENDIDAS E A PRESENÇA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL**

Matheus Magalhães de Oliveira Del Rosso Soares

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Prof. Dr. Daniel Abreu de Azevedo (Departamento de Geografia - GEA/UnB)
(Orientador)

Dr. Matheus Denezine (Instituto de Geociências – IG/UnB)
(Co-orientador)

Prof. Dr. Anderson Costa dos Santos (Faculdade de Geologia - FGEL/UERJ)
(Examinador Externo)

Profa. Dra. Selma Lucia de Moura Gonzales (Escola Superior de Defesa - ESD)
(Examinadora Externa)

Brasília, 24 de fevereiro de 2025

SOARES, MATHEUS MAGALHÃES DE OLIVEIRA DEL ROSSO

Geopolítica de Trindade e Martim Vaz: as fronteiras marítimas estendidas e a presença brasileira no Atlântico Sul, XXXXX p. (PPGGEA-UNB, Mestre, Geografia, 2025).

Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, Departamento de Geografia.

1. Geopolítica

2. Poder Marítimo

3. Trindade e Martim Vaz

4. CNUDM

I. PPGGEA-UnB

II. Mestrado

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SOARES, M. *Geopolítica de Trindade e Martim Vaz: as fronteiras marítimas estendidas e a presença brasileira no Atlântico Sul*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2025.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Matheus Magalhães de Oliveira Del Rosso Soares

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Azevedo, pelos anos de orientação e apoio ao meu desenvolvimento tanto acadêmico quanto pessoal. Agradeço também pelas diversas oportunidades que ele me proporcionou, em especial de me inserir no ambiente do Grupo de Estudo e Pesquisa em Espaço e Geografia (GEPEDM), o que me deu a oportunidade de conhecer diversas pessoas que me auxiliaram muito na minha jornada acadêmica.

Agradeço ao Prof. Dr. Anderson Santos, que fez parte da minha banca de qualificação e, desde então, se mostrou continuamente disponível para me auxiliar na pesquisa, incluindo seu apoio fundamental para que eu fizesse parte da comissão que me possibilitou conhecer a Ilha da Trindade. Estendo meus agradecimentos à Prof. Dra. Selma, que gentilmente aceitou participar da minha defesa como avaliadora, e cuja aula tive a oportunidade de assistir durante o período em que estive, no ano passado, na Escola Superior de Defesa (ESD).

Agradeço a todos os membros da Marinha do Brasil que tive a oportunidade de conhecer, cujas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Destaco o Comandante Raphael Rangel, gerente do Programa de Pesquisas Científicas da Ilha da Trindade (PROTRINDADE), por me proporcionar a participação na 135ª Comissão Logística à Ilha da Trindade. Expresso também minha gratidão aos membros do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), a CMG Izabel Jeck, a CMG Ana Angélica Alberoni e o Comandante Luiz Carlos Torres, por me permitirem compreender, de forma mais aprofundada, o trabalho que realizam a quase três décadas, um aspecto central desta pesquisa.

Agradeço a todos meus amigos, mas principalmente aos amigos que considero a família que a vida me deu: Bruno, Beatriz, Gabriel e Zahra. Palavras não são suficientes para expressar o quanto vocês significam para mim. Sem vocês, eu não acredito que teria conseguido concluir esta pesquisa. Seja ajudando a fazer mapas, treinando na academia, jogando basquete, tocando samba pisado, assistindo a jogos de futebol, discutindo sobre música, saindo para comer ou simplesmente me ouvindo reclamar sobre as dificuldades da pós-graduação e da vida como um todo, cada momento foi essencial. Por menor que pareça, todas essas coisas me deram o ânimo para seguir em frente nesse período.

Agradeço aos meus pais, Manoel e Mônica, que, apesar da distância e de todas as dificuldades que enfrentamos, sempre deram e continuam dando o máximo para me ajudar. Por isso, e por tudo mais, sempre amarei vocês. Muito obrigado por cada gesto de apoio e cada palavra de incentivo, que foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Finalmente, agradeço às pessoas que mais amo nesta vida: meu tio Braz, minha avó Maria Helena, minha irmã Monique e meu primo Samuel. Nunca vou conseguir retribuir tudo o que vocês escolheram fazer e continuam fazendo por mim ao longo desses anos, mesmo quando vocês não tinham a obrigação. Vocês são as peças que formam a pessoa que me tornei hoje, por isso serei eternamente grato, e dedico essa conquista a vocês.

RESUMO

As mudanças nas dinâmicas geopolíticas dentro dos espaços oceânicos no século XXI, deram aos mares, oceanos e territórios insulares novos significados, garantindo a potências regionais, como o Brasil, formas de fortalecer o seu poder marítimo. Graças a sua localização estratégica no meio do Atlântico Sul e outras características singulares, Trindade e Martim Vaz detém grande potencial como ferramenta de controle territorial (geopolítico), acesso a recursos econômicos como pesca, recursos fósseis e minerais (econômico), e militar (ponto de apoio distante a tropas), fortalecendo o poder marítimo brasileiro. Sendo assim, o objetivo geral da dissertação é analisar de que modo a expansão das fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz é utilizada como estratégia geopolítica para o fortalecimento do Brasil como potência marítima em seu Entorno Estratégico. Buscando apresentar os clássicos da geopolítica dos mares e o pensamento naval atual, compreender as justificativas para a expansão das fronteiras marítimas da Amazônia Azul na região da Cadeia Vitória-Trindade e analisar geopoliticamente e geoestrategicamente Trindade e Martim Vaz. Para isso, serão realizadas nesta pesquisa as seguintes etapas metodológicas: um levantamento bibliográfico em diferentes formatos de produção literária e científica; uma revisão de escopo em revistas nacionais e internacionais; análises documentais dos pedidos de expansão das fronteiras marítimas brasileiras e dos documentos de defesa nacionais; e realização de entrevistas, para compreender a importância das ilhas para o país e mudanças presentes entre os pedidos de 2004 e 2018. Esta pesquisa almeja também colaborar com a revalorização da geopolítica no Brasil, que atualmente se mostra bastante incipiente no ambiente acadêmico, estando quase que exclusivamente ligada às instituições militares.

Palavras-Chave: Geopolítica; Poder Marítimo; Trindade e Martim Vaz; CNUDM.

ABSTRACT

Changes in geopolitical dynamics within oceanic spaces in the 21st century have given seas, oceans and island territories new meanings, providing regional powers, such as Brazil, with ways to strengthen their sea power. Thanks to its strategic location in the middle of the South Atlantic and other unique characteristics, Trindade and Martim Vaz hold great potential as a tool for territorial control (geopolitical), access to economic resources such as fishing, fossil and mineral resources (economic), and military (distant support point for troops), strengthening Brazilian sea power. Therefore, the general objective of the dissertation is to analyze how the expansion of the maritime borders of Trindade and Martim Vaz is used as a geopolitical strategy to strengthen Brazil as a sea power in its Strategic Surroundings. The aim of this study is to present the classics of maritime geopolitics and current naval thinking, to understand the justifications for the expansion of the maritime borders of the Blue Amazon in the Vitória-Trindade Ridge region, and to analyze Trindade and Martim Vaz geopolitically and geostrategically. To this end, the following methodological steps will be carried out in this research: a bibliographic survey in different formats of literary and scientific production; a scope review in national and international journals; documentary analyses of requests for expansion of Brazilian maritime borders and national defense documents; and interviews to understand the importance of the islands for the country and changes present between the 2004 and 2018 requests. This research also aims to collaborate with the revaluation of geopolitics in Brazil, which is currently quite incipient in the academic environment, being almost exclusively linked to military institutions.

Key Words: Geopolitics; Sea Power; Trindade and Martim Vaz; UNCLOS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama do processo da análise documental	26
Figura 2 – Mapa de localização de Trindade e Martim Vaz, Atlântico Sul	32
Figura 3 – Planta da Ilha da Trindade (1918)	33
Figura 4 – Cadeia Vitória-Trindade	34
Figura 5 – Ocupação britânica nas ilhas do Atlântico Sul	35
Figura 6 – Monumento do Andrada	36
Figura 7 – Primeira expedição à Ilha da Trindade (1916)	37
Figura 8 – Fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz e seus graus de soberania	39
Figura 9 – Carta da ZEE e plataforma continental brasileira e as expansões solicitadas	40
Figura 10 – Mapa das instalações do POIT	41
Figura 11 – Instalações do POIT	42
Figura 12 – Áreas de não concordância com o CLPC	45
Figura 13 – Nova proposta da Plataforma Continental brasileira	46
Figura 14 – Área Pivô de Mackinder	54
Figura 15 – A nova divisão geográfica do mundo de Mackinder	55
Figura 16 – Bacias Oceânicas e Áreas Pivot	57
Figura 17 – Bacias Oceânicas e Áreas Pivot	57
Figura 18 – Tese da Triangulação Insular	58
Figura 19 – O Brasil e os Hemisférios interior e exterior	60
Figura 20 – Permeabilidade natural do território brasileiro	61
Figura 21 – Centros de Poder Sul-Americanos	62
Figura 22 – Entorno Estratégico Brasileiro	63
Figura 23 – Distribuição das reservas de recursos energéticos brasileiros	69
Figura 24 – Divisão territorial dos nove distritos navais	72
Figura 25 – Os atributos do mar e as ameaças à manutenção de uma boa ordem	73
Figura 26 – Mares e oceanos mais estudados nos artigos levantados	76
Figura 27 – Processo da análise documental relacionados a expansão da plataforma continental na região CVT	78
Figura 28 – Linhas delimitadas para a definição da plataforma continental de acordo com a UNCLOS	79
Figura 29 – Perfil batimétrico extraído do MDT da Cadeia Vitória-Trindade	83
Figura 30 – Visualização 3D colorida do MDT da Cadeia Vitória-Trindade	84

Figura 31 – Área de discordância com a CLPC em relação a CVT	85
Figura 32 – Idade das unidades geológicas da CVT	86
Figura 33 – Novas áreas protegidas marinhas do Brasil	89
Figura 34 – Mapa de alerta PREPS	90
Figura 35 – Mapa das medições realizadas pelo MOVAR desde 2004	94
Figura 36 – NPqHo “Vital de Oliveira”	95
Figura 37 – Ilhas oceânicas brasileiras	103
Figura 38 – Cinturão de ilhas britânicas no Atlântico Sul	106
Figura 39 – Zonas Econômicas Exclusivas do Atlântico Sul	107
Figura 40 – Zona tampão brasileira	108
Figura 41 – Zona trampolim do Atlântico Sul	111

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1 – Artigos internacionais encontrados sobre geopolítica dos mares	23
Tabela 2 – Artigos nacionais encontrados sobre geopolítica dos mares	24

Quadros

Quadro 1 – Grupos de Entrevistados	27
Quadro 2 – Data da realização das entrevistas e duração	28
Quadro 3 – Percurso metodológico	30
Quadro 4 – Parâmetros geológicos da plataforma continental estendida	81
Quadro 5 – Critérios para a classificação geopolítica das ilhas	102

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ONU - Organização das Nações Unidas

UNCLOS/CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental

MT - Mar Territorial

ZC - Zona Contígua

ZEE - Zona Econômica Exclusiva

PC - Plataforma Continental

AJB - Águas Jurisdicionais Brasileiras

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

UNASUL - União de Nações Sul-Americana

CDS - Conselho de Defesa Sul-Americano

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro

PROARQUIPÉLAGO - Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo

PROTRINDADE - Programa de Pesquisas Científicas da Ilha da Trindade

LEPLAC - Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

POIT - Ponto Oceanográfico da Ilha da Trindade

ECIT – Estação Científica da Ilha da Trindade

PND - Política Nacional de Defesa

END - Estratégia Nacional de Defesa

LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional

PEM - Plano Estratégico da Marinha

RBM - Revista Marítima Brasileira

DPHDM - Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

CMG - Capitão de Mar e Guerra

APA - Área de Preservação Ambiental

MONA - Monumento Natural

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PREPS - Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite

SisGAAz - Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

GLOSSÁRIO

<u>Termo</u>	<u>Definição</u>
Mar Territorial (MT)	Área que compreende uma faixa de 22 km de largura em que o Estado costeiro exerce soberania plena sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar.
Zona Contígua (ZC)	Área logo após o MT que compreende uma faixa de 44 km de largura em que o Estado costeiro pode atuar a fim de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiras, fiscais, de imigração e sanitários no seu território ou mar territorial.
Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	Área logo após o MT que compreende uma faixa de 370 km de largura em que o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da ZEE para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos.
Plataforma Continental (PC)	Área de extensão variável em que o Estado costeiro exerce direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, que são os recursos minerais e outros recursos vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo. Os direitos do Estado costeiro na plataforma continental são exclusivos no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas atividades sem o expresso consentimento desse Estado.
<i>Soft power</i>	Poder fundado na capacidade de um país de influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros países, baseado na importância de apresentar uma imagem positiva para conquistar a admiração de outras nações.
<i>Hard power</i>	Poder que se manifesta por meio da utilização da força, em que um país impõe a outro com menor capacidade militar e econômica seus interesses políticos.

<i>Outpost</i>	Espaços utilizados para fins comerciais ou militares, como ponto de apoio em partes distantes do seu próprio país ou num país estrangeiro.
<i>Mainland</i>	Refere-se à parte terrestre principal, e geralmente maior, de um país.
Cone Sul	Região composta pelas zonas austrais da América do Sul, composta pelos países presentes na porção sul do subcontinente (Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e a parte do Brasil).
Amazônia Azul	O conceito político-estratégico dos espaços marítimos relacionados ao Brasil que compreendem o mar, o leito e o subsolo marinhos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da plataforma continental brasileira.
Águas Jurisdicionais Brasileiras	São os espaços marítimos e fluviais sobre os quais o Brasil exerce algum grau de jurisdição sobre as atividades, pessoas, instalações e recursos naturais, através do controle e fiscalização pela Marinha do Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. MÉTODOS, METODOLOGIA E RECORTES DA PESQUISA.....	22
2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	22
2.2. METODOLOGIA PROPOSTA	30
2.3. ÁREA DE ESTUDO - SOBRE O RECORTE ESPACIAL, TRINDADE E MARTIM VAZ	32
2.4 - RECORTE TEMPORAL – SOBRE O LEPLAC E OS PEDIDOS DE EXPANSÃO	43
3. A GEOPOLÍTICA DOS MARES E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO NAVAL ATUAL	48
3.1. OS CLÁSSICOS DA GEOPOLÍTICA DOS MARES.....	50
3.1.1. O Poder Marítimo em Alfred Mahan	51
3.1.2. Outros importantes nomes no debate clássico do Poder Marítimo	53
3.1.3. Geopolítica brasileira e o Poder Marítimo	56
3.2. O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL	62
3.2.1. A relevância da América do Sul, África e Antártida para o Brasil	64
3.2.2. Atlântico Sul – Histórico e Perspectivas	67
3.3. NOVOS ELEMENTOS DO PODER MARÍTIMO NO SÉCULO XXI	72
4. A EXPANSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL DE TRINDADE E MARTIM VAZ: GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL.....	77
4.1 A GEOLOGIA COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA.....	77
4.1.1. Critérios geomorfológicos e geológicos para a Expansão da Plataforma Continental.....	77
4.1.2. Análise em relação à região de Trindade e Martim Vaz.....	81
4.2. O MEIO AMBIENTE COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA.....	88
4.3. A CIÊNCIA COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA	91

5. TRINDADE E MARTIM VAZ, SUAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS E A PRESENÇA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL	96
5.1. A GEOPOLÍTICA DOS “BANDEIRANTES DAS LONGITUDES SALGADAS” E A FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS BRASILEIRAS	96
5.2. A ILHA DA TRINDADE EM RELAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO GEOPOLÍTICA DAS ILHAS BRASILEIRAS	101
5.3. ZONA TAMPÃO: TRINDADE E MARTIM VAZ NA SEGURANÇA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL	105
5.4. ZONA-TRAMPOLIM: TRINDADE, MARTIM VAZ E O ENTORNO ESTRATÉGICO	110
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

1. INTRODUÇÃO

Apesar de haver uma diversidade de definições sobre o campo da geopolítica desde sua criação no final do século XIX (Azevedo; Nogueira, 2023), muitos autores convergem quando a apresentam como um campo de conhecimento que busca entender de que modo a geografia afeta a política, as estratégias e as relações entre os Estados e territórios, analisando seus diferentes atores e como interagem entre si (Costa, 1992; Becker, 2012; Grygiel, 2007; Gray, 2013; Sloan, 2017). Sloan (2017) afirma que esse campo de conhecimento aborda questões na confluência de três disciplinas acadêmicas: da história, observando traços do passado no presente e possivelmente no futuro; dos estudos estratégicos, examinando as interações entre adversários envolvidos em conflitos, potenciais ou realizados; e da geografia¹, já que o espaço físico influencia nos processos que ali ocorrem, seja na criação de fronteiras, ou na fundação de sistemas políticos ou nas trocas (terrestres ou marítimas) de comunicação e de mercadorias entre diferentes atores.

É possível dizer que a história do “uso geopolítico” dos mares é muito antiga, datando de milhares de anos atrás, como no caso da primeira rota comercial estabelecida no Mar Egeu por volta de 7000 a.C. (Horejs, 2015). O controle dos espaços oceânicos pode ser associado a uma grande gama de temáticas, como o prestígio de um país, as aspirações de ascensão regionais, as preocupações estratégicas de acesso aos recursos naturais, mas, em essência, todos estão ligados ao fortalecimento do poder do Estado (Marroni; Asmus, 2013). Barry Gough (1998, p. 55) afirma que a importância dos mares para a geopolítica reside no fato que “quem controla o mar pode influenciar, embora não totalmente, o que se passa na terra”.

Apesar de ter escrito suas obras no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Alfred Mahan (1891) e o conceito de poder marítimo ainda são centrais no pensamento naval atual, como será apresentado nas seções seguintes desta pesquisa. Para o autor, o acesso ao mar, o controle das linhas de comunicação e comércio marítimo, o desenvolvimento a partir dos litorais e a criação de estratégias para o uso “militar” dos mares, podem auxiliar na mudança de políticas mundiais, garantindo a um país controle sobre determinadas regiões do globo. Estabelece-se, assim, uma relação indissociável entre o poder marítimo, o poder nacional e o desenvolvimento dos Estados.

¹ Nota-se que o autor é oriundo de relações internacionais, especialmente quando vincula o termo geografia aos aspectos físico-naturais, algo comum entre pesquisadores de outras áreas de conhecimento.

Apesar disso, Allahverdizadeh e Karimi (2023, p. 384) discutem que as últimas décadas trouxeram “mudanças na estrutura da ordem internacional, no ambiente geopolítico dos mares, no quadro jurídico dos mares, na formação de coligações baseadas no mar e no ambiente de segurança dos mares”, sendo necessário repensar o poder marítimo. Para os autores, o conceito atual deve abranger todos os aspectos do uso do mar, do *soft* ao *hard power*² desses espaços, analisando não somente as “ferramentas militares” que os Estados utilizam para fortalecer seu poder marítimo, mas também as “não militares” (com acordos diplomáticos e econômicos de cooperação mútua, por exemplo), dando uma nova abordagem à marinha e até mesmo ao poder marítimo na era pós-moderna. Outra mudança que a teoria naval sofreu veio com o fim da Guerra Fria, tornando necessário repensar a geopolítica dos mares, já que este marco representou o fim da dualidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, viabilizando a exploração e a expansão dos poderes marítimos de outros Estados que não são grandes potências globais (Kearsley, 1992). Esse fenômeno possibilitou que outras regiões, países, regiões, mares e oceanos sejam estudados sob a ótica da geopolítica.

Ademais, apesar de a ideia de se estabelecer fronteiras marítimas ter vindo após a Primeira Guerra Mundial, quando a percepção do conceito de espaços de segurança se tornou mais notório dentro do cenário internacional, foi somente em 1982, com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS³), que estabeleceu oficialmente de forma multilateral os conceitos e as normas do direito marítimo e as fronteiras marítimas. É possível dizer que, desde então, os mares receberam um significado geopolítico ainda mais notável (Cabrera; Quiroz, 2022). 1982 é, portanto, um marco para a geopolítica dos mares.

Pensando em todas essas mudanças que os espaços oceânicos sofreram, Therezinha de Castro (2021 [1983]) e o Almirante Jorge Busch (1993) trouxeram a ideia de oceanopolítica, que seria uma abordagem semelhante à da geopolítica, mas que colocaria o mar como peça fundamental de um contexto político mais amplo, já que as dinâmicas que ocorrem nos oceanos seriam diferentes das terrestres e seria necessário trazer outro olhar para preencher as lacunas que a área da geopolítica detém. Vale ressaltar que a geopolítica e a oceanopolítica são indissociáveis e é imprescindível que ambas caminhem lado a lado. Tanto as análises científicas da academia, quanto o planejamento estratégico dos Estados devem envolver esses dois conhecimentos para compreender integralmente esses espaços.

² *Soft* e *hard power* pode ser traduzido para o português como poder brando e duro, mas optou-se nesta pesquisa utilizar o termo em sua língua original, como ocorre na grande maioria da literatura sobre o tema.

³ Apesar da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ter um acrônimo em português (CNUDM), optou-se por utilizar a versão em inglês (UNCLOS) por essa ser mais frequentemente utilizada e conhecida.

É nesse contexto que os territórios insulares ganham outra notoriedade geopolítica, apesar de historicamente terem sido sempre importantes. Tendo em vista o caráter tanto terrestre quanto marítima que as ilhas detêm, cada vez mais surgem casos em todas as partes do mundo de disputas acerca de territórios insulares e suas novas fronteiras marítimas, e, apesar de ser um fenômeno com força atualmente, está longe de ser novo, já que a geopolítica sempre se preocupou com esse tema, desde as discussões teóricas mais clássicas, com importantes autores como Alfred Mahan e Therezinha de Castro, como também dentre as grandes potências mundiais, vide o caso do Reino Unido principalmente durante o século XIX e início do século XX, além dos Estados Unidos no Pacífico até a atualidade. Porém, a grande maioria das pesquisas acadêmicas atualmente se restringe aos casos mais notórios, como os conflitos no Leste da Ásia e as Ilhas Falkland⁴, deixando de lado outros, os casos das ilhas brasileiras, como o de Trindade e Martim Vaz.

Sendo assim, estabeleceu-se como hipótese de pesquisa que a Ilha da Trindade e o arquipélago de Martim Vaz são partes integrantes da geopolítica marítima brasileira que, junto ao saliente nordestino, as outras ilhas brasileiras, e suas fronteiras expandidas solicitadas à ONU, fecharia o Atlântico Sul dentro dos limites da Amazônia Azul, com controle territorial (geopolítico), acesso a recursos econômicos como pesca, recursos fósseis e minerais (econômico) e militar (ponto de apoio distante a tropas).

Visando comprovar essa hipótese sob a ótica da oceanopolítica e geopolítica, definiu-se como objetivo principal da pesquisa analisar de que modo a expansão das fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz é utilizada como estratégia geopolítica para o fortalecimento do Brasil como potência marítima em seu Entorno Estratégico. Para isso, também foram estabelecidas três questões secundárias: (a) quais são os principais conceitos e autores empregados nas análises da geopolítica dos mares e pensamento no naval atual?; (b) quais são as principais estratégias geopolíticas para a expansão das fronteiras marítimas da Amazônia Azul na região da Cadeia Vitória-Trindade?; e (c) qual é o potencial estratégico da Ilha da Trindade e do Arquipélago de Martim Vaz como meio de fortalecer o poder marítimo, estratégico e econômico brasileiro?

Para tal propósito, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos. Dessarte, o primeiro capítulo consta de uma explanação sobre os métodos e metodologias aplicadas para a obtenção

⁴ É relevante destacar que o Brasil integra um acordo diplomático que reconhece esse território como Ilhas Malvinas, sob soberania argentina. No entanto, a maioria da comunidade internacional o reconhece como Ilhas Falklands, pertencente ao Reino Unido, razão pela qual esse nome foi adotado nesta pesquisa.

das informações contidas na dissertação, além de fundamentação sobre os recortes espacial e temporal da pesquisa, a fim de metodologicamente embasar e justificar o presente estudo.

O segundo capítulo apresenta os clássicos da geopolítica marítima e analisa a produção acadêmica sobre o papel dos espaços oceânicos na geopolítica, além de explorar a construção do pensamento naval a partir da UNCLOS. O capítulo está organizado em quatro seções. A primeira aborda o conceito fundamental da geopolítica – o território – e sua relação intrínseca com o Estado. Na sequência, são introduzidos os principais autores da geopolítica dos mares, estrangeiros e brasileiros. A terceira seção explora o Entorno Estratégico do Brasil, oferecendo uma análise da relevância dessas regiões para o país. Por fim, a última seção discute a geopolítica marítima no século XXI, destacando os novos elementos do poder marítimo na atualidade.

O próximo capítulo aborda as estratégias geológica, ambiental e científica para a expansão das fronteiras marítimas na região da Cadeia Vitória-Trindade. No âmbito geológico, são analisadas as características da área e sua conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, 1982), especialmente no Artigo 76 e no Anexo II, além das diretrizes da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLCS, 1999), que regulam a ampliação da plataforma continental. Quanto às dimensões ambiental e científica, o capítulo examina como essas questões são empregadas como estratégias de territorialização e meios de o Brasil afirmar sua presença nesse espaço onde almeja conquistar soberania.

Por fim, no capítulo cinco, foi realizada uma análise do discurso geopolítico adotado pelo Estado brasileiro dos “Bandeirantes das longitudes salgadas”, relacionando a expansão das fronteiras marítimas nacionais a discussões fundamentais da geografia política. Em seguida, é apresentada uma categorização das ilhas brasileiras com base em teorias do poder marítimo, destacando o potencial da Ilha da Trindade como ponto estratégico central para a geopolítica marítima do Brasil. Nesse contexto, são discutidos os conceitos de Zonas Tampão e Trampolim, que refletem o papel estratégico de Trindade e Martim Vaz no Entorno Estratégico brasileiro. Elementos que reforçam as ambições do país em se consolidar como a principal potência marítima do Atlântico Sul e projetar sua influência no cenário global.

Essa pesquisa contribui para uma literatura que, apesar de ser razoavelmente explorada na agenda da geopolítica internacional, ainda é limitada, atendo-se em sua grande maioria aos mesmos casos. No Brasil, essa temática é pouco explorada na academia, estando quase exclusivamente ligada às instituições militares, especialmente à Escola Superior de Guerra (Costa, 1992; Becker, 2012). É conhecida a ausência da geopolítica dentro da geografia

brasileira atual, já que a “geopolítica tem se desprendido de suas raízes na geografia e desenvolve-se com certa autonomia percorrendo caminho paralelo a esta” (Costa, 2022, p. 4). Como se percebe, Costa (2022) afirma que os geógrafos preferem manter-se distantes da geopolítica, em especial a clássica, e é necessário que haja uma revalorização dessa área dentro da geografia, algo que esse trabalho almeja.

2. MÉTODOS, METODOLOGIA E RECORTES DA PESQUISA

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em primeiro lugar, destaca-se que esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Sendo assim, procedimentalmente, como ponto de partida a todo esforço científico, se faz necessária uma investigação de documentação indireta para levantamento do que se pode chamar material-fonte (Marconi; Lakatos, 2003). Tal exercício se deu através de pesquisa bibliográfica, ou levantamento de fontes secundárias, para, a partir do tensionamento epistemológico, estabelecer e descrever os conceitos e temas de relevância para esse estudo. Vale ressaltar que se realizou esse levantamento em bases de dados nacionais e internacionais fazendo uso de diferentes formatos de produção literária e científica, como artigos de revistas acadêmicas, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Essas produções são tanto nacionais quanto internacionais e de diferentes disciplinas, buscando uma análise mais completa do objeto de estudo.

Em seguida realizou-se uma revisão de escopo⁵ (Azevedo; Urias; Oliveira, 2023) direcionada especialmente ao terceiro capítulo, com intuito de identificar e comparar quais são as principais temáticas discutidas nos artigos sobre geopolítica dos mares no Brasil e no mundo a partir de 1982, ano em que ocorreu a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Para a revisão internacional (Tabela 1), foi selecionada a base de dados *Scopus*, por ser uma das mais completas atualmente e possuir a característica de facilitar a busca de conteúdos específicos nos artigos⁶, além de trazer as maiores revistas do mundo na área da geopolítica, como a *Geopolitics* e *Political Geography*. Foram definidos como descritores os termos “*geopolitics*” e “*sea*”, com o *booleano* “AND”, com o objetivo de lograr o maior número de artigos sobre a temática da pesquisa (totalizando 7280 artigos). O primeiro critério de filtragem dos artigos encontrados inicialmente foi o recorte estabelecido de 1982 a 2023 (7217 artigos). O critério seguinte foi a presença dos termos “geopolítica” e “mar” no título, resumo ou palavras-chave (616 artigos). Em seguida, em virtude de o termo geopolítica ter diversas definições e, em grande parte, ser utilizado sem grande preocupação com seu real conteúdo teórico e por vezes até incorretamente (Sloan, 2017), realizou-se uma filtragem manual dos

⁵ Uma análise mais aprofundada dessa revisão de escopo foi desenvolvida no formato de um artigo intitulado “Geopolítica dos mares: um comparativo dos artigos científicos no Brasil e no mundo desde a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)”. Esse trabalho encontra-se atualmente nas etapas finais de revisão, com vistas à sua publicação.

⁶ Ver Burnham (2006) para uma análise mais completa sobre a base de dados *Scopus*.

artigos para identificar quais realmente se encontravam na temática⁷ (109 artigos). Finalmente, por conta do número expressivo de artigos e por vezes muitos abordarem os mesmos temas, foram incluídos no texto os artigos em que a UNCLOS tem um papel mais central nas discussões e que também trouxeram uma abordagem mais completa dos três casos que foram aprofundados na pesquisa: dos Mares do Sul e Leste da China; Oceano Índico; e Oceanos Glaciais (19 artigos).

Tabela 1 – Artigos internacionais encontrados sobre geopolítica dos mares

Base de dados	Descritores	Número de Resultados Primários	Segundo momento da filtragem	Terceiro momento da filtragem	Quarto momento da filtragem	Artigos incluídos
Scopus	“geopolitics” AND “sea”	7280	7271	616	109	19

Fonte: Elaboração própria

Para a revisão das produções brasileiras (Tabela 2), foram selecionadas as bases de dados *Scielo* e *Latindex*, ambas referências no campo das ciências humanas no Brasil e na América Latina (Shintaku; Brito; Neto, 2014). Além disso, optou-se por também incluir a Revista Marítima Brasileira (RMB) e a Revista da Escola Superior de Guerra⁸. A RBM se mostrou uma fonte valiosa já que foi fundada em 1851, fazendo dela a revista marítima mais antiga do mundo em atividade e também por possuir conceito Qualis B2 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁹. Já a Revista da Escola Superior de Guerra foi incluída pois possui Qualis B1 e publica artigos científicos que contribuem para o desenvolvimento do pensamento estratégico e geopolítico brasileiro¹⁰. Sendo assim, foram utilizados, em português, os mesmos descritores, *booleano* e critérios de filtragem mencionados anteriormente para a definição dos artigos incluídos na pesquisa.

⁷ Destaca-se que a temática que essa pesquisa almeja estudar é a da utilização estratégica do mar para o fortalecimento do poder e influência de um Estado. Com o intuito de clarificar as escolhas tomadas nesse momento da filtragem, alguns exemplos de artigos excluídos podem ser mencionados, como o artigo de Saddington e Hills (2023) que discorre sobre a geopolítica da representação espacial e as respostas emocionais da população da ilha de Tuvalu e o de Fekete (2023) sobre racismo civilizacional, etnonacionalismo e o choque de imperialismos na Ucrânia.

⁸ Vale ressaltar que as revistas não se encontram nas bases de dados Scielo e Latindex.

⁹ Informação retirada do site da Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/rmb/a-revista>. Acesso em dezembro de 2023.

¹⁰ Informação retirada do site da Revista da Escola Superior de Defesa. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/about>. Acesso em janeiro de 2024.

Tabela 2 – Artigos nacionais encontrados sobre geopolítica dos mares

Base de dados	Descritores	Número de Resultados Primários	Segundo momento da filtragem	Terceiro momento da filtragem	Quarto momento da filtragem	Artigos incluídos
Scielo	“geopolítica” AND “mar”	1	1	0	0	0
Latindex	“geopolítica” AND “mar”	0	0	0	0	0
Revista Marítima Brasileira*	“geopolítica” AND “mar”	5511	956	45	9	9
Revista da Escola Superior de Guerra*	“geopolítica” AND “mar”	1	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, também foi realizada uma breve revisão nas mesmas bases de dados e revistas, seguindo critérios de filtragem iguais aos mencionados anteriormente descritos, porém com o recorte pré-1982, dos quais o artigo mais antigo data de 1973. Esse levantamento tem como objetivo analisar quais eram as principais características das pesquisas realizadas antes da CNUDM e identificar as diferenças em relação aos artigos apresentados nos levantamentos anteriores. Dessa etapa foram incluídos mais cinco artigos (quatro nacionais e um internacional). Porém, destaca-se que os quatro artigos brasileiros apresentam um panorama das principais obras e discussões realizadas à época de sua respectiva publicação. Além de abordarem produções brasileiras, esses textos também contemplam publicações de outras partes do mundo, principalmente nos seus países vizinhos, nos Estados Unidos e potências europeias (Reino Unido, França, Alemanha, Itália, etc).

De igual relevância, foi realizada uma análise documental (Roche, 2012; Junior, Oliveira, Santos e Schnekenberg, 2020; Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009) que abrange a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), com foco no Artigo 76 e no Anexo II, as Diretrizes Científicas e Técnicas da Comissão de Limites da Plataforma Continental, além de documentos estratégicos nacionais, como o Plano Estratégico da Marinha

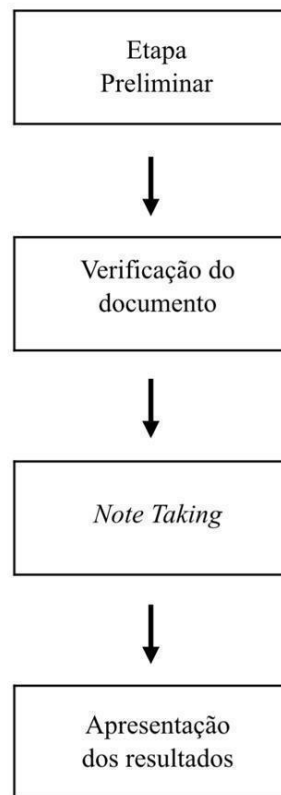
2040 (PEM 2040), a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)¹¹.

Para tanto, utilizou-se o *software* de Inteligência Artificial *Requalify.ai*, com os instrumentos de descoberta e análise de *tags* dos arquivos, para ver quais são as temáticas e argumentos apresentados neles. Optou-se por analisar esses documentos, pois eles demonstram na prática o valor dos territórios insulares no contexto geopolítico atual, além de explicitar a abordagem, estratégia e narrativas adotadas pelo Brasil para justificar o aumento do seu território, assim como sua importância.

Essa metodologia foi realizada em quatro etapas, organizada segundo a discussão de Roche (2021) (Figura 1): o primeiro momento do processo da análise documental é a etapa preliminar, que consiste em um aprofundamento teórico sobre o tema, por meio de uma revisão bibliográfica mais aprofundada. Em seguida, há a necessidade de verificar o documento, visando confirmar sua credibilidade e utilidade; avaliar o contexto histórico do período em que o documento foi redigido; identificar os atores envolvidos no documento, assim como os seus interesses e motivações; e compreender os conceitos-chave e a lógica interna do texto. A terceira etapa é o *Note Taking*, na qual foi adotada a estratégias da coleta de material por tópico, pois se buscará verificar quais tópicos são mais recorrentes no documento, assim como quais atores e argumentos foram apresentados ao longo dele para justificar a expansão e a importância das fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz. Finalmente, a etapa que conclui a análise é a apresentação dos resultados, na qual haverá a construção das ideias da pesquisa de uma maneira que junte os conhecimentos já adquiridos na revisão bibliográfica da literatura pré-existente com o que foi descoberto nos arquivos, visando escrever uma síntese detalhada e construir uma interpretação original e informada do objeto de estudo.

¹¹ Diferentemente dos demais documentos mencionados, o Livro Branco de Defesa Nacional não estabelece as políticas de defesa, mas tem o propósito de refletir e comunicar essas diretrizes, visando à construção de confiança entre nações. No entanto, por reunir informações relevantes e abranger aspectos presentes em outros documentos, foi incluído nesta pesquisa.

Figura 1 – Diagrama do processo da análise documental



Fonte: Elaboração própria

Após diversas tentativas de obtenção dos documentos das submissões brasileiras de ampliação da plataforma continental à ONU entrando em contato com membros do LEPLAC, diretamente com SECIRM e Ministério das Relações Exteriores, foi explicitado que por se tratar de um processo ainda em andamento e que possui informações sensíveis, esses documentos não são acessíveis ao público¹². Para contornar essa situação, optou-se por associar à etapa da análise documental, a realização de entrevistas (Dunn, 2021), etapa metodológica final do trabalho.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas ao longo da pesquisa. A primeira, de caráter exploratório e abordagem não estruturada, ocorreu entre 21 e 27 de julho de 2023, no Rio de Janeiro, com o Comandante Daniel Gusmão, no Arsenal de Marinha, e o Comandante Mauro Medeiros, no Centro Tecnológico da Marinha. O Comandante Gusmão, membro da

¹² Em entrevista, o Almirante Fernando Garcez explicou que os pleitos brasileiros estão sujeitos a um “acordo de confidencialidade”, pois, em certas ocasiões, contêm informações sensíveis. Isso ocorre porque parte dos dados apresentados não pertence ao Estado, mas sim a empresas privadas, como as do setor petrolífero, por exemplo.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, possui experiência em pesquisas relacionadas à história de Trindade e Martim Vaz. Já o Comandante Medeiros, que chefiou o POIT em quatro ocasiões, contribuiu com informações sobre a atuação da Marinha nessas ilhas e suas imediações. Essa etapa buscou compreender os objetivos e estratégias da Marinha na região, aprofundar o entendimento sobre a história da ocupação da Ilha da Trindade, abordar questões ainda não exploradas, e identificar documentos relevantes para a pesquisa, bem como os meios para acessá-los.

No segundo momento, foram realizadas as entrevistas direcionadas, que tiveram como objetivo compreender o trabalho da Marinha e a relevância de Trindade e Martim Vaz para os interesses geopolíticos do Brasil. Elas também buscaram fornecer uma análise mais detalhada das operações realizadas no Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT), avaliando suas implicações para a segurança e a preservação da região, além de substituir a documentação referente à submissão de 2004 e 2018 para identificar as principais alterações entre eles. Quatro grupos de entrevistados participaram (Quadros 1 e 2): consultores do LEPLAC e um membro da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC), envolvidos diretamente no pedido de expansão da plataforma continental; membros da Marinha que atuam nas ilhas; pesquisadores que desenvolveram estudos sobre aspectos físicos e ambientais da região; e profissionais técnicos que colaboraram com o LEPLAC e contribuíram para os argumentos apresentados no requerimento.

Quadro 1 – Grupos de Entrevistados

LEPLAC/CLPC	MARINHA	PESQUISADORES	TÉCNICO
CMG Izabel Jeck (LEPLAC)	Comandante Raphael Rangel (Gerente do PROTRINDADE)	Leonardo Loureiro (UFMG)	Prof. Anderson Santos (UERJ)
Comandante Luiz Carlos Torres (LEPLAC)	Comandante Guilherme Santos (Navio-Patrolha Oceânico “APA”)	Renan Smith (ICMBio)	Thais Maia (USP)
CMG Ana Angélica Alberoni (LEPLAC)	Comandante Mauro Medeiros (Ex-chefe do POIT)	Steffany Nobre (UNIPAMPA)	

Almirante Fernando Garcez (CLPC)	Comandante João Franswilliam (Ministério da Defesa)	Mariana Mazzochi (FURG)	
	Oficial ligado à gestão da Ilha*	Luane Martins (UERJ)	
		Pesquisador*	

*Ambos entrevistados optaram por manterem suas identidades anônimas.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – Data da realização das entrevistas e duração

ENTREVISTADOS	DATA DA REALIZAÇÃO	DURAÇÃO
Renan Smith	18 de outubro de 2024	15 minutos
Pesquisador anônimo	19 de outubro de 2024	16 minutos
Steffany Nobre	19 de outubro de 2024	15 minutos
Oficial anônimo	21 de outubro de 2024	38 minutos
Comandante Raphael Rangel	23 de outubro de 2024	44 minutos
Comandante Guilherme Santos	24 de outubro de 2024	46 minutos
Leonardo Loureiro	26 de outubro de 2024	18 minutos
Mariana Mazzochi	26 de outubro de 2024	14 minutos
Luane Martins	26 de outubro de 2024	13 minutos
CMG Izabel Jeck	05 de novembro de 2024	1 hora e 12 minutos
Comandante Mauro Medeiros	08 de novembro de 2024	47 minutos
Thais Maia	02 de dezembro de 2024	28 minutos
Prof. Anderson Santos	03 de dezembro de 2024	32 minutos
Comandante Luiz Carlos Torres	04 de dezembro de 2024	1 hora e 28 minutos
Comandante João Franswilliam	04 de dezembro de 2024	49 minutos
CMG Ana Angélica Alberoni	12 de dezembro de 2024	41 minutos
Almirante Fernando Garcez	18 de dezembro de 2024	49 minutos

Fonte: Elaboração própria

Após deliberação, concluiu-se que a abordagem de entrevista semiestruturada era a mais vantajosa para atingir esse objetivo, pois combina um caráter organizado, com questionamentos

ordenados, e flexibilidade, permitindo a discussão de novas temáticas relacionadas ao objeto de estudo (Dunn, 2021). Para isso, foram elaborados “guias de entrevistas” especificamente direcionados para cada entrevistado, com algumas questões já definidas, pontos-chave e conceitos para nortear as entrevistas. Logo após, as entrevistas foram registradas de duas maneiras: a primeira incluiu gravação, transcrição e *field notes*; a segunda, exclusivamente por meio de registros escritos das informações coletadas. Posteriormente, esses dados foram analisados e incorporados à pesquisa.

A escolha entre as duas formas de registro foi determinada pela preferência dos entrevistados. É importante destacar que o registro por meio de anotações apresenta algumas limitações, como os limites da memória humana e o risco de distorções em elementos subjetivos (Britto Júnior; Feres Júnior, 2011). No entanto, esse método também oferece vantagens, especialmente por favorecer um ambiente menos formal, permitindo que os entrevistados se sintam mais à vontade para expressar opiniões e perspectivas pessoais.

As entrevistas com os membros do LEPLAC buscaram abordar aspectos geológicos e estratégicos do pleito brasileiro, alinhando-se ao objetivo secundário de identificar as principais justificativas para a expansão das fronteiras marítimas da Amazônia Azul na região da Cadeia Vitória-Trindade. Já as entrevistas com integrantes da Marinha tiveram como foco compreender o trabalho de monitoramento da área, o suporte logístico oferecido e as iniciativas de preservação ambiental, diretamente relacionadas ao objetivo principal da pesquisa: analisar como a expansão das fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz é utilizada como estratégia geopolítica para fortalecer o Brasil como potência marítima em seu Entorno Estratégico. Quanto aos pesquisadores, as entrevistas tiveram como finalidade entender o escopo das investigações realizadas na região, as atividades desenvolvidas eles e suas percepções sobre os projetos implementados. Por fim, as entrevistas com os profissionais técnicos visaram aprofundar questões geológicas da Cadeia Vitória-Trindade e captar suas perspectivas sobre o trabalho realizado, especialmente no contexto do pedido de expansão, igualmente vinculado ao objetivo secundário da pesquisa.

A maioria dessas entrevistas foi conduzida durante um trabalho de campo (Azevedo; Ribeiro, 2024) realizado em parceria com a Marinha do Brasil a bordo do Navio-Patrolha Oceânico “APA” e na Ilha da Trindade, entre 17 e 26 de outubro de 2024. As entrevistas com os pesquisadores foram gravadas, enquanto, para os membros da Marinha, optou-se pela coleta de informações por meio de anotações. Essa abordagem diferenciada foi adotada porque, no

momento das entrevistas, identificou-se que o uso de anotações seria mais eficaz para garantir a disposição do segundo grupo em responder às perguntas¹³.

Além disso, neste trabalho de campo, utilizou-se a metodologia de observação, que seguiu três etapas, “que consiste em um caminho que começaria da observação descritiva à observação seletiva, passando pela observação focada” (Azevedo; Ribeiro, 2024, p. 14). A etapa inicial, a observação descritiva, consistiu na coleta de informações, dados e características gerais do objeto de estudo, incluindo aspectos físicos e estruturais da ilha, bem como as atividades desenvolvidas pela Marinha na região. A segunda etapa, a observação focada, foi mais detalhada, concentrando-se na questão central da pesquisa e permitindo a construção de taxonomias das informações coletadas. Por fim, na observação seletiva, realizaram-se entrevistas de contraste, utilizando perguntas previamente elaboradas com o objetivo de confirmar ou refutar as taxonomias estabelecidas.

A seção a seguir traz um quadro (Quadro 3) baseado na ideia de Matriz de Amarração, adaptada do texto de Telles (2001, p. 65), servindo como “um instrumento de análise basicamente focalizado na questão da aderência e da compatibilidade entre modelo de pesquisa, objetivos da pesquisa, hipóteses de pesquisa e técnicas de análise planejadas para tratamento dos dados em termos qualitativos”. Tendo em vista que o texto originalmente não é destinado a análises geográficas, foram modificados os critérios adotados nas colunas, sendo então explicitadas as questões secundárias da pesquisa, os métodos empregados para a obtenção das respostas, como o método foi operacionalizado e a fundamentação teórica construída.

2.2. METODOLOGIA PROPOSTA

Quadro 3 – Percurso metodológico

QUESTÃO SECUNDÁRIA	MÉTODO	OPERACIONALIZAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Quais são os principais conceitos e autores empregados nas análises da geopolítica dos mares e pensamento no naval atual? (<i>Capítulo 3</i>)	⇒ Revisão de Escopo ⇒ Revisão Bibliográfica	⇒ Fichamento de artigos e textos de livros; ⇒ Levantamento de artigos nos bancos de dados Scopus, Scielo e Latindex.	⇒ (Azevedo, Urias e Oliveira, 2023); ⇒ (Marconi e Lakatos, 2003).

¹³ É importante destacar que todas as entrevistas refletem exclusivamente as opiniões e perspectivas pessoais dos entrevistados, não representando necessariamente a posição oficial das instituições às quais estão vinculados.

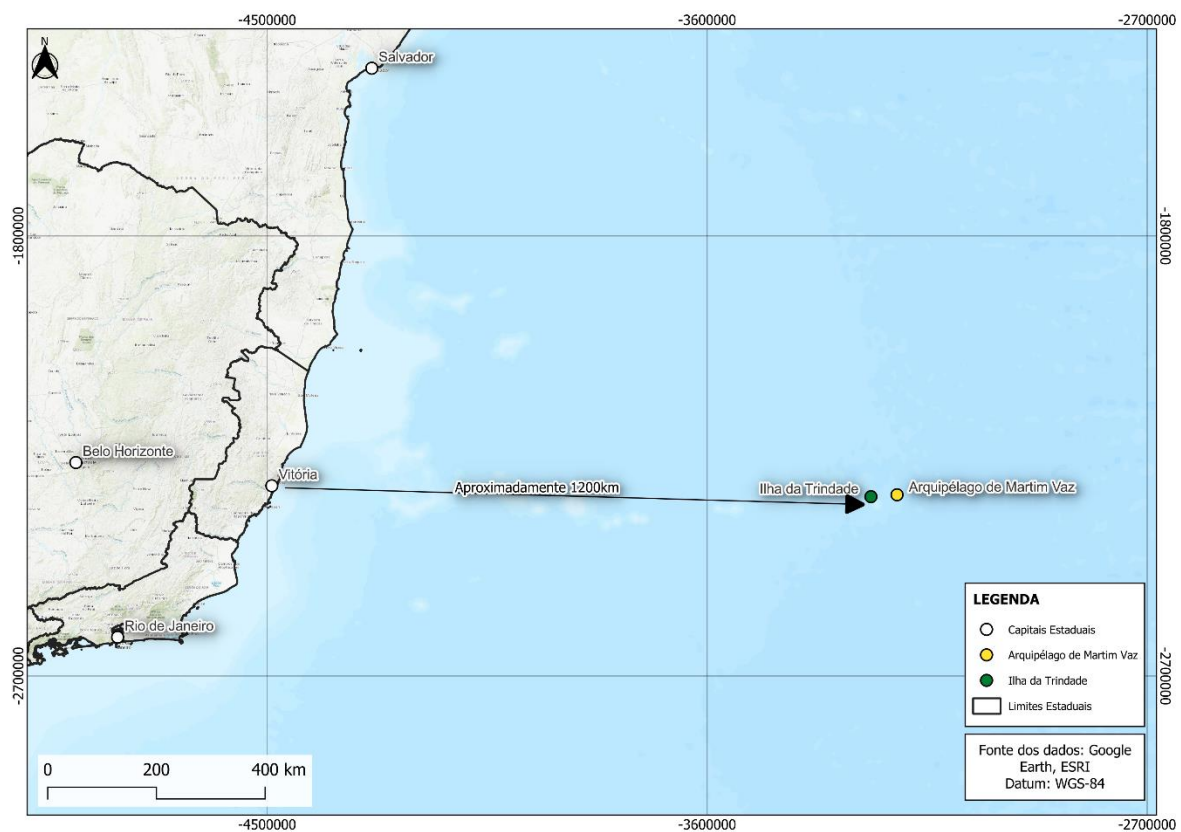
Quais são as principais estratégias geopolíticas para a expansão das fronteiras marítimas da Amazônia Azul na região da Cadeia Vitória-Trindade? <i>(Capítulo 4)</i>	⇒ Revisão Bibliográfica ⇒ Entrevistas	⇒ Fichamento de artigos e textos de livros. ⇒ Coleta de informações nos documentos técnicos da ONU e dos documentos de defesa nacionais; ⇒ Realização de entrevistas com membros do LEPLAC, da Marinha e pesquisadores da região de Trindade e Martim Vaz. ⇒ Trabalho de campo a bordo do Navio-Patrulha Oceânico “APA” e na Ilha da Trindade.	⇒ (Marconi e Lakatos, 2003); ⇒ (Dunn, 2021); ⇒ (Azevedo; Ribeiro, 2024).
Qual é o potencial estratégico de Trindade e Martim Vaz como meio de fortalecer o poder marítimo, estratégico e econômico brasileiro? <i>(Capítulo 5)</i>	⇒ Revisão Bibliográfica ⇒ Análise Documental ⇒ Entrevistas	⇒ Fichamento de artigos e textos de livros; ⇒ Coleta de informações nos documentos técnicos da ONU e dos documentos de defesa nacionais; ⇒ Realização de entrevistas com membros do LEPLAC, da Marinha e pesquisadores da região de Trindade e Martim Vaz; ⇒ Trabalho de campo a bordo do Navio-Patrulha Oceânico “APA” e na Ilha da Trindade.	⇒ (Marconi e Lakatos, 2003); ⇒ (Roche, 2021); ⇒ (Junior, Oliveira, Santos e Schnekenberg, 2020); ⇒ (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009); ⇒ (Dunn, 2021); ⇒ (Azevedo; Ribeiro, 2024).

Fonte: Elaboração própria

2.3. ÁREA DE ESTUDO - SOBRE O RECORTE ESPACIAL, TRINDADE E MARTIM VAZ

Levando em consideração o que foi dito na introdução, o recorte espacial da pesquisa são a Ilha da Trindade, o arquipélago de Martim Vaz e seu entorno, onde se encontram suas fronteiras marítimas. Trindade e Martim Vaz se encontram no Oceano Atlântico Sul (Figura 2 e 3), na latitude de 20° 30'S e longitude 29° 49'W, a 1167 km de distância de Vitória (ES), o que faz dele o território brasileiro mais distante da parte continental do país (Alves, 1998, p. 21).

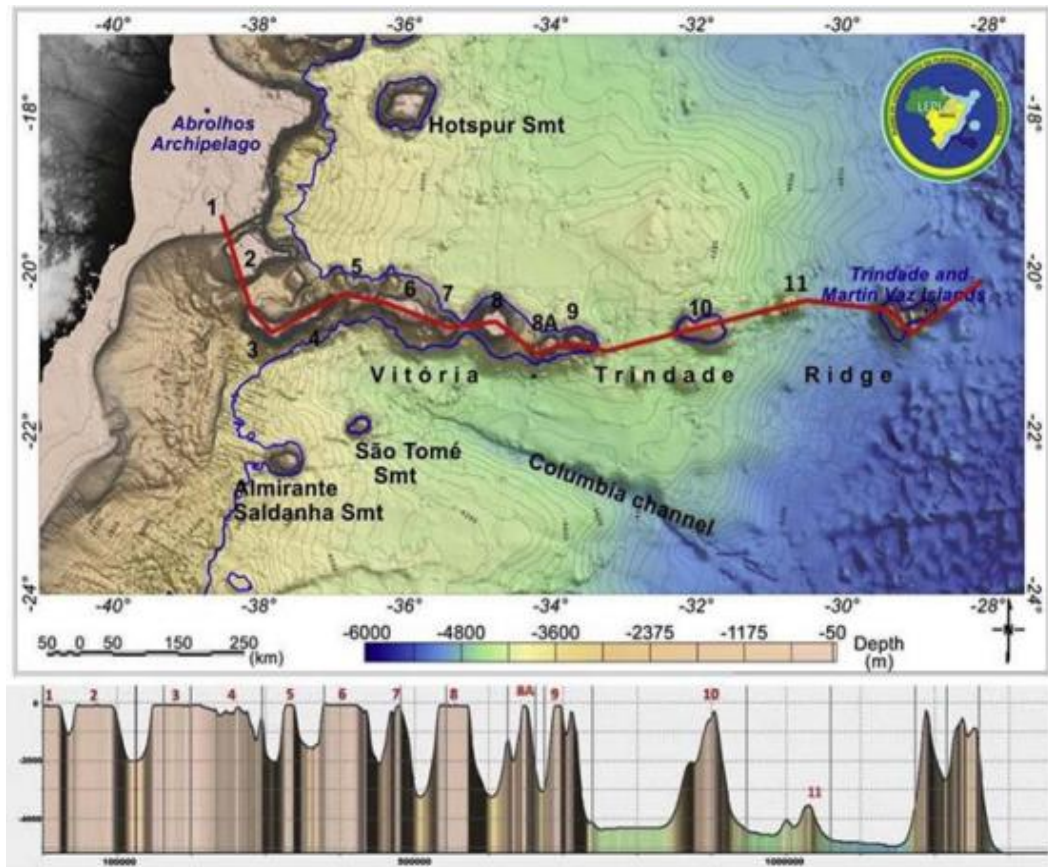
Figura 2 – Mapa de localização de Trindade e Martim Vaz, Atlântico Sul



Fonte: Elaboração própria

Figura 3 – Planta da Ilha da Trindade (1918)¹⁴

Figura 4 – Cadeia Vitória-Trindade



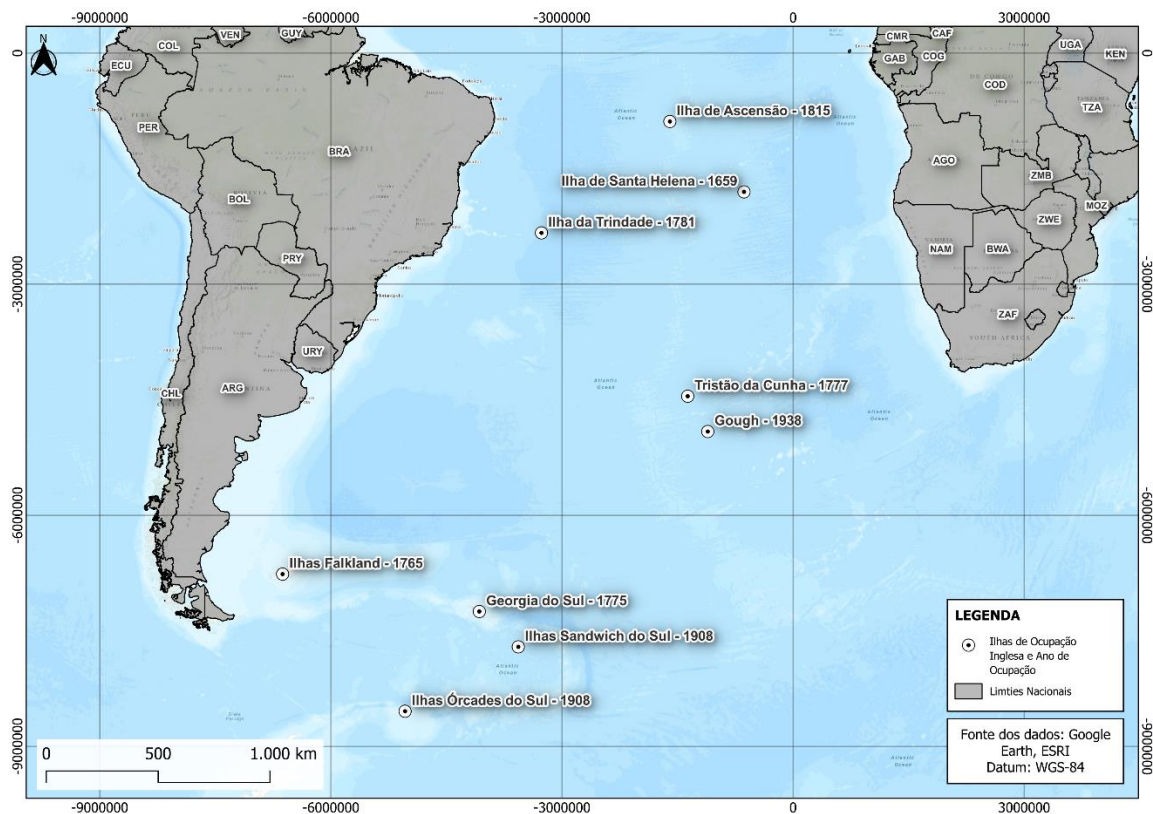
Fonte: DHN-LEPLAC, 2021

Alberoni e Jeck concluem que “a Cadeia Vitória-Trindade deve ser classificada como uma feição ígnea, geológica e geomorfologicamente contínua, com afinidade genética e composicional da Ilha da Trindade e do Arquipélago de Martim Vaz até o continente” (Alberoni; Jeck, 2022, p. 110). A formação geológica e geomorfológica da ilha e do arquipélago são fundamentais na compreensão dos argumentos utilizados no pedido de expansão da Plataforma, como será analisado nos capítulos subsequentes.

Quanto ao histórico de descoberta e ocupação do arquipélago, a Ilha da Trindade foi avistada pela primeira vez no ano de 1501, mas apenas em 1503, quando o explorador Afonso de Albuquerque passou pela ilha a caminho da Índia, que a coroa portuguesa tomou posse dela. Já Martim Vaz, só veio a ser descoberta em 1512, por João da Nova. Gusmão (2019) afirma que por diversas vezes entre o século XVI e XIX, o arquipélago foi ocupado de forma breve, por motivos militares e científicos, tanto pelos portugueses, quanto pelos ingleses, já que esse território possui uma posição estrategicamente vantajosa no Atlântico Sul, o que fez dele um alvo de disputa entre ambas as nações.

Tonelli (1995) apresenta que o ano de 1700 marcou a primeira ocasião em que os britânicos tomaram posse formal das ilhas, que seguiram de diversos protestos nos anos seguintes contra essa invasão. Em 1781, iniciou o processo de colonização inglesa em Trindade, em que foi estabelecida uma guarnição armada com o objetivo de transformar a ilha em um ponto de apoio das rotas marítimas da Companhia Inglesa na região, fortalecendo o controle do país no Atlântico (Figura 5). A ilha só voltou à posse de Portugal dois anos depois, quando a ilha foi abandonada pelos ingleses após protestos dos portugueses em Londres, e, em 1795, foi totalmente desocupada de seus habitantes.

Figura 5 – Ocupação britânica nas ilhas do Atlântico Sul



Fonte: Elaboração própria

Arraes (2002) explana que nos anos seguintes à independência do Brasil, o governo do país executou múltiplas expedições ao longo do século para a realização de estudos para a utilização militar e científica da ilha e do arquipélago, e para demonstrar a soberania sobre esse território. Porém, o autor afirma que por conta da ocupação não efetiva das ilhas, no ano de 1895, elas foram novamente ocupadas pela Inglaterra, com o argumento de se tratar de território abandonado e nela não haver vestígio algum de posse de qualquer outra nação. Apenas em 1897, depois de diversas trocas diplomáticas entre os dois países mediadas pelo ministro das

Relações Exteriores de Portugal, o arquipélago voltou a ser de posse brasileira. Em 1910 foi erguido o Monumento do Andrada, como forma de afirmar a soberania definitiva da ilha.

No campo realizado no dia 20 de outubro de 2024, foi possível conhecer o monumento que se encontra há mais de 110 anos na Ilha. Na Figura 6, é possível ver uma placa escrito “Em 1910 a vinda dos navios República e Andrada, sob o comando do CMG João Pereira Leite, é considerada a primeira visita à Ilha da Trindade. Naquela ocasião, este monumento que aqui está, foi erguido como prova de legitimar a soberania do Brasil que, de forma diplomática, em 1896, culminou com a desocupação inglesa. O lema foi: O DIREITO VENCE A FORÇA”.

Figura 6 – Monumento do Andrada



Fonte: Acervo pessoal

Conflitos entre o Brasil e Grã-Bretanha voltaram a acontecer nos primeiros anos da década de 1910, quando os ingleses expressaram seu interesse em comprar a Ilha da Trindade, com a justificativa que esse ainda não havia sido ocupado pelos brasileiros. O que fez com que o então ministro da Marinha, o almirante Alexandrino de Alencar, respondesse: “quanto à

ocupação ou não da Ilha da Trindade, não interessa aos estrangeiros: e quanto à venda, o Brasil, apesar de muito grande, não negocia com seus territórios” (Gusmão, 2019).

O Decreto nº 11.181, de 30 de setembro de 1914, estipulou a construção de uma guarnição militar, sob administração do Ministério da Marinha, nas ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade, dado o contexto da Primeira Guerra Mundial¹⁵. Em 24 de maio de 1916, foi enviada a primeira expedição para construção dessa guarnição militar (Figura 7), além de uma comissão científica, com o material necessário à instalação de uma Estação Radiotelegráfica, que voltou a ser abandonada após apenas três anos (Clemente, 2006).

Figura 7 – Primeira expedição à Ilha da Trindade (1916)



Legenda: A – Ilha da Trindade vista de nordeste. B – Primeiro desembarque na Ilha da Trindade. C – Ilha da Trindade vista de leste. D – Guarnição militar em Trindade.

Fonte: DPHDM, 1916

A Ilha da Trindade só voltou a ser guarnecida em 1941, dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de conter possíveis avanços de submarinos do Eixo e garantir

¹⁵ Informação retirada do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1233465&filename=Dossie-PLP%20179/1984. Acesso em janeiro de 2024.

a permanência da posse desse território brasileiro. Porém, em 1945, logo após o fim da guerra, a guarnição militar foi retirada novamente (Gusmão, 2019). Nota-se que a história de ocupação da Ilha é, desde o princípio, marcada por uma tendência de ocupação temporária por competição. Isso se tornou evidente em períodos em que a posse da ilha esteve potencialmente ameaçada, como nos conflitos com os ingleses após 1795 e durante os contextos das Guerras Mundiais, em 1916 e 1941.

A ocupação permanente da ilha foi estabelecida apenas em 1957, com a criação do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT) por meio do Aviso nº 1.420 do Ministro da Marinha. Essa iniciativa integrou o programa de participação da Marinha no Ano Geofísico Internacional, proclamado pela Assembleia Geral da ONU, que tinha como objetivo unir os esforços dos países participantes para ampliar e aprimorar o entendimento dos fenômenos relacionados ao planeta Terra¹⁶.

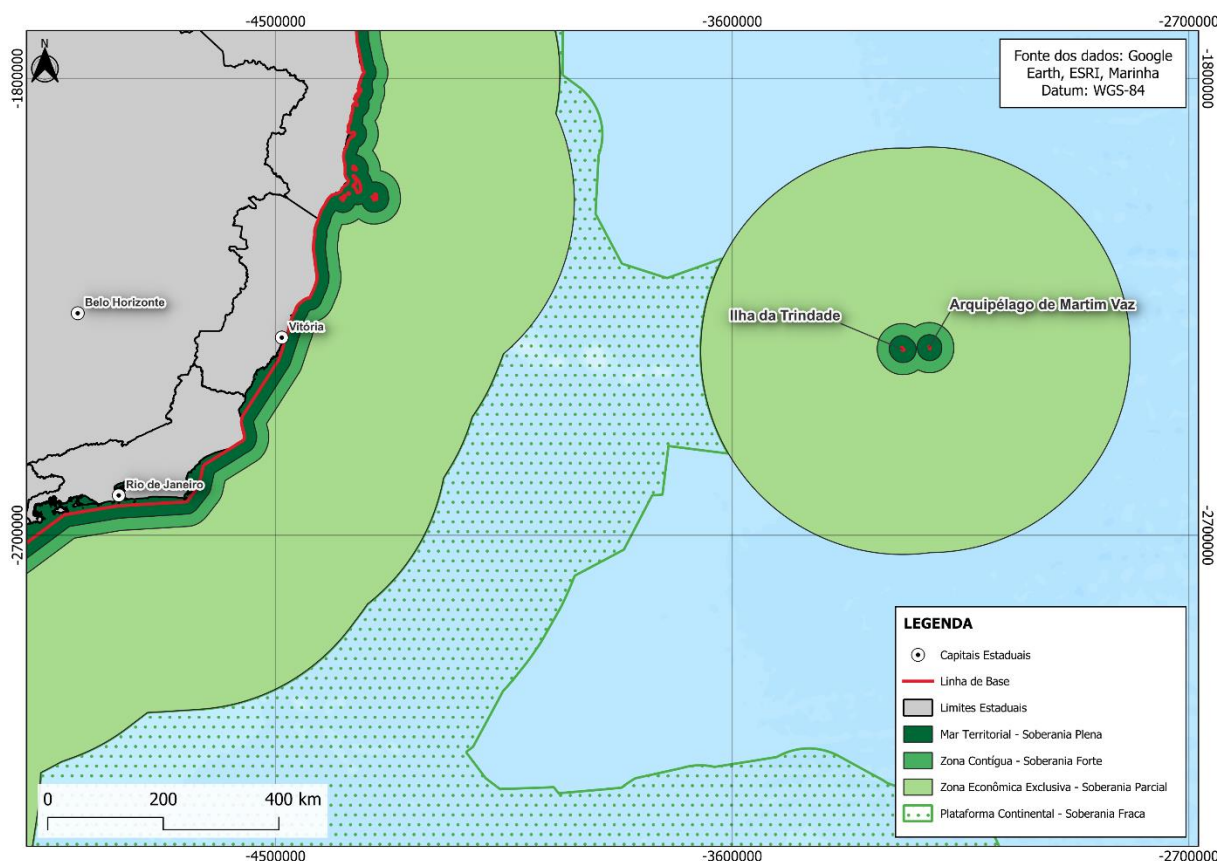
Interessante destacar que, durante esse período, o presidente do Brasil era Juscelino Kubitschek, cujo objetivo incluía o uso da geografia e do ordenamento territorial como instrumentos de soberania e construção da identidade nacional (Araújo, 2018). Dessa forma, assim como a interiorização da capital, a ocupação do ponto mais oriental do país, representado pela Ilha da Trindade, pode refletir a estratégia nacional da época de atribuir ao território a ideia de progresso e para a criação de uma identidade brasileira.

Em 1982, como já apresentado, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar deu ao Brasil o direito de estabelecer, ao redor de Trindade e Martim Vaz, o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental, o que foi concretizado pela Lei nº 8.617 de 1993¹⁷. Nesse contexto, o Almirante Fernando Garcez, integrante da Comissão de Limites da ONU, ressaltou na entrevista dada para essa pesquisa que a UNCLOS atribuiu ao Brasil diferentes níveis de soberania sobre essas áreas marítimas (Figura 8).

¹⁶ Informações retiradas do site da Enciclopédia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/International-Geophysical-Year>. Acesso em novembro de 2024.

¹⁷ Informação retirada do site do Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/550493>. Acesso em janeiro de 2024.

Figura 8 – Fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz e seus graus de soberania¹⁸



Fonte: Elaboração própria

A figura 8 apresenta os diferentes níveis de soberania mencionados anteriormente¹⁹, dispostos da mais fraca à plena. A Plataforma Continental (soberania fraca), representada em verde pontilhado, pode se estender além de 200 MN e concede ao Estado direitos exclusivos de exploração e aproveitamento dos recursos vivos e não vivos do solo e subsolo marítimo. Em seguida, a Zona Econômica Exclusiva (soberania parcial), marcada em verde claro, abrange até 200 MN e garante soberania para exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, sejam eles vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes, do solo marinho e de seu subsolo. A Zona Contígua (soberania forte), indicada em verde, cobre até 24 MN e permite ao Estado costeiro prevenir e reprimir infrações às suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração e sanitários em seu território ou Mar Territorial. Por fim, o Mar Territorial

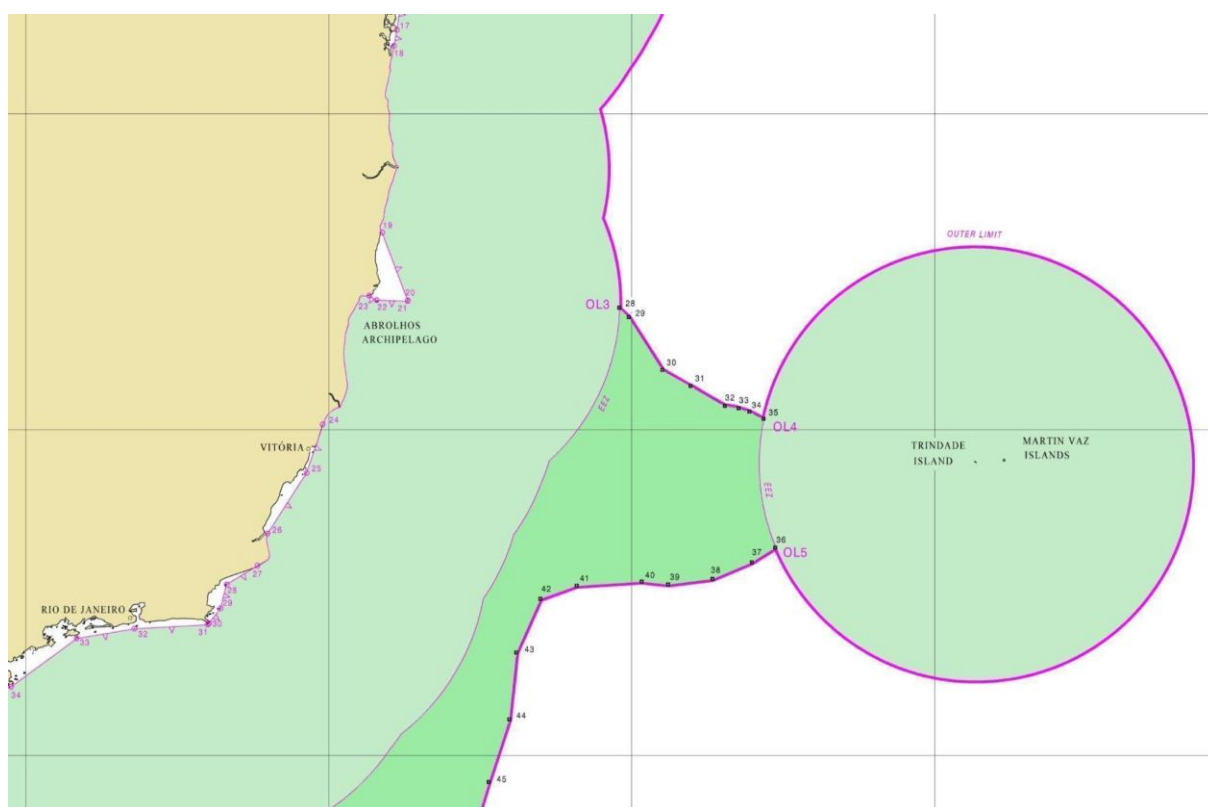
¹⁸ É relevante mencionar que todas as fronteiras marítimas mostradas no mapa já estão sob soberania legal do Brasil, exceto a extensão da plataforma continental além das 200 milhas náuticas, cuja aprovação pela CLPC ainda está em análise.

¹⁹ Vale destacar que essas fronteiras marítimas se sobrepõem, de modo que as mais próximas da área terrestre também usufruem das garantias atribuídas às mais distantes.

(soberania plena), em verde escuro, se estende até 12 MN, onde o Estado exerce soberania plena sobre as águas, o espaço aéreo correspondente, o solo e o subsolo marítimos.

Porém, Silva (2022) alega que, desde 2004, o Brasil tem solicitado o redesenho da sua Plataforma Continental, incluindo a do arquipélago (Figura 9), por conta da cadeia de montanhas submarinas mencionadas anteriormente, que seguiria, a princípio, os quesitos geológicos e hidrográficos estabelecido pela UNCLOS para que seja expandida. Porém, até o momento da realização dessa pesquisa, o pedido ainda não foi aceito integralmente pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, como será discutido mais à frente. Na figura 9, em verde-claro, é possível ver a atual Zona Econômica Exclusiva (ZEE) nas proximidades do arquipélago, amplamente reconhecida como soberania brasileira; já a parte em verde escuro corresponde à região reivindicada pelo Brasil, onde se encontra a Cadeia Vitória-Trindade.

Figura 9 – Carta da ZEE e plataforma continental brasileira e as expansões solicitadas



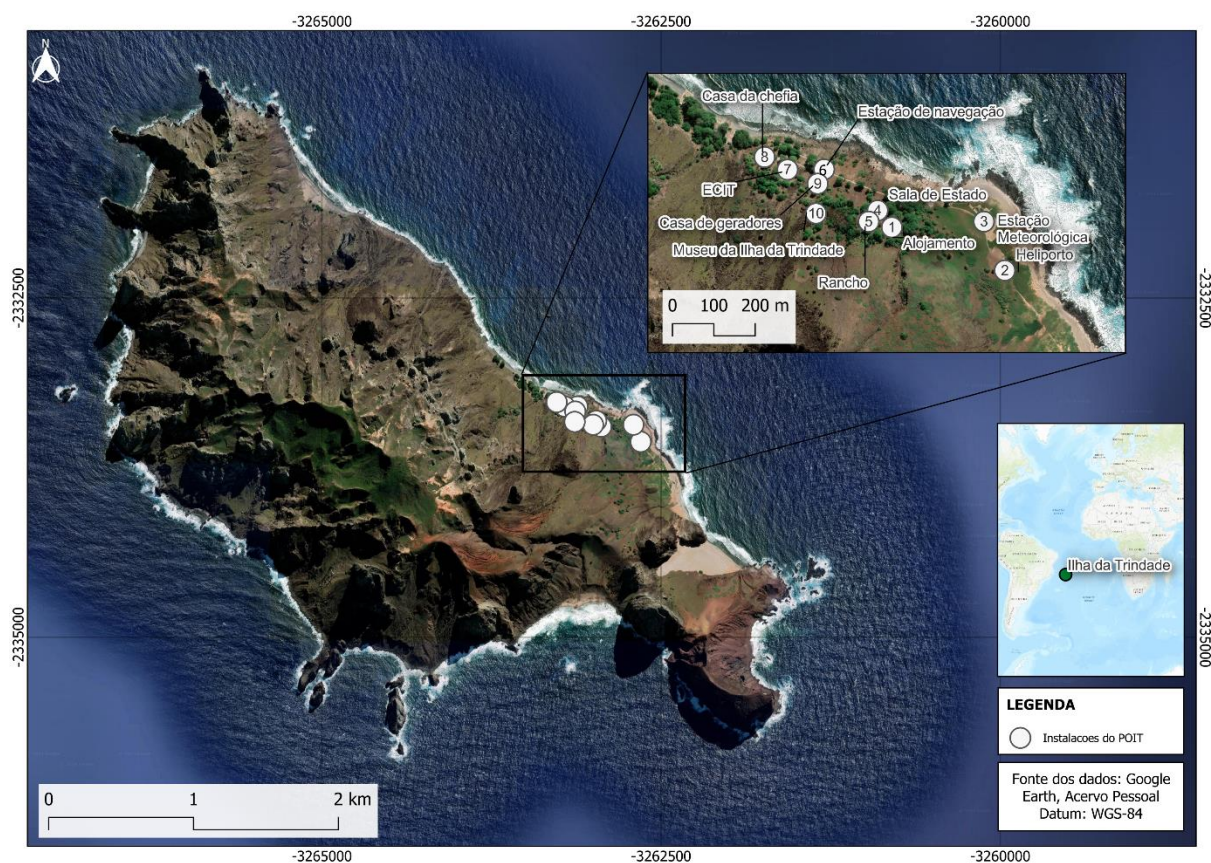
Fonte: Brasil, 2004. Adaptado pelo autor

A criação do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE), em 2007, representou um marco importante para a ocupação da ilha, desta vez por meio da ciência. O programa coordena e apoia pesquisas científicas relacionadas à Ilha da Trindade, ao

Arquipélago de Martim Vaz e à área marítima adjacente, com o propósito de gerar conhecimento em diversas áreas, como geologia, oceanografia e biologia, explorando as características e o potencial da região.

Atualmente, cerca de 40 militares e pesquisadores estão na ilha, atuando no POIT. A infraestrutura inclui uma estação meteorológica, a Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT), que apoia pesquisas científicas e atividades de preservação ambiental, e uma estação de navegação, responsável pela comunicação por rádio e controle do tráfego marítimo na região (Figuras 10 e 11)²⁰.

Figura 10 – Mapa das instalações do POIT



Fonte: Elaboração própria

²⁰ Informações obtidas no site da Marinha do Brasil, complementadas por dados coletados em campo. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com1dn/poit>. Acesso em janeiro de 2024.

Figura 11 – Instalações do POIT



Legenda: A – Estação de navegação. B – Estação meteorológica. C – Sala de Estado e alojamento. D – Estação Científica da Ilha da Trindade.

Fonte: Acervo pessoal

Vale mencionar que o trabalho de campo realizado nessa pesquisa possibilitou observar que a Ilha da Trindade se caracteriza por possuir uma natureza bastante militarizada, evidenciada tanto pelas estruturas construídas quanto pelas restrições de acesso não supervisionado à determinadas áreas e outras normas típicas das Forças Armadas. Essa característica chama atenção, pois diferencia ela em relação à outras ilhas brasileiras, como Fernando de Noronha.

A história da ilha revela um interesse de ocupação fortemente influenciado pelos contextos geopolíticos do Brasil e do mundo. Isso é evidente tanto nas disputas com os ingleses após 1795 quanto nos períodos das guerras mundiais, conforme mencionado anteriormente. É interessante notar que a ocupação mais significativa de Trindade ocorreu em decorrência de uma iniciativa da Assembleia Geral da ONU voltada à ciência e, posteriormente, com a criação de um programa de apoio científico em 2007, apenas três anos após o protocolo do pedido de expansão. Esse aspecto será analisado em maior detalhe adiante.

O levantamento realizado nesta pesquisa mostrou que, no que tange à geopolítica, há uma incipiência de pesquisas sobre Trindade e Martim Vaz dentro da literatura acadêmica, sendo quase exclusivamente estudada por militares e ainda assim não foram encontradas muitas produções sobre a temática²¹. A história do arquipélago demonstra seu potencial como ferramenta geopolítica e geoestratégica, o que faz do mesmo um objeto de estudo bastante interessante de ser estudado e que deve ser mais valorizado, principalmente na academia civil, algo que essa pesquisa almeja.

2.4 - RECORTE TEMPORAL – SOBRE O LEPLAC E OS PEDIDOS DE EXPANSÃO

O recorte temporal foi dividido em três partes, estabelecidas por dois marcos temporais principais: 1982, ano em que a UNCLOS estabeleceu legalmente as fronteiras marítimas dos Estados; 2004, ano em que o Brasil enviou a primeira solicitação de expansão da Plataforma Continental para a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC).

A primeira parte do recorte corresponde ao período pré-1982, com o principal objetivo de compreender como se deu a ocupação do arquipélago de Trindade e Martim Vaz e os conflitos em relação à sua soberania durante a história, tendo em vista que a história pode auxiliar a entender o valor, principalmente estratégico, desse território, como foi explicitado anteriormente.

Em seguida foi investigado o recorte de 1982 até 2004, que serviu para entender como os anos após a UNCLOS e o estabelecimento do direito marítimo de maneira multilateral ressignificaram geopoliticamente os territórios marítimos e, principalmente, as ilhas em todo o mundo. Assim como, analisar de que maneira o crescimento da importância desses espaços modificou o pensamento naval e estratégico dos Estados, principalmente o brasileiro.

Dentro desse contexto, no ano de 1989²² foi instituído oficialmente o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) com o Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989, com o objetivo de delimitar o limite exterior da plataforma continental brasileira além das 200 milhas náuticas previamente estabelecidas, conforme os critérios

²¹ Não foram identificados estudos dedicados exclusivamente a Trindade e Martim Vaz, mas sim pesquisas que abordam as ilhas oceânicas brasileiras de forma abrangente, incluindo essas localidades específicas. Algumas que podem ser mencionadas são os trabalhos de Castro (1999), Zanirato (2012) e Ramos (2016).

²² Apesar de ter sido instituído em 1989, os trabalhos de coleta de dados do LEPLAC fase 1 começou em junho de 1987.

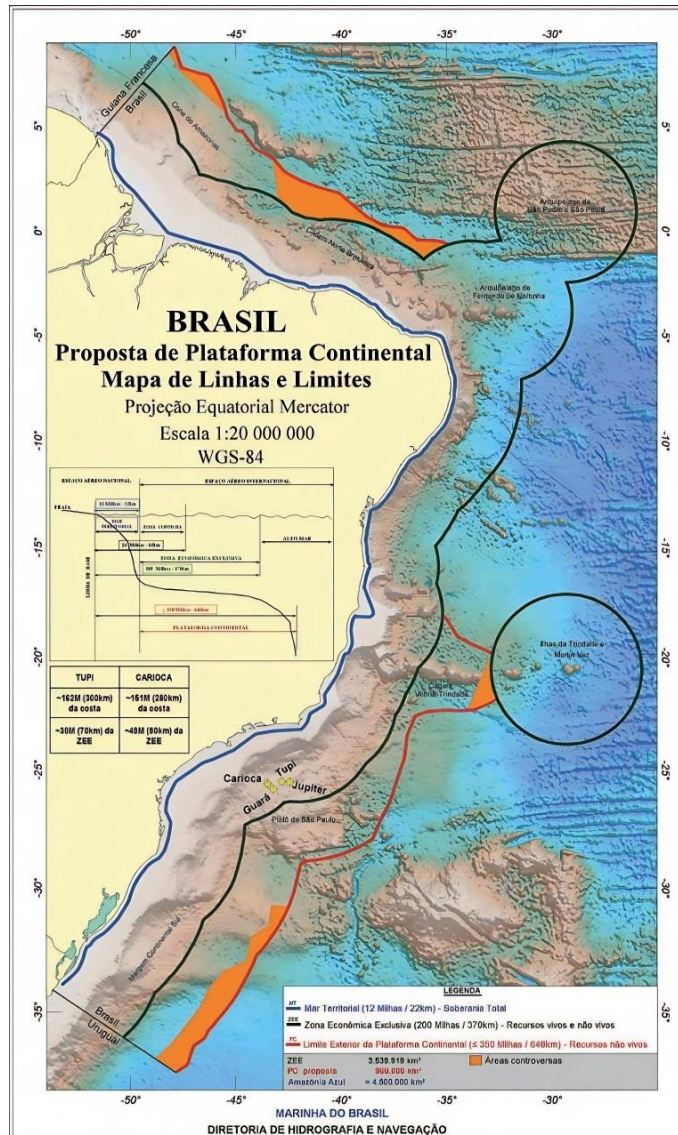
jurídicos da UNCLOS²³. A primeira fase do LEPLAC foi conduzida principalmente pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha (DHN), pela Petrobras e pela comunidade científica civil, que coletaram dados até 1996. Em 17 de maio de 2004, por meio do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil apresentou sua primeira solicitação de expansão da plataforma continental à CLPC, tornando-se o segundo país a submeter esse tipo de pleito. Em entrevista, a CMG Izabel King Jeck, consultora do LEPLAC, destacou que o envio da solicitação dentro do primeiro prazo estabelecido pela ONU e o fato de o Brasil estar entre os primeiros países a apresentar sua proposta garantiram prioridade na análise de seus pedidos em comparação à maioria das nações que submeteram requerimentos posteriormente.

Por fim, a parte de 2004 até a atualidade, o recorte principal da pesquisa, que visou analisar as submissões de expansão das fronteiras marítimas que a Marinha brasileira fez à ONU, em 2004 e 2018, buscando apontar quais os principais argumentos apresentados pelo LEPLAC, os motivos para o primeiro pedido não ter sido aceito integralmente, apontando a nova abordagem do Brasil, com a divisão na solicitação mais recente em regiões da margem continental do país, e como a soberania sobre esse território pode trazer benefícios geopolíticos para o Brasil.

Após três anos de reuniões entre a delegação brasileira e membros da CLPC, em abril de 2007, a comissão apresentou suas primeiras recomendações ao Brasil. Cerca de 20% da área da plataforma continental submetida foi rejeitada (Figura 12), levando o governo brasileiro a não aceitar as recomendações, pois a aceitação impediria futuras revisões do limite proposto. Nesse cenário, em 2008, teve início a segunda fase do LEPLAC, caracterizada pela retomada da coleta de dados e pela subdivisão da área inicialmente pleiteada em três novas solicitações, correspondentes às margens continentais Sul, Equatorial e Oriental/Meridional.

²³ Informação retirada do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1989/decreto-98145-15-setembro-1989-439494-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em novembro de 2024.

Figura 12 – Áreas de não concordância com o CLPC

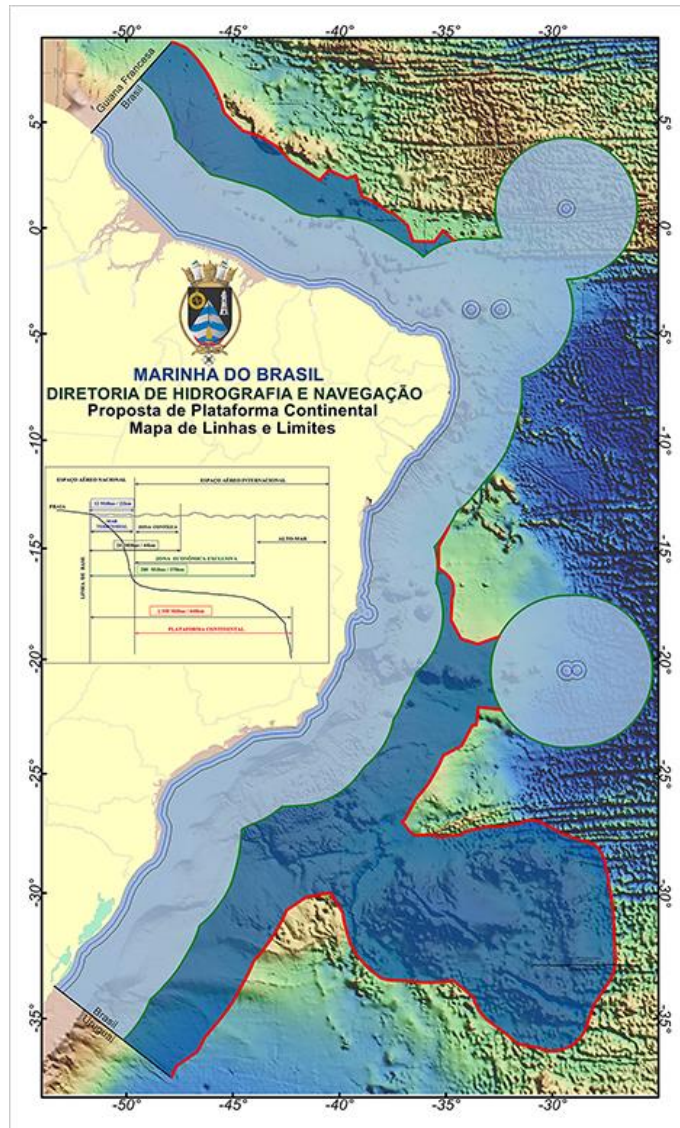


Fonte: DHN, 2007

O novo pleito brasileiro (Figura 13) incorporou a Elevação do Rio Grande, uma área de aproximadamente 500 mil km², equivalente ao território do estado da Bahia, adicionada à Margem Oriental/Meridional. Segundo entrevistas com membros do LEPLAC e o Almirante Garces, o Brasil já pretendia incluir essa região no pedido original de 2004, mas não possuía dados suficientes para justificá-la. Ainda de acordo com as entrevistas, essa área representa uma grande oportunidade para o país, permitindo uma significativa expansão territorial e apresentando elevado potencial para a exploração de recursos minerais. No entanto, também impõe desafios consideráveis devido à sua vasta extensão e à grande distância do continente, o que dificulta a pesquisa e encarece a coleta de dados. Acredita-se que essa região será um dos

principais pontos de debate entre o LEPLAC e a CLPC, possivelmente prolongando o tempo necessário para que o Brasil receba as recomendações da Comissão.

Figura 13 – Nova proposta da Plataforma Continental brasileira



Fonte: DHN, 2018

Em entrevista, todos os membros do LEPLAC, discorreram que as principais diferenças nos dados apresentados nos pedidos subsequentes envolveram o uso de técnicas mais modernas e avançadas de batimetria e sísmica. Além disso, foram incluídos dados adicionais não contemplados na solicitação inicial, como análises de *sub-bottom profiling*, voltadas para o estudo de processos sedimentares atuais, dragagem de rochas das cadeias vulcânicas e o emprego de sonobóias para calcular a velocidade de propagação do som na coluna d'água e no fundo marinho.

A proposta relativa à Região Sul foi submetida à CLPC em agosto de 2015 e, em março de 2019, obteve aprovação integral, incorporando cerca de 170.000 km² à plataforma continental brasileira. Já as solicitações para as Margens Equatorial e Oriental/Meridional foram enviadas em 2018. De acordo com o Comandante Luiz Carlos Torres, a subcomissão encarregada da análise da Margem Equatorial concluiu seu trabalho em novembro de 2024 e, no dia 14 do mesmo mês, iniciou a avaliação da Margem Oriental/Meridional. A primeira apresentação formal dessa margem à CLPC está agendada para 26 de fevereiro de 2025. Entretanto, de acordo com a CMG Jeck, o pedido relacionado à Cadeia Vitória-Trindade, foco principal desta pesquisa, ainda não possui previsão para conclusão pela Comissão.

Conforme destacado em um trabalho realizado pelo Comandante Torres e Ramsés Capilla (2024), da Petrobras, e reforçado durante entrevista com a CMG Ana Angélica Alberoni, desde 2018, o LEPLAC foi incorporado ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Petrobras, com vigência até dezembro de 2027. Essa inclusão proporcionou um aumento substancial no orçamento do projeto, viabilizando um planejamento de longo prazo mais eficiente e bem estruturado.

3. A GEOPOLÍTICA DOS MARES E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO NAVAL ATUAL

Antes de aprofundar as discussões sobre os espaços oceânicos, é essencial abordar brevemente um conceito central da geopolítica: o território e sua relação intrínseca com o Estado. Sob a ótica da geografia política, Friedrich Ratzel definiu o território como o espaço físico onde o Estado exerce soberania, funcionando como alicerce para a sobrevivência da sociedade, além de servir como base para sua organização e desenvolvimento (Cazzarotto, 2006). Assim, o conceito de Estado está indissociavelmente ligado à existência de um território e suas fronteiras (Ratzel, 1983).

Dentro da perspectiva da geopolítica clássica, o conceito de território está associado à racionalidade, objetividade e universalidade, elementos considerados essenciais nas territorialidades. A maioria dos autores clássicos do final do século XIX entendia que, em um cenário desprovido de instituições multilaterais, as territorialidades eram consolidadas principalmente por meio do uso da força de forma unilateral ou por acordos bilaterais, por vezes com a intermediação de um outro Estado (Costa, 1992; Castro, 2005).

Souza (2000) e Haesbaert (2004), por sua vez, argumentam que o território, independentemente da definição adotada, está intrinsecamente relacionado à noção de poder. Esse poder pode se manifestar de forma concreta, por meio da dominação exercida pelo Estado, e/ou de maneira simbólica, através da apropriação das relações entre sociedade e espaço. Nesse contexto, a ideia de território está fundamentalmente associada ao controle de uma área geográfica delimitada, com o propósito de regular e influenciar os fenômenos que ocorrem dentro dele.

Gottmann (2012) destaca que, com a divisão política do planeta através das fronteiras, o território se torna o elemento central para a materialização da soberania e autonomia nacionais. Esse processo transforma as fronteiras nacionais em “naturais”, ou seja, as linhas no espaço se tornam parte intrínseca do próprio Estado, e são consideradas as mais reconhecidas e legitimadas como critério de separação cultural entre dois grupos. Dessa forma, o autor argumenta que:

O território enquanto quadro para um sistema político separado é geralmente desejado para prover a segurança física contra invasão ou controle estrangeiro, e como uma plataforma para oportunidade econômica de desenvolver recursos em seu interior e em possíveis redes externas (Gottmann, 2012, p. 529).

A partir dessa perspectiva, é possível analisar o território sob três enfoques principais: soberania, segurança e projeção. No que se refere à soberania, Storey (2017) argumenta que o

território constitui o elemento essencial para a existência dos Estados, servindo como sede do poder e espaço funcional para suas operações. Essa relação se associa ao princípio da soberania, que assegura a autonomia das nações na gestão de suas esferas internas e pressupõe a ausência de interferências externas. O respeito ao espaço geográfico sobre o qual a soberania é exercida, isto é, o território, resulta de um processo histórico que moldou cada Estado, evidenciando a relevância do vínculo entre território, poder e identidade nacional (Storey, 2017).

Azevedo (2023), por sua vez, argumenta que a grande maioria dos estudiosos sobre soberania consideram que o principal marco desse processo histórico foi a adoção do sistema vestifaliano no século XVII. Esse marco histórico significou que a soberania seria o direito do Estado de exercer autoridade dentro de um território delimitado, tanto em âmbito interno quanto externo. No entanto, no contexto contemporâneo, a soberania originalmente concebida como poder ilimitado foi reinterpretada, passando a ser entendida como um poder exclusivo e independente, especialmente a partir do surgimento do Estado-nação e da consolidação da democracia de massa (Azevedo, 2023).

Ademais, desde as primeiras teorizações sobre o território, este já era entendido como uma fonte de segurança, essencial para a preservação da vida do povo e a continuidade do próprio Estado (Ratzel, 1983). No contexto atual, Monteiro (2022) argumenta que as transformações nas formas de guerra redefiniram o papel defensivo do território e das fronteiras. A delimitação precisa dos espaços tornou-se fundamental para assegurar a separação entre o interno e o externo da soberania estatal moderna. Esses limites atuam como uma linha inicial de defesa contra invasões, conflitos e ameaças fronteiriças características do mundo contemporâneo, como o terrorismo transnacional, o tráfico e o contrabando.

A concepção do território como instrumento de projeção do Estado baseia-se, nos argumentos de Gottman (2012), em sua utilidade como abrigo e, ao mesmo tempo, recurso para o desenvolvimento estatal. Esse desenvolvimento ocorre por meio da exploração dos seus recursos dentro de um sistema que pode ser autocontido e/ou expansionista. No entanto, essa expansão nem sempre implica o aumento físico do território, mas sim a ampliação da influência política e econômica para além dos limites estatais (Gottmann, 2012). Kaplan (2013) reforça essa ideia ao afirmar que o espaço geográfico e suas particularidades impactam diretamente a política global e as estratégias de projeção de poder dos Estados, limitando ou viabilizando ações específicas. O autor ainda destaca que mudanças no cenário geopolítico e nas dinâmicas globais, como o aumento da relevância das questões ambientais na agenda internacional, conferem nova importância a partes do território anteriormente consideradas menos relevantes.

Ferreira (2014) explica que as territorialidades refletem o valor conferido a um território com base em sua ocupação ou apropriação pelo ser humano, estando associadas ao esforço coletivo de um grupo social para dominar, utilizar e controlar um determinado espaço. Nesse sentido, ao longo do tempo, as estratégias de territorialização passaram por transformações significativas. Enquanto no passado o controle territorial era fundamentado na força militar, na garantia de recursos e na expansão física, atualmente observa-se a incorporação de novos instrumentos aos elementos tradicionais, entre esses, destacam-se os acordos internacionais, a preservação ambiental e a disseminação de influências culturais, que permitem a formação de territorialidades de maneira distinta (Elden, 2013).

Machado (2000) argumenta então que os limites territoriais do Estado, especialmente na contemporaneidade, desempenham um papel significativo na diplomacia de alto nível. Esses limites transcendem sua função tradicional de separação entre unidades políticas, tornando-se espaços de interação e troca, que contribuem para o fortalecimento dos laços diplomáticos e ampliam a influência estatal além de suas fronteiras. A autora exemplifica essa ideia ao afirmar que a formação de agrupamentos entre Estados, como blocos econômicos e organizações internacionais, assim como as diásporas de povos, e a ascensão de organizações em rede, impulsionadas pela revolução tecnológica, têm redefinido os espaços de transação, os quais não coincidem com os limites territoriais dos Estados nacionais (Machado, 2000).

Sob outra ótica, Elden (2013) argumenta que o território pós-revolução científica deve ser compreendido também como um conjunto de tecnologias políticas, uma vez que o território atual envolve técnicas para medir terras e controlar áreas de forma técnica e legal. Para o autor, o controle territorial depende amplamente das técnicas de delimitação e mapeamento do espaço, que estão em constante evolução, e que "somente com esse tipo de habilidade as fronteiras modernas podem ser estabelecidas como mais do que uma simples linha demarcada no terreno" (Elden, 2013, p. 325).

Por fim, Gottmann (2012) observa que o conceito de território tem sido tradicionalmente associado às áreas terrestres. Contudo, atualmente os territórios marítimos adquiriram maior importância geopolítica, já que essas áreas, antes consideradas livres de soberania, agora são juridicamente recortadas para a exploração pelos Estados, sendo considerados acréscimos dos seus próprios territórios terrestres.

3.1. OS CLÁSSICOS DA GEOPOLÍTICA DOS MARES

Para compreender o estado atual da geopolítica marítima é necessário conhecer e compreender a importância dos autores clássicos. Seguramente o principal nome deles é do Almirante americano Alfred Mahan (1840-1914), que escreveu obras como “*Influence of sea power upon history, 1660-1783*” (1891) e “*The Influence of Sea Power Upon the French Revolution and Empire, 1793–1812*” (1892), que é considerado um dos maiores estrategistas navais da história. Sumida (1999) afirma que a ideia de poder marítimo criada por Mahan trazia uma abordagem tratando da interconectividade de força, economia e geografia das marinhas e nações, algo inédito até o momento e que é referência até a atualidade dentro da geopolítica e estudos estratégicos.

3.1.1. O Poder Marítimo em Alfred Mahan

Kennedy (1988) afirma que Mahan buscou utilizar diversos exemplos históricos, principalmente do Reino Unido, para mostrar como o controle dos mares, em tempos de guerra ou paz, exercia profunda influência sobre a riqueza e força das nações. Para Mahan (1891), navegar pelas águas sempre se mostrou mais eficaz do que viajar pela terra, fazendo com que nações com grandes extensões litorâneas ou dimensões insulares tivessem condições favoráveis para se desenvolver. Ademais, na visão do almirante americano, quem fosse capaz de controlar além de suas próprias águas, e dominasse o *great common*, ou seja, os mares do qual passavam as vitais rotas comerciais marítimas internacionais, obteria grandes benefícios, como a proteção do seu comércio e das suas rotas ultramarinas, além de permitir que suas tropas passassem livremente para os destinos desejados e influenciar as ações de outras nações.

Tendo em vista essas ideias, a teoria do poder marítimo²⁴ consiste na habilidade de um Estado em proteger os seus interesses políticos, econômicos e militares por meio do controle dos mares e que através desses, as potências deveriam exercer controle sobre pontos estratégicos que garantiriam o exercício do poder (Cruz; Sousa, 2023). Baracuh (2021) discute que, de acordo com Mahan, são seis os elementos principais necessários para uma nação alcançar com êxito o poder marítimo: I. Posição geográfica; II. Características físicas, incluindo

²⁴ Por conta dos conceitos de poder marítimo e poder naval comumente serem utilizados como sinônimos, é interessante ressaltar a diferença entre ambos. “O poder marítimo inclui o poder naval, enquanto o poder naval se restringe à estratégia militar, o poder marítimo também leva em consideração a forma como uma determinada potência é capaz de utilizar o mar do ponto de vista político e econômico” (Cruz; Sousa, 2023, p. 396).

produtos naturais e clima; III. Extensão territorial; IV. Tamanho da população; V. Caráter nacional; e VI. Tipo de governo, inclusive suas instituições.

Possuir características positivas nos três primeiros elementos é favorável, pois possibilitam que o Estado concentre seus esforços em aumentar seu poder marítimo, evitando, por exemplo, conflitos territoriais com vizinhos, a necessidade de procurar terras e climas mais férteis, assim como de pontos militarmente estratégicos. O quarto e quinto elemento dizem respeito à propensão específica de explorar os mares que uma nação detém, tanto da população (em relação ao número de pessoas dispostas a se juntar à marinha ou a ter envolvimento com o comércio marítimo), quanto em relação ao caráter nacional (em relação à disposição e capacidade da nação em investir na proteção dos seus interesses nos mares). Por fim, o papel do governo e suas instituições seria de promover o potencial marítimo, militar e econômico do país, visando reforçar a posição e influência do Estado nacional no mundo, em tempos de paz e guerra.

Além disso, Mahan apresenta em suas obras três considerações sobre as quais o domínio marítimo poderia se basear (especialmente em tempos conflituosos): instrumentos de guerra; comércio marítimo; e o domínio de territórios além da *mainland* (Mahan, 1891). Gough (1988), quando analisa essa teoria, discute que a posse de armas de guerra, incluindo bases no exterior e uma posição geográfica fora dos portais do *core* de um Estado, o controle e o monitoramento dos transportes marítimos e a disposição de territórios ultramarinos, como de ilhas, das quais extrair recursos, materiais, suprimentos ou alimentos, dá a uma nação a capacidade de expandir sua prosperidade e influência em várias escalas, como foi observado em diversos casos durante a história, algo que deveria ser emulado para alcançar a hegemonia dos espaços oceânicos.

Interessante notar que essa estratégia da utilização das ilhas para expandir o alcance e influência é utilizada até hoje pelo Reino Unido – a principal inspiração de Mahan para a construção do conceito de poder marítimo. O conjunto de ilhas pertencentes à Grã-Bretanha, em especial no Atlântico Sul, garante grandes vantagens geopolíticas para tornar o país em um grande ator na região. Algo que causou e causa conflitos territoriais com os países Sul-Americanos, como em relação às Ilhas Falkland e também o arquipélago que é o objeto de estudo dessa pesquisa, como mencionado no capítulo anterior.

Porém, Kennedy (1988) afirma que é necessário reconhecer as limitações da teoria de Mahan e a importância de compreender que apenas o poder marítimo não seria o único fator que definiria o sucesso ou fracasso de uma nação, uma falha, que na visão do autor, é comumente sinalizada por estudiosos dos estudos navais.

Apesar disso, é inegável a influência de Mahan na estratégia marítima de diversos países em diferentes épocas, como dos Estados Unidos (Baer, 1999), onde a Marinha americana utiliza até hoje a presença, dissuasão e intervenção naval em regiões importantes da Europa e do Pacífico para assegurar a estabilidade política, econômica e segurança, ambos em mar e terra. Já a influência na Alemanha (Holmes, 2010) se nota na inspiração de importantes figuras como o Almirante Alfred von Tirpitz, que buscou criar uma estratégia para rivalizar com o Reino Unido, tornando os alemães em um dos grandes poderes marítimos nas primeiras décadas do século XX. No caso japonês (Bose, 2020) desde sua época imperial, utilizando a conexão entre força naval e comércio marítimo para expandir seus territórios, até a atualidade com a aliança securitária no Pacífico com os Estados Unidos. E a China (Holmes; Yoshihara, 2006) com a utilização de seus investimentos recentes no fortalecimento de sua marinha para proteger territórios sensíveis, a utilização de ilhas para expandir sua influência e a criação de grandes rotas comerciais para competir com o poder marítimo americano, demonstrando a relevância de Mahan até a atualidade.

3.1.2. Outros importantes nomes no debate clássico do Poder Marítimo

Outro autor que é considerado, junto a Mahan, um dos pais da teoria marítima é o britânico Sir Julian Corbett (1854-1922), que escreveu diversas obras e tem como sua mais influente o livro “*Some principles of maritime strategy*” (1911). Moffat (2001) argumenta que Corbett, orientado pelos conceitos do General Carl von Clausewitz, complementou as ideias de Mahan ao apresentar um argumento mais lógico e estruturado, e suas teorias ainda são aplicáveis no mundo atual, tornando-se a “forma aceita de conduzir conflitos marítimos” (MOFFAT, 2001, p. 11). Além disso, outro diferencial das teorias do britânico é a sua ênfase “que a estratégia precisa estar conscientemente relacionada com a política externa, e a estratégia naval com a estratégia terrestre” (Till, 1999, p. 20).

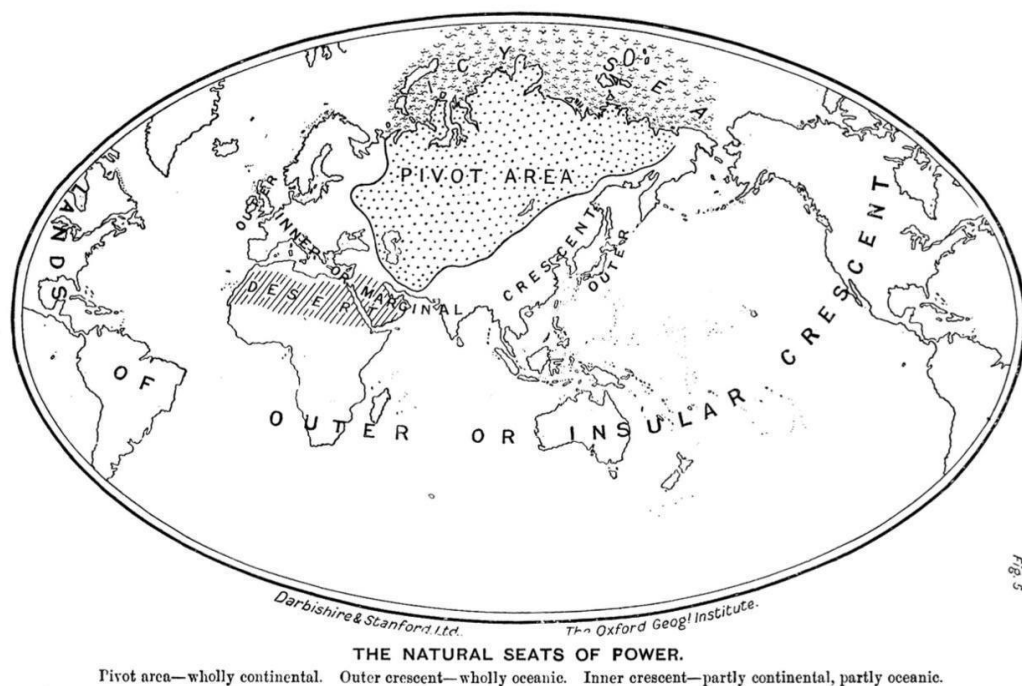
Albrecht, Tsetsos e Grunwald (2021) discutem que diferentemente de Mahan, Corbett afirmava que o poder marítimo não está obrigatoriamente ligado ao que acontece nos espaços oceânicos, mas sim na influência que o poder marítimo tem na terra. Gough (1988) discute que a estratégia marítima de Corbett se baseia nas linhas de comunicação e sua manutenção, e são essas linhas que constituiriam a essência da influência e poder naval, já que a guerra naval não seria similar à guerra terrestre. Para o britânico, “o comando do mar, portanto, nada mais significa do que o controle das comunicações marítimas, seja para fins comerciais ou militares.

O objeto da guerra marítima é o controle das comunicações, e não, como em guerra terrestre, a conquista de território” (Corbett, 1911, p. 12).

Ademais, Till (1999) discorre que Corbett apontava que o poder marítimo detinha características particulares vantajosas para auxiliar no desenvolvimento de uma nação em relação a outras formas de poder militar, como a sua flexibilidade, mobilidade, controlabilidade e o seu custo-benefício. Sendo assim, o Estado deveria se aproveitar dessas características na formação da sua estratégia marítima para alcançar seus objetivos.

Apesar de não ser associado especificamente ao poder marítimo, um autor relevante a ser mencionado é o geógrafo britânico Sir Halford Mackinder (1861-1947), conhecido por ter sido autor de diversas obras importantes ligadas à geopolítica e geoestratégia, como seu artigo “*The Geopolitical Pivot of History*” (1904). Baracuh (2021) atesta que diferentemente de Mahan, Mackinder acreditava que o destino geopolítico do mundo não estava ligado ao *great common*, mas sim ao controle do que o autor intitula de *Heartland* (Figura 14), uma área pivô que se estendia do Rio Volga ao Rio Yangtzé, representando grande parte do que é conhecido como a Eurásia. A importância do *Heartland* decorre do fato da grande extensão territorial da região, além da sua riqueza em recursos minerais e energéticos, que, associado à potencialidade industrial dos países que ali se encontram, facilitaria a exploração desses recursos em prol do desenvolvimento e da preservação do poder militar estratégico.

Figura 14 – Área Pivô de Mackinder

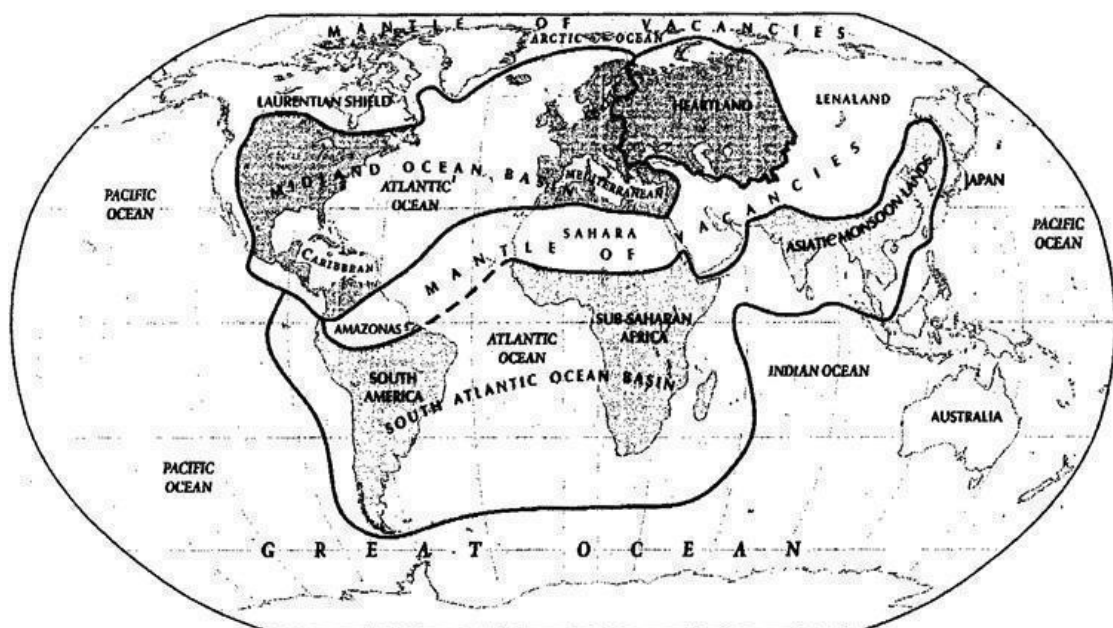


Fonte: Mackinder, 1904

Dessa maneira, Kennedy (1974), Cruz e Sousa (2023) discutem que de acordo com o geógrafo, por conta da área pivô não acessível pelo mar, o poder marítimo seria inferior ao poder terrestre, e que a supremacia das forças navais nos séculos passados teria sido resultado do desenvolvimento tecnológico naval das grandes nações europeias como o Reino Unido. Porém as mudanças que ocorreram na revolução industrial proporcionaram a outros Estados condições de desenvolverem seus poderes terrestres, rivalizando o domínio dessas potências e enfraquecendo o poder marítimo em relação ao poder terrestre.

No entanto, à medida que a Segunda Guerra Mundial se desenrolava, Mackinder elaborou o que Sloan (1999) identifica como o conceito mais significativo desenvolvido pelo britânico após a *Heartland*: a ideia do *Midland Ocean* (Figura 15), que essencialmente propunha uma capacidade anfíbia, no qual o poder marítimo, em última instância, deveria ser capaz de projetar influência em terra para contrabalançar a ameaça do poder terrestre, destacando a relevância do domínio marítimo em relação ao terrestre. O escopo geográfico do *Midland Ocean* era o Atlântico Norte e era composto por três elementos, “uma cabeça de ponte na França, um aeródromo com fosso na Grã-Bretanha e uma reserva de mão de obra treinada, agricultura e indústrias no leste dos Estados Unidos e no Canadá” (Sloan, 1999, p. 34), influenciando a formação ao que veio a ser a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Figura 15 – A nova divisão geográfica do mundo de Mackinder



Fonte: Mackinder, 1943

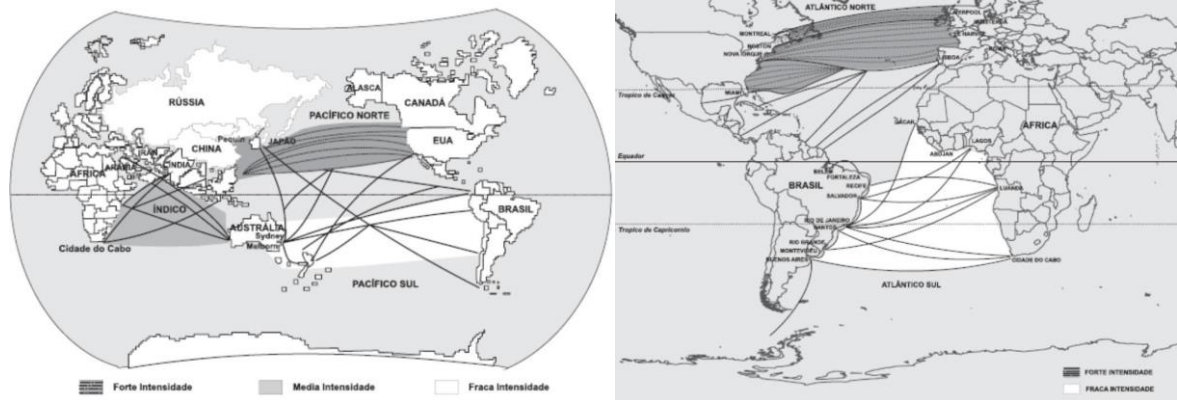
Na figura 15, é possível observar duas áreas principais: o *Heartland* e a Bacia do *Midland Ocean*, que é banhado pelo Oceano Atlântico Norte e possui quatro regiões subsidiárias (o Oceano Ártico e os mares Mediterrâneo, Báltico e do Caribe), constituindo o que Mackinder (1943) descreve como um "cinturão geográfico", o principal recorte espacial geopolítico do mundo. Fora desse cinturão está o *Great Ocean*, os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico Sul e os territórios banhados por eles, que seriam secundários no cenário geopolítico global. Tendo em vista que o objeto de estudo dessa pesquisa é Trindade e Martim Vaz e sua localização no Atlântico Sul, torna-se interessante destacar a falta de relevância desse oceano nas análises geopolíticas dos mares, especialmente nos clássicos, mas também em obras mais recentes, algo que será exposto nas seções seguintes da pesquisa.

3.1.3. Geopolítica brasileira e o Poder Marítimo

A geógrafa Therezinha de Castro (1930-2000) possivelmente é o principal nome quando se discute geopolítica dos mares, que por meio de trabalhos como “Geopolítica: princípios, meios e fins” (1999), buscou despertar a discussão sobre a importância estratégica do Atlântico Sul no contexto da segurança hemisférica e desenvolvimento para o Brasil (Santos, 2008). Dentro das suas grandes contribuições, possivelmente a maior delas é a ideia de oceanopolítica (Castro, 2021 [1983]), que seria a geopolítica aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do “poder mundial”, já que as dinâmicas nos oceanos são diferentes dos territórios terrestres, exigindo uma perspectiva diferente para preencher as lacunas existentes na geopolítica. Penha quando analisando a teoria de Castro, afirmam que:

a consciência da existência de uma “Oceanopolítica” permitiria aventar a possibilidade de se desencadear a formação de bacias oceânicas em todos os oceanos do mundo, tendo como “áreas-pivot”: Brasil (no Atlântico Sul), Índia (Índico), Estados Unidos (Atlântico Norte e Pacífico Norte), China (Pacífico Norte), Rússia (Ártico). (Penha, 2008, p. 132)

Figura 16 e 17 – Bacias Oceânicas e Áreas Pivot



Fonte: Penha, 2010

Nas figuras 16 e 17 é possível observar que as bacias detêm diferentes níveis de intensidade, que são determinadas de acordo com as relações geopolíticas, econômicas e militares entre os atores ali presentes. Dessa maneira, constata-se que as bacias do Atlântico Norte e o Pacífico Norte são as únicas que possuem o que Penha (2010), baseada em Therezinha, caracteriza como ligações de alta intensidade. Nota-se também que a bacia do Atlântico Sul compreende grande parte do atual Entorno Estratégico do Brasil e que ainda tem ligações de fraca intensidade, sendo necessário fortalecer as relações entre os países encontrados nesta região.

Therezinha também discutia em suas análises que as mudanças que ocorreram no século XX em relação aos mares e oceanos, como a UNCLOS, alteraram a forma de pensar (principalmente geopoliticamente) esses espaços, já que agora “enquanto o Direito Internacional procura determinar o espaço marítimo, no qual os Estados devem exercer a sua soberania, a Geopolítica é levada a determinar a esfera marítima de domínio desses mesmos Estados” (Castro, 2021 [1983], p. 33).

Ademais, Castro afirmou que o poder marítimo nos tempos contemporâneos passou por uma alteração de finalidade e não era mais ligada a conflitos armados diretos entre rivais, mas como ferramenta para ameaçar pontos estratégicos, transformando-se em uma força dissuasória. E que, em adição a isso:

Nações procuram obter o Poder Militar no mar a fim de adquirir ou aumentar a sua participação nos recursos oceânicos. E, se no passado, a proteção às zonas de pesca constituía uma questão secundária para as Marinhas de Guerra, hoje em dia a consciência de que os mares são fontes vitais de alimentos, energia e matérias primas industriais, tudo veio a contribuir para modificar a concepção de utilidade do Poder Marítimo dentro do enfoque geopolítico (Castro, 2021 [1983], p. 40).

Outra contribuição importante da autora, especialmente para essa pesquisa, é a tese da triangulação insular. Nesta tese Castro (1999) estabelece três triângulos geoestratégicos no Atlântico Sul (Figura 18): o primeiro formado pelas Ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha; o segundo por Gough, Shetland do Sul e Sandwich do Sul; e a terceira por Fernando de Noronha, Trindade e Martim Vaz, e as Ilhas Falkland (Malvinas). Os dois primeiros triângulos servem como meio do Reino Unido estabelecer influência e segurança para o país e a OTAN no Atlântico Sul e no Oceano Glacial Antártico, além de apoio a rotas marítimas importantes como a Rota do Cabo. Já o terceiro triângulo, que deveria ser mais explorado, serviria como postos avançados para a guarda e desenvolvimento dos países banhados pelo Atlântico Sul, principalmente o Brasil, Argentina e Uruguai.

Figura 18 – Tese da Triangulação Insular



Fonte: Castro, 1999

A Figura 18 revela que a teoria de Therezinha de Castro já atribuía protagonismo à Ilha da Trindade antes mesmo da década de 1990. Com base na revisão de escopo realizada nesta pesquisa, corroborada pelos dados apresentados por Oliveira e Azevedo (2024), fica evidente que a autora desempenhou um papel significativo para a Marinha brasileira enquanto instituição, o que explica por que a ilha vem ganhando destaque no pensamento naval do país.

Penha (2008) argumenta que as contribuições de Therezinha de Castro influenciaram profundamente o planejamento estratégico nacional, impulsionando o Brasil a assumir um papel mais central em seu oceano, e destaca que seu pensamento geopolítico é fundamental para o desenvolvimento da estratégia naval brasileira.

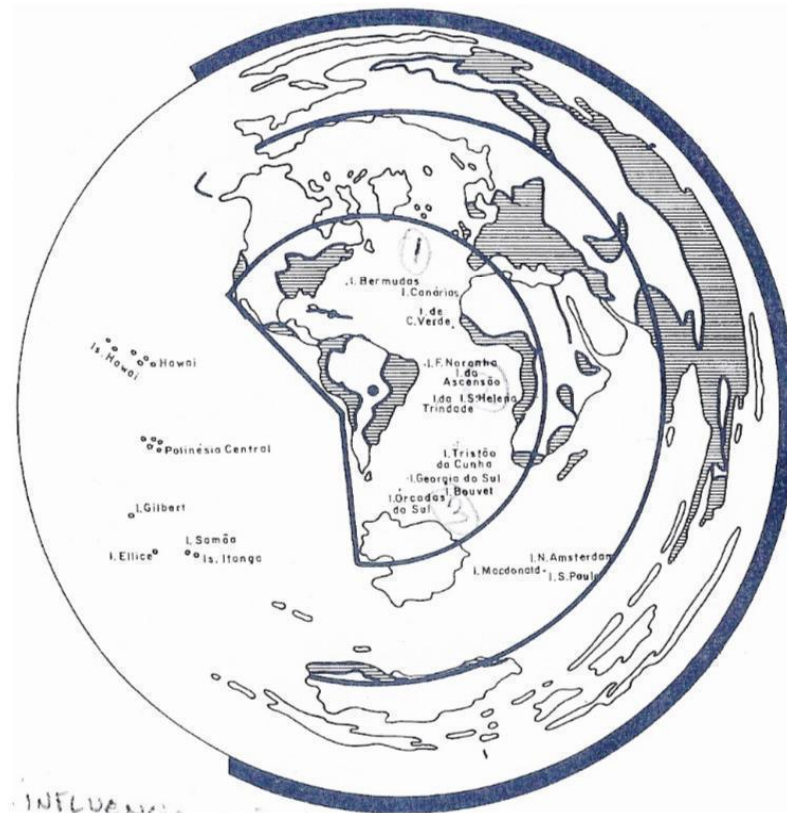
Para a autora, esses triângulos formados pelos cinturões de ilhas Britânicas no Atlântico Sul conferem ao Reino Unido uma vantagem geopolítica e estratégica ímpar no controle da região e no estabelecimento de uma assimetria do poder marítimo entre Londres e os países sul-americanos. A tese de Therezinha de Castro voltará em capítulos seguintes desta pesquisa buscarão compreender de maneira mais aprofundada como essas questões afetam o papel geopolítico do Brasil na região e como maior utilização e desenvolvimento do arquipélago de Trindade e Martim Vaz poderia auxiliar na diminuição da assimetria mencionada.

Importante destacar também a ênfase dada pela autora à importância estratégica do saliente nordestino na geopolítica brasileira. Segundo Souza e Visentini (2023), Therezinha de Castro considerava essa região crucial por viabilizar a rota Natal-Dacar²⁵, um marco geopolítico do Atlântico Sul, tanto para o poder marítimo quanto aéreo. Essa rota, aliada às ilhas previamente mencionadas, possibilita uma articulação estratégica tri-continental — América, África e Antártida —, favorecendo a triangulação da navegação no espaço geopolítico do Atlântico Sul (Castro, 1986; 1999).

Outro autor que influenciou o pensamento geopolítico brasileiro em relação aos mares foi o General Golbery Couto e Silva (1911-1987), que em uma das suas principais obras — “Geopolítica do Brasil” (1981) — trouxe a “tese dos hemisférios”, moldando elementos da política externa e de defesa brasileira atual (Salatino *et al.*, 2021). A “tese dos hemisférios” de Couto e Silva (1981) considera que o Brasil possui duas zonas de projeção de poder, o hemisfério exterior e interior (Figura 19). A primeira correspondia ao chamado “perímetro ampliado de segurança do Brasil”, uma área que não deveria ser priorizada como zona de atuação do Brasil, que se iniciava a leste da América do Sul (Pacífico) e se estendia até a costa ocidental da África. A segunda, por sua vez, corresponderia a um raio que inclui toda a região atlântica, região da qual o autor julgava que o Estado brasileiro deveria investir mais profundamente na defesa e no aumento da influência com os vizinhos por meio da diplomacia.

²⁵ Souza e Visentini discorrem que “neste sistema “tri-continental”, a linha estratégica entre Natal e Dakar é, como já apontado por outros geopolíticos brasileiros, a divisória entre Atlântico Norte e Sul, ainda que a OTAN entenda que aquela seria o Trópico de Câncer” (Souza; Visentini, 2023).

Figura 19 – O Brasil e os Hemicíclios interior e exterior



Fonte: Silva, 1967

Teixeira Junior (2013) argumenta que apesar da teoria de Couto e Silva ter sido criada em um contexto de Guerra Fria, a reflexão do autor ainda é atual, na qual a lógica de ganho de segurança e de influência (consequentemente de poder marítimo) permanece similar. E a delimitação espacial da área de atuação do Brasil no campo da Defesa e da Segurança de Golbery, seguramente o que veio a ser compreendido como o atual Entorno Estratégico do Brasil. Na Figura 19, observa-se que Trindade e Martim Vaz ocupa uma posição central no hemicíclio interior, no meio do Atlântico Sul, reforçando a importância dessa região para ampliar a presença brasileira nessa área. Ademais, o contexto da Guerra Fria mencionado anteriormente pode ter influenciado na criação do POIT, uma década após a formulação da teoria de Couto e Silva.

Outro ponto interessante que Golbery Couto e Silva (1981) destaca é que a geografia física do Brasil, marcada por uma densa rede fluvial, confere ao território uma grande permeabilidade natural do território brasileiro (Figura 20) que conecta o oceano Atlântico ao interior do país, fazendo com que a influência marítima se estenda para dentro do continente. Na visão do autor, essa característica facilitaria a interiorização do território e permitiria o desenvolvimento de uma rede de circulação interna mais sólida.

Figura 20 – Permeabilidade natural do território brasileiro



Fonte: Silva, 1981

Além disso, Golbery ressalta que “a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul” (Silva, 1981, p. 52), fator que, segundo ele, contribuiu para que o Brasil se projete como uma potência global. O autor enfatiza ainda a forte dependência do país de sua “orla oceânica”, já que os principais Centros de Poder Sul-Americanos (Figura 21) estão situados na faixa litorânea. Diante disso, ele defende a necessidade da manutenção de fortes bases marítimas e aéreas no Atlântico Sul, um espaço que considera indispensável para a segurança e a sobrevivência do Estado brasileiro.

Figura 21 - Centros de Poder Sul-Americanos



Fonte: Silva, 1981

Dessarte, mostra-se importante mencionar que mesmo atualmente, é perceptível a permanente insistência no uso dos autores apresentados acima como os principais na geopolítica brasileira. Oliveira e Azevedo (2024) afirma que esse fato traz consigo dois lados, um que reafirma a importância desses autores para a construção da geopolítica e pensamento estratégico brasileiro, e outro que dificulta o avanço da temática, a superação de paradigmas e a compreensão de novos contextos geopolíticos.

3.2. O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL

A discussão teórica mencionada anteriormente exerceu uma influência significativa sobre o pensamento geopolítico brasileiro, contribuindo, inclusive, para a formulação de regiões estratégicas destinadas a fortalecer e direcionar a presença e a atuação do Brasil no cenário global. Um exemplo emblemático dessa influência é a concepção do conceito de

Entorno Estratégico Brasileiro, que reflete a busca por consolidar o protagonismo nacional em áreas de interesse prioritário.

De acordo com o Plano Estratégico da Marinha 2040, o atual Entorno Estratégico Brasileiro (Figura 22) é uma região que se insere nos seguintes limites geoestratégicos: “Ao Norte, o paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério norte” (Brasil, 2020, p. 18).

Figura 22 – Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: Brasil, 2020

Willrich afirma que essa região é aquela que o Brasil possui ação imediata, em que o país possui forte influência política, econômica e militar em relação aos outros países que formam esse recorte e também representa uma área na qual se tem o objetivo de obter, por meio da Cooperação Sul-Sul, maior atuação e influência, a fim de aumentar a inserção brasileira na esfera global. Segundo o mesmo autor, os documentos de defesa nacional – a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) – trazem em si a mesma estratégia de atuação, com ações que se devem:

trazer benefícios de desenvolvimento, paz e estabilidade a fim de proporcionar um ambiente amistoso e desenvolvido econômico e socialmente para que o Brasil atinja seus objetivos, como por exemplo, ser uma potência regional. Além disso, o ambiente regional, segundo o LBDN, deve proporcionar uma multipolaridade cooperativa, ou seja, uma ordem multipolar, em que todos os atores possuem voz e importância internacional, assim como proporcionar a cooperação entre estes mesmos atores (Willrich, 2018, p. 8).

Nos mesmos documentos citados, foram delineadas as áreas de interesse do Brasil: a América do Sul, o Atlântico Sul, a Costa Ocidental da África e, mais recentemente, o Continente Antártico, conforme registrado na Minuta de 2016 (Brasil, 2012; Brasil, 2016). Os três primeiros territórios mencionados são contíguos ao território nacional, todos considerados vitais para o progresso do país, adquiridos por meio de processos pacíficos e da estabilidade regional. Já a Antártica, a intenção do Brasil em ampliar sua presença nesse continente glacial, assim como de todos os países que atualmente o ocupam, está ligado às características únicas do local, principalmente aos aspectos econômicos, científicos e estratégicos. As subseções seguintes irão apresentar mais a fundo a importância de cada uma dessas áreas para o país.

3.2.1. A relevância da América do Sul, África e Antártida para o Brasil

Apesar dos espaços oceânicos serem o foco da pesquisa, mostra-se interessante discutir a importância dos espaços terrestres que compreendem o Entorno Estratégico brasileiro. Portanto, é indiscutível que a região onde o Brasil tem atuado de forma mais efetiva desde o século XVI é a América do Sul.

Bandeira (2008) discorre que desde muito cedo na sua história, o Brasil reconheceu, especialmente por aspectos geográficos e geopolíticos, que a América do Sul deveria ser sua principal esfera de influência. O autor argumenta que desde sua época colonial, o país buscou ter estreita ligação com seus vizinhos, especialmente os países da Bacia da Prata, mas que apenas a partir do século XX, a integração regional sul-americana como um todo e a aproximação com as outras nações amazônicas se tornou uma prioridade na política externa brasileira. Por meio de diversos acordos e estabelecimento de organizações importantes, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), o Brasil busca alcançar seu objetivo estratégico, “tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do subcontinente, uma potência mundial, não só econômica, como também política” (Bandeira, 2008, p. 28).

Porém, mostra-se relevante questionar se a América do Sul ainda é a prioridade do Brasil, já que apesar da criação do MERCOSUL e UNASUL e do expresso desejo brasileiro em fortalecer as relações entre os países sul-americanos, se observa um regionalismo sem regionalização²⁶. Tendo em vista que os dois dos três maiores parceiros comerciais do país não

²⁶Mareĩ e Richard (2023) discutem a importância de diferenciar as ideias de regionalismo e regionalização, uma vez que esses termos são frequentemente considerados sinônimos. O regionalismo é estabelecido quando um ou

fazem parte do subcontinente e que apenas 12,7% do comércio internacional dos países membros do Mercosul ocorre em seu espaço comunitário (ONU, 2023).

Sob o ponto de vista securitário, Monteiro (2017) afirma que as contradições presentes na agenda política de segurança e defesa na América do Sul, particularmente no que tange à discussão da pertinência do recorte sul-americano em comparação a outros possíveis recortes espaciais da regionalização da segurança no continente americano (tais como o hemisfério ocidental, América Latina, Cone Sul, Amazônia, entre outros), têm se constituído no maior desafio para a integração regional almejada pelo Brasil. Ainda assim, o autor apresenta que o país tem realizado esforços, como a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), para que o projeto securitário regional do subcontinente se concretize, um debate que pode ganhar maior relevância futuramente através de mudanças sistêmicas do poder global ou na esteira de um novo ciclo político.

O interesse estratégico do Brasil em estreitar as suas relações com o continente africano, parte do anseio do país em diversificar suas parcerias diplomáticas, econômicas e militares ao redor do globo, que é expressão de seu modelo de multilateralidade (Paiva; Mendes; Medeiros, 2019). Conforme a discussão de Penha (2011) e Alencastro (2019), embora a história da relação entre Brasil e África remonte ao século XVI, foi somente nas últimas décadas do século XX, com o estabelecimento de organizações como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que essa pauta se tornou uma das prioridades da agenda diplomática brasileira.

Essas organizações receberam um escopo ainda mais amplo de iniciativas durante os anos 2000, abrangendo “comércio, investimentos, cooperação técnica, proteção ambiental, além das iniciativas diplomáticas e de resolução de conflitos²⁷” (Paiva; Mendes; Medeiros, 2019, p. 61). Dentro da área de cooperação técnica, pertinente mencionar que no ano de 2011, o Brasil assinou um termo de cooperação com o ministério da Defesa de Angola para a realização de um Projeto de Delimitação da Plataforma Continental de Angola além das 200 milhas²⁸, intencionando a futura exploração de recursos marítimos econômicos da região, principalmente petróleo.

mais atores priorizam as relações de vizinhança em suas ações externas. Por outro lado, a regionalização ocorre quando há uma concentração regional de trocas, ou seja, um aumento mais rápido das interações entre unidades espaciais situadas na mesma região do que com o restante do mundo.

²⁷ As áreas listadas foram expressas no Plano de Ação de Luanda realizado em 2007.

²⁸ Informação retirada do site do Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/14042011-defesa-laad-2011-brasil-assina-entendimento-tecnico-que-permitira-levantamento-da-plataforma-continental-de-angola>. Acesso em junho de 2024.

De acordo com Alencastro (2019), os primeiros mandatos do Lula e o governo Dilma (2003-2016) marcaram o ápice da aproximação entre o país e a África, algo que fica nítido com o fato que o número de embaixadas brasileiras na África (37) ultrapassou em 2013 o das embaixadas na América Latina (32). Porém, a ascensão de Bolsonaro à Presidência da República marcou um abandono da política de abertura em direção à África, priorizando o alinhamento à diplomacia americana. Ainda assim, o plano de política externa brasileira atual tem direcionado esforços, apesar dos desafios provenientes da gestão anterior, para recuperar a atuação brasileira no continente africano, já que essa representa uma parte importante da retomada do prestígio internacional do Brasil (Marcondes, 2023).

Em relação a mais nova região adicionada ao Entorno Estratégico, a Antártida, com o advento da “criopolítica”²⁹, o interesse e a presença de diversos países nesse espaço glacial aumentaram exponencialmente nos anos recentes, inclusive do Brasil. A importância desse continente parte principalmente de três aspectos³⁰: o econômico, da possível exploração dos recursos ali presentes, como o petróleo; científico, pela influência do continente sobre questões climáticas na América do Sul e no mundo; e estratégico, devido à sua localização em um ponto crucial de acesso ao Atlântico Sul.

Mattos e Câmara (2020) apresentam que a utilização da ciência como ferramenta geopolítica é especialmente importante quando relacionada à presença brasileira na Antártida, tendo em vista que o Tratado da Antártida atesta que os países que almejam se tornar membros consultivos, devem realizar ali substancial pesquisa científica. Dessa forma, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) tem sido operado como meio de irradiação da influência e liderança diplomática, econômica e militar do país no continente.

Os autores apresentam também que a Antártida é a única região do mundo onde questões de soberania ainda não foram definidas e que em 2048, ano em que o Protocolo do Meio Ambiente será revisto, a proibição da exploração das riquezas antárticas provavelmente será revogada. Tornando ainda mais importante que o Brasil, tenha uma voz mais respeitada nas discussões sobre o destino do continente que tem características extremamente relevantes para o país.

²⁹ A “criopolítica” é formada por questões políticas internacionais decorrentes de mudanças na criosfera e seus elementos constituintes devido ao aquecimento global, bem como a competição, conflitos e negociações resultantes entre atores estatais ou não estatais, cooperação e outros comportamentos interativos. Nos últimos anos, as mudanças impulsionadas por essas alterações climáticas posicionaram o Ártico e a Antártida como uma área fundamental para a geopolítica, já que o derretimento acelerado da criosfera permite a extração de recursos, formação de rotas marítimas e exploração do valor estratégico militar das regiões polares antes inacessíveis (Du et al, 2020).

³⁰ Informação retirada do site do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/sobre>. Acesso em março de 2024.

3.2.2. Atlântico Sul – Histórico e Perspectivas

Como mencionado anteriormente, levando em consideração a temática da pesquisa, mostra-se importante ressaltar de maneira mais aprofundada a relevância do Atlântico Sul durante a história e como parte do atual Entorno Estratégico Brasileiro. Alencastro (2019) discute que o Atlântico Sul passou por três eras: de 1500 aos meados do século XIX; de 1850 a 1975; e da década de 1980 até a atualidade.

A primeira era do Atlântico Sul corresponde ao recorte temporal em que esse oceano teve maior relevância no cenário geopolítico mundial. De acordo com o autor, as rotas marítimas criadas nesse período, interligaram pela primeira vez a Europa, América, África e Ásia, onde os portos sul-americanos, especialmente o de Salvador, Recife e Rio de Janeiro se tornaram alguns dos principais pontos de escala do comércio e migração global. O fim dessa era teve como principal marco o fim do tráfico bilateral de escravos entre o Brasil e a África em 1850, que criou um brusco e intenso vácuo comercial na região, diminuindo também a relevância das rotas ali previamente estabelecidas, algo que foi ainda mais agravado com a abertura do Canal de Suez em 1869.

Interessante ressaltar também, que além da importância dos portos brasileiros durante esse recorte, Albuquerque (2010) e Martins Filho (2010) discutem que esse período, em especial nas primeiras décadas do século XIX, marcou o auge do poder naval da Marinha brasileira, dispondo de uma extensa e avançada frota marítima, que servia para combater a ameaça da marinha britânica que já era a maior potência presente no Atlântico Sul.

De acordo com Alencastro (2019), a segunda era foi marcada pelos avanços na navegação a vapor e do telégrafo, que causaram a acentuação das ligações norte-sul, consolidando o afastamento geopolítico das duas margens sul-atlânticas a partir dos meados do século XIX. Outro acontecimento que decaiu ainda mais a relevância do Atlântico Sul no contexto global foi a inauguração do Canal do Panamá em 1914, que reduziu o número de rotas marítimas que realizavam escala nos portos do Brasil e do Cone Sul, fortalecendo a predominância dos portos do Atlântico Norte. Porém, movimentos nos países banhados pelo Atlântico Sul a datar da segunda metade século XX, como as ditaduras e guerrilhas na América do Sul, as guerras de independência em Angola e na Namíbia e a luta contra o *apartheid* na África do Sul, começaram a alterar novamente o contexto geopolítico desse oceano, pelo início da reaproximação desses países.

Já a terceira e mais recente era, iniciou-se com a restituição de governos democraticamente eleitos nos principais Estados Sul-atlânticos, que fortaleceram gradativamente a utilização do Atlântico Sul para a aproximação e desenvolvimento desses países e na emergência do Brasil como um dos principais atores nesse oceano, especialmente no século XXI. Conforme apontado por Souza e Monteiro (2021) e corroborado pelo Plano Estratégico Marítimo (PEM) 2040, a relevância desse oceano para o Brasil é delineada por quatro vertentes essenciais: soberania, científica, ambiental e econômica.

A vertente da soberania, de acordo com os autores, parte do princípio de que os oceanos são espaços de projeção de poder nas relações entre os Estados. Sendo assim, o Atlântico Sul está diretamente relacionado aos interesses do país, fazendo-se necessário a atuação da Marinha Brasileira para mitigar as ameaças multifacetadas e híbridas da atualidade à soberania brasileira.

A vertente científica, por sua vez, está relacionada à potencialidade de pesquisa e avanços tecnológicos em relação ao oceano que banha o Brasil, associados aos “desdobramentos econômicos das aplicações da biodiversidade marinha e à necessidade de preservação de conhecimentos sobre o ambiente marítimo, que podem, também, ser empregados por forças navais na defesa dos interesses dos respectivos Estados” (Brasil, 2020, p. 19).

Posteriormente, a vertente ambiental assume um viés mais regulatório da proteção das riquezas minerais e biodiversidade de animais e plantas desse espaço oceânico, por meio do monitoramento, do combate à poluição, tanto acidental como proposital, e também da exploração ilegal comprometidora desse ambiente, visando evitar ameaças ao meio ambiente e à economia nacional.

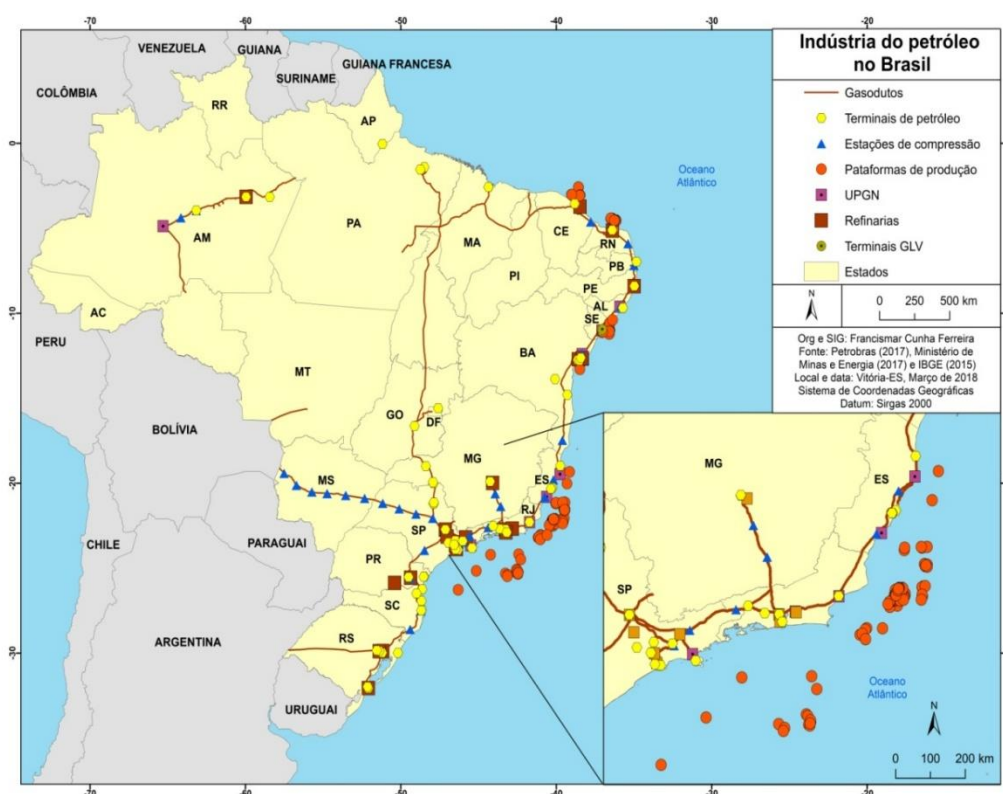
Por fim, a vertente econômica está relacionada aos recursos vivos e não vivos, principalmente energéticos e minerais, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e na importância do transporte marítimo para o comércio exterior. Em que “a projeção econômica para o mar tem relevância histórica na inserção das potências marítimas no concerto das nações” (Brasil, 2020, p. 19). Fazendo do Atlântico Sul uma fonte de riqueza, linhas de comunicação, e instrumento de integração regional e projeção de poder.

Apesar de o Atlântico Sul não ser central no cenário geopolítico mundial, como o Pacífico, no contexto regional esse oceano ainda é de grande importância. Como mencionado anteriormente por Silva (2014), parte considerável do transporte marítimo de grandes atores internacionais, como Estados Unidos e Canadá, é realizado nesse oceano e mais de mil navios trafegam diariamente pelas linhas de comunicação marítimas brasileiras. Além disso, Willrich (2018) discute que dois motivos têm auxiliado na ampliação da relevância do Atlântico Sul no

século XXI. O primeiro está ligado ao esgotamento do Canal de Suez e do Canal do Panamá, o que vem criando a necessidade de linhas de comunicação marítima alternativas. O segundo advém da descoberta de recursos econômicos na região, aumentando a presença de potências externas, como o Reino Unido, EUA e China, no Atlântico Sul, que tem potencial de ocasionar falta de segurança e paz para os países locais.

Entre os recursos mencionados, destacam-se as reservas de energia, minerais e a atividade pesqueira na Amazônia Azul. No caso dos recursos energéticos, o Brasil possui reservas de gás e petróleo (Figura 23) distribuídas pelas margens Equatorial e Oriental/Meridional, com maior concentração nas bacias de Campos e Santos³¹. Esses recursos representam cerca de 95% da matriz energética nacional e incluem reservas provadas de aproximadamente 10,2 bilhões de barris de petróleo³², com um potencial de exploração estimado em 770 bilhões de dólares.

Figura 23 – Distribuição das reservas de recursos energéticos brasileiros



Fonte: Ferreira e Zanotelli, 2020

³¹ Informações retiradas do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/producao-acumulada-de-petroleo-e-reservas-provadas-por-bacia/>. Acesso em fevereiro de 2025.

³² Informações retiradas do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/reservas-provadas-de-petroleo-das-bacias-de-campos-e-santos/>. Acesso em fevereiro de 2025.

Além disso, no que se refere aos recursos minerais, destaca-se o potencial de exploração de nódulos polimetálicos, sulfetos polimetálicos, crostas cobaltíferas, granulados bioclásticos e evaporitos, distribuídos por toda a extensão da Amazônia Azul (Vidal, 2009). As estimativas apontam para a existência de dezenas de milhões de toneladas de metais de grande relevância econômica nessa área (Souza et al, 2007). Especificamente na Cadeia Vitória-Trindade e na Elevação do Rio Grande, conforme apontado pelo Professor Anderson Costa e pela CMG Izabel Jeck, o maior potencial está nos nódulos polimetálicos, que incluem minerais estratégicos/terras raras³³. Essenciais para a transição energética, esses minerais possuem ampla aplicação na indústria de alta tecnologia, o que justifica sua crescente valorização e demanda no mercado global.

Muehe e Garcez (2005) apontam que a exploração pesqueira nas águas jurisdicionais brasileiras se divide em duas regiões: onde águas quentes e fundo irregular favorecem o uso de espinhel e covos, e com águas frias e fundo liso, predominando a pesca com redes. As principais espécies capturadas incluem camarões, lagostas, pargos, piramutabas, sardinhas, badejos, garoupas, corvinas, pescadas, atuns e espécies afins, adaptadas a diferentes profundidades e tipos de fundo. O potencial pesqueiro dessas áreas pode superar 465 toneladas anuais (Muehe; Garcez, 2005). A pesca ilegal por embarcações estrangeiras foi amplamente mencionada pelos comandantes entrevistados como um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil no Atlântico Sul, especialmente na região da Cadeia Vitória-Trindade, que abriga um ecossistema marinho rico e diversificado. O aumento da presença e a insegurança ocasionada por ela pode ser um componente importante na compreensão do papel da Ilha da Trindade e o arquipélago de Martim Vaz na geopolítica brasileira.

Em relação a esse aumento da presença de potências externas e ameaças na região sul-atlântica, Visentini (2022) apresenta que se tem criado ferramentas diplomáticas e dissuasórias para lidar com esses desafios no Entorno Estratégico. A principal delas é a iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, uma aliança diplomática com países da África e América do Sul, que utilizaria esse oceano como principal palco de atuação. De acordo com o autor, apesar de estar atualmente “dormente”, é necessário que haja esforços para reanimar esse

³³ O seguinte artigo do Ministério de Minas e Energia apresenta uma explicação detalhada sobre os minerais conhecidos como terras raras. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/minerais-estrategicos-terras-raras-sao-utilizados-para-producao-de-turbinas-eolicas-e-carros-hibridos#:~:text=As%20terras%20raras%20são%20um,%2C%20itérbio%2C%20lutécio%20e%20itrio>. Acesso em janeiro de 2025.

acordo, que tem o potencial de ser tornar meio efetivo de elaborar estratégias de dissuasão e desenvolvimento dos países envolvidos.

No entanto, iniciativas lideradas por países externos, como a Bacia Atlântica³⁴, sob liderança dos EUA, e o *Atlantic Centre*³⁵, de Portugal, colocam a ZOPACAS sob pressão devido à sua baixa institucionalização. A presença de outras nações na região enfraqueceria a representatividade do Brasil no Atlântico Sul, dificultando sua consolidação como principal potência regional e sua inserção no cenário global, esse contexto reforça a importância da revitalização dessa proposta sul-atlântica.

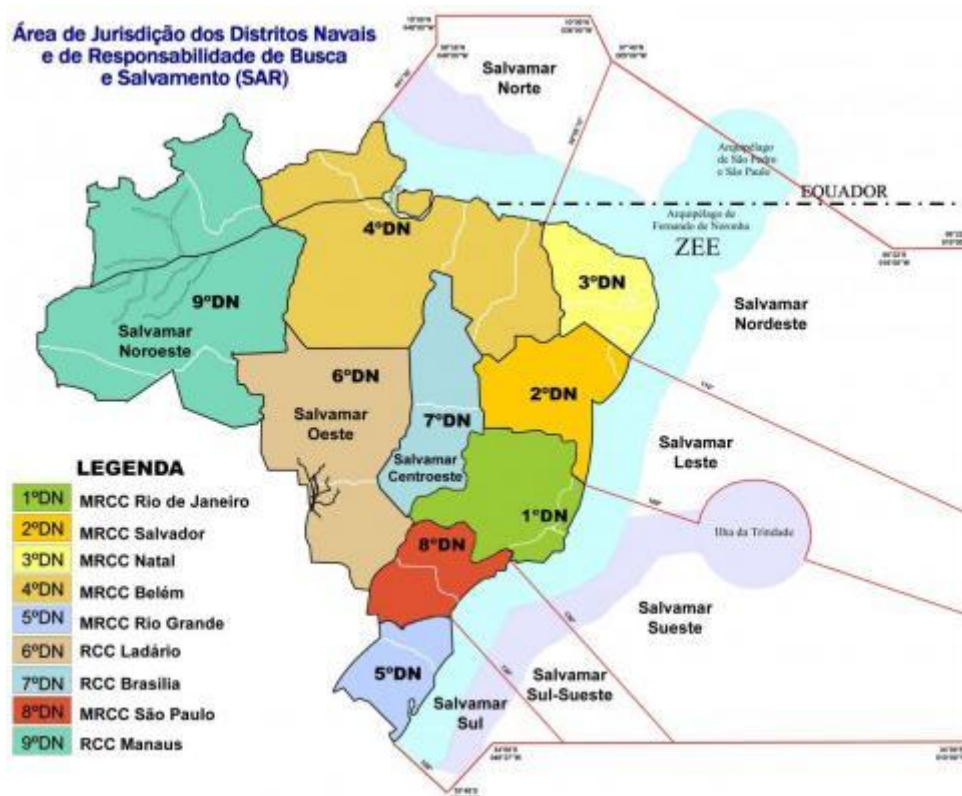
É importante mencionar também que, atualmente, a Marinha do Brasil está organizada em nove distritos navais (Figura 24), que têm como atribuições conduzir operações navais e aeronavais, assegurar a segurança da navegação, coordenar e supervisionar atividades de patrulha costeira, fiscalização naval e busca e salvamento marítimo. Além disso, realizam ações de assistência cívico-social às comunidades ribeirinhas e desempenham outras funções específicas³⁶. A Figura 24 ilustra, por exemplo, o recorte espacial da área de responsabilidade de busca e salvamento (SAR), evidenciando como os tratados anteriormente mencionados também contribuem para ampliar a presença do Brasil no Atlântico Sul, estendendo-se além de seus limites marítimos.

³⁴ Informações retiradas do site Têla Nón. Disponível em: <https://www.telanon.info/destaques/2022/08/12/38197/eua-envolvem-stp-na-iniciativa-de-defesa-da-bacia-atlantica/>. Acesso em fevereiro de 2025.

³⁵ Informações retiradas do site do Ministério da Defesa de Portugal. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about>. Acesso em fevereiro de 2025.

³⁶ Informações retiradas do site da Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sspm/?q=noticias/você-sabe-o-que-é-um-distrito-naval-dn>. Acesso em novembro de 2024.

Figura 24 – Divisão territorial dos nove distritos navais



Fonte: Marinha do Brasil, 2024

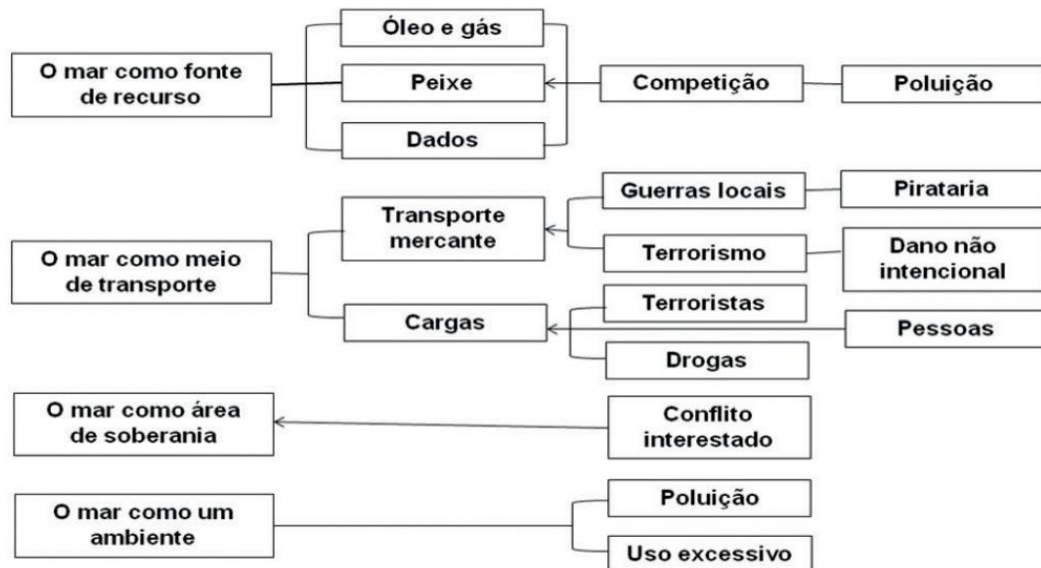
3.3. NOVOS ELEMENTOS DO PODER MARÍTIMO NO SÉCULO XXI

Definitivamente um dos principais autores contemporâneos que também traz uma perspectiva sobre o poder marítimo é o britânico Geoffrey Till (1945-), que atualmente é considerado um autor essencial para estudantes da história naval e da estratégia marítima (Esterhuyse, 2011). Em sua principal obra, o livro “*Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*” (2018), Till discute que o poder marítimo, apesar de levar em consideração os apontamentos dos clássicos, atualmente deve levar em consideração “as preocupações pós-modernas das marinhas atuais” (Till, 2018, p. 17) que criam dinâmicas nos espaços oceânicos, como a manutenção da ordem nos mares por meio da “diplomacia naval”, as operações de coligação e o terrorismo multilateral. Na visão dele, o poder marítimo é essencial no contexto da emergência do sistema comercial mundial cada vez mais globalizado, e que os mares e oceanos são elementos-chave para o desenvolvimento e segurança de todas as nações.

Till (2018) buscou em suas discussões correlacionar os atributos do mar em quatro categorias, como fonte de recursos, meio de transporte, área soberana e ambiente. Assim como

apresentar as atuais ameaças multifacetadas com as quais os Estados têm de lidar para manter a ordem desse espaço vital estratégico (Figura 25).

Figura 25 – Os atributos do mar e as ameaças à manutenção de uma boa ordem



Fonte: Till, 2018

A revisão de escopo realizada nesta pesquisa revelou que, embora autores clássicos do poder marítimo, como Alfred Mahan, Julian Corbett, Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva, ainda sejam amplamente referenciados em estudos sobre geopolítica marítima para fundamentar o uso estratégico do mar como ferramenta de fortalecimento estatal, é evidente que o pensamento naval contemporâneo, especialmente no Brasil, incorpora fortemente a ideia de diplomacia naval, mencionada anteriormente. Vitor Chiozzo (2018) define diplomacia naval como:

uma ferramenta única e útil para as Marinhas e os *policy makers* em todo o mundo e que continua a ser utilizada para promover os interesses e objetivos nacionais. Ela reside em uma posição exclusiva no panteão do arsenal diplomático de um Estado, envolvendo o emprego real das forças de defesa, para afetar outro ator político do sistema internacional por meio do uso, da demonstração ou da ameaça de força limitada por meios baseados no mar (Chiozzo, 2018, p. 37).

No contexto da diplomacia naval, é interessante observar como os países têm explorado novas estratégias para se destacar em suas regiões. Além do uso tradicional dos navios como “instrumentos de guerra”, conforme defendido por Mahan, percebe-se que atualmente essas embarcações podem ser empregadas como ferramentas de *soft power* em áreas sensíveis, marcadas por disputas de soberania marítima. Nesse cenário, os navios são utilizados para

monitorar e proteger esses territórios de maneira "não política" (Guilfoyle; Chan, 2022). No caso do Brasil, Silva (2014) destaca que a presença de embarcações brasileiras no Atlântico Sul possui significativa relevância geopolítica tanto no contexto regional quanto local, incluindo os interesses de seus aliados. Essa atuação brasileira pode “proporcionar expressivos resultados políticos e diplomáticos, por meio da ampliação dos laços de amizade, confiança e credibilidade decorrentes das afinidades culturais e interesses afins pelo desenvolvimento e segurança regionais” (Leite, 2015, p. 82).

A UNCLOS representou um marco significativo na transformação da geopolítica marítima no século XXI. Choi (2017) enfatiza que as dinâmicas introduzidas pela convenção precisam ser incorporadas à literatura geopolítica, especialmente no que tange aos oceanos e ao poder marítimo. Isso inclui a possibilidade de exercer autoridade sobre áreas que, anteriormente, eram reconhecidas legalmente como espaços comuns internacionais. Além disso, a UNCLOS redefiniu as fronteiras marítimas, impactando diretamente países do chamado “Terceiro Mundo”. Cunha (1988) aponta que essas zonas trouxeram grandes benefícios e responsabilidades para os Estados costeiros, oferecendo oportunidades de crescimento econômico, avanços científicos e tecnológicos, e fortalecimento do poder marítimo em países subdesenvolvidos. Por outro lado, atribuíram a essas nações novas obrigações relacionadas à preservação e conservação de áreas marítimas sensíveis e estratégicas.

Além das abordagens tradicionais do pensamento naval, a revisão de escopo destacou um conceito contemporâneo relevante no campo do poder marítimo: a governança marítima. Esse tema é discutido por autores como Jivanta Schottli (2015) e Lidarev e Pant (2022), que definem governança marítima como:

as complexas instituições, mecanismos, relações e processos formais e informais entre Estados, mercados, cidadãos e organizações, tanto inter como não governamentais, através dos quais os interesses coletivos no plano marítimo se articulam, estabelecem direitos e obrigações e mediam conflitos (Lidarev; Pant, 2022, p. 270).

Algo importante atualmente porque traz uma nova perspectiva e problemática para os debates sobre o tema, no qual entram novos atores e questões, como a economia azul, mineração em alto mar, poluição marítima, terrorismo marítimo, pirataria, pesquisa e operações de resgate, pesca ilegal, ajuda humanitária etc. Tópicos bastante atuais, advindos da evolução da geopolítica dos mares nos últimos anos e que não eram considerados pelos antigos teóricos.

A questão ambiental ocupa atualmente uma posição central na geopolítica, abrangendo não apenas os espaços oceânicos, mas no mundo como um todo. A geopolítica ambiental pode ser entendida como a influência de questões ecológicas nas relações entre Estados e nas

dinâmicas de poder, esse enfoque oferece aos países, especialmente aos em desenvolvimento, oportunidades para promover um crescimento sustentável e reduzir as desigualdades em relação às potências globais (Borile e Calgaro, 2019; Oliveira, 2019). O'Lear destaca que o termo "ambiental" possui múltiplos significados e abrange uma ampla gama de temas, como “estudos de segurança, estudos de ciência e tecnologia, ecologia política, política e legislação ambiental, desenvolvimento e saúde, sustentabilidade ambiental e justiça, e estudos regionais e globais” (O'Lear, 2020, p. 2).

Andrade et al. (2023) defendem que os países precisam conduzir suas atividades de exploração de maneira sustentável, preservando o ambiente marinho e garantindo o aproveitamento responsável de suas águas nacionais. Simultaneamente, as transformações nos espaços oceânicos, que tornaram algumas áreas mais acessíveis e exploráveis, somadas às delimitações marítimas definidas pela UNCLOS, possibilitaram que os Estados implementassem diversas estratégias geográficas para ampliar seu controle sobre os oceanos e os fundos marinhos (Dodds, 2010).

Dessa forma, a revisão de escopo permitiu concluir que o conceito de poder marítimo contemporâneo abrange uma gama temática mais ampla, ultrapassando a tradicional militarização dos espaços oceânicos pelos Estados. O enfoque atual inclui questões sociais e ambientais, além de considerar o papel de atores não estatais nas dinâmicas marítimas. Observou-se também uma interessante diversificação geográfica no estudo da geopolítica dos oceanos desde 1982 (Figura 26), com a inclusão de novas áreas como objetos de análise. Esse movimento destaca estratégias variadas adotadas por Estados ao redor do mundo para alcançar status de potência marítima em diferentes escalas, especialmente em áreas de conflito territorial.

Figura 26 – Mares e oceanos mais estudados nos artigos levantados



Fonte: Elaboração própria

A figura 26 revela também que o Atlântico Sul ainda carece de maior atenção por parte da comunidade científica internacional. Esse oceano, diferentemente de outros espaços marítimos considerados mais estratégicos, não ocupa uma posição de destaque no cenário geopolítico global, como mencionado anteriormente. Em que seu estudo tem sido conduzido predominantemente por pesquisadores militares brasileiros, reforçando seu caráter de interesse local e estratégico para o Brasil, mas com pouca projeção no âmbito internacional.

No próximo capítulo, esta pesquisa se aprofundará nas novas estratégias adotadas pelo Estado brasileiro para ampliar seu poder marítimo. Serão examinadas as estratégias desenvolvidas no contexto da Amazônia Azul e sua interligação com o Atlântico Sul, destacando como o Brasil busca consolidar sua presença e reforçar sua relevância regional e global por meio de iniciativas que combinam elementos da geologia, do meio ambiente e da ciência.

4. A EXPANSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL DE TRINDADE E MARTIM VAZ: GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

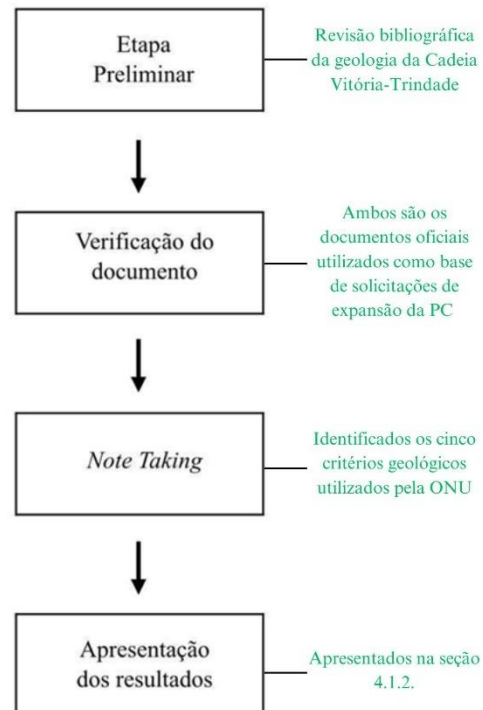
4.1 A GEOLOGIA COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

4.1.1. Critérios geomorfológicos e geológicos para a Expansão da Plataforma Continental

Dois documentos abordam critérios geomorfológicos e geológicos a serem avaliados para que um país solicite a expansão da plataforma continental além das 200 milhas náuticas (MN) legais: *United Nations Convention on the Law of the Sea* (UNCLOS, 1982), mais especificamente no Artigo 76 e Anexo II; e *Scientific and Technical Guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf* (CLPC, 1999).

A análise documental desses dois documentos (Figura 27) teve início com uma etapa preliminar, que consistiu em uma revisão bibliográfica na base de dados *Scopus*. Essa revisão buscou identificar toda a produção disponível sobre a geologia de Trindade, Martim Vaz e da Cadeia Vitória-Trindade, resultando em 16 artigos e um livro, os quais embasaram a análise do caso em relação aos documentos. Considerando que ambos os documentos são oficiais e foram obtidos diretamente dos sites da ONU, a verificação foi simplificada, não sendo necessária a avaliação de elementos como o contexto histórico, os atores envolvidos e suas motivações. Na etapa de *Note Taking*, foram extraídos os tópicos principais, com foco em identificar os aspectos centrais dos documentos e os argumentos geológicos apresentados, que serão discutidos posteriormente. Por fim, a aplicação das regras e critérios desses documentos ao caso específico da Cadeia Vitória-Trindade será detalhada na seção 4.1.2.

Figura 27 – Processo da análise documental relacionados a expansão da plataforma continental na região CVT



Fonte: Elaboração própria

Partindo para a análise em si, a UNCLOS define quatro tipos de linhas que podem estabelecer o novo limite da plataforma continental, classificadas em duas categorias: linhas alternativas, que permitem a expansão; e linhas restritivas, que impõem limites a essa ampliação. As duas primeiras linhas, que incluem a “fórmula de Hedberg”³⁷ e a “fórmula de Gardiner”³⁸ (Figura 28), são consideradas linhas alternativas. Enquanto as duas seguintes, a distância máxima de 350 MN a partir da linha de base de onde se mede o mar territorial e de 100 MN a partir da isóbata de 2.500 m (linha conectando pontos a 2.500 m de profundidade), são descritas como linhas restritivas. Vale ressaltar que é necessário que apenas um dos parâmetros alternativos ou restritivos seja factual para que a demarcação dos limites da plataforma continental seja estabelecida.

³⁷ Uma linha unindo “pontos fixos situados a não mais que 60 milhas náuticas do pé do talude continental” (UNCLOS, artigo 76, parágrafo 4, item a).

³⁸ Uma linha unindo pontos nos quais “a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude” (UNCLOS, artigo 76, parágrafo 4, item a).

Figura 28 – Linhas delimitadas para a definição da plataforma continental de acordo com a UNCLOS

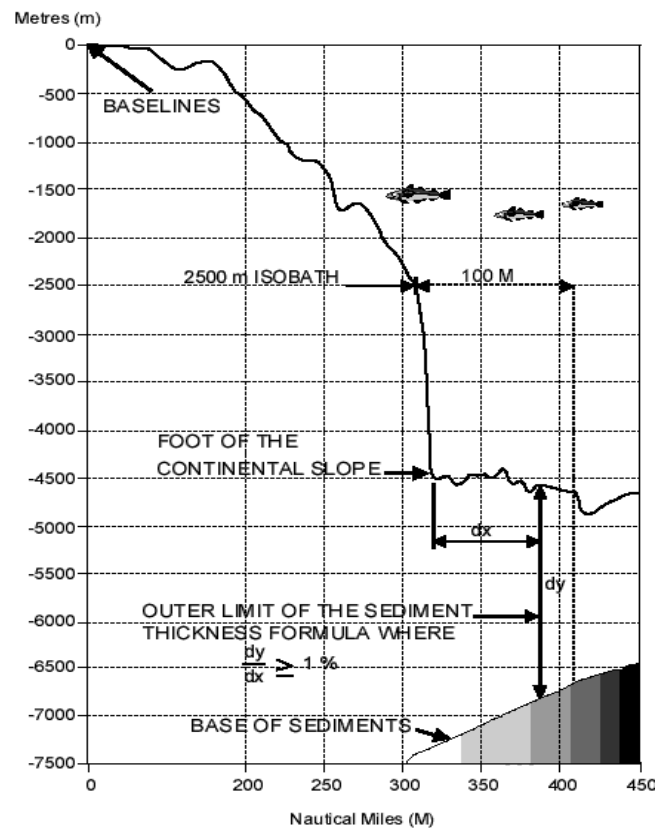


Figure 2.1 One per cent sediment thickness formula

Fonte: CLPC, 1999

Com base nessas linhas, um dos elementos mais importantes para a definição da plataforma continental é a delimitação do pé do talude continental e seus componentes naturais. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a regra geral é descrita como: “na falta de evidências em contrário, o pé do talude é definido como o ponto de variação máxima do gradiente do talude na sua base” (UNCLOS, Artigo 76, parágrafo 4, item b). Para identificar essa região, são aplicados principalmente dados batimétricos e geomorfológicos, mas, em casos fora da regra geral, também são utilizadas evidências mineralógicas, geoquímicas, geocronológicas e geofísicas (CLPC, parágrafos 5.1.4, 5.2.6 e 5.4.6). Ao considerar os dois documentos, UNCLOS (1982) e CLPC (1999), pode-se, portanto, definir cinco parâmetros que são avaliados para justificar a expansão da plataforma continental: continuidade continental; espessura dos sedimentos; relevo oceânico; idade das unidades geológicas; e composição mineralógica. A explicação das análises de cada parâmetro, bem como seus contextos na região de Trindade e Martim Vaz, é abordada na seção a seguir.

A continuidade continental refere-se à análise da morfologia do fundo marinho para determinar a extensão natural do continente submerso. Esse parâmetro avalia a continuidade da estrutura geológica da margem continental e seus elementos naturais, como planaltos, elevações, calotas, bancos e contrafortes (UNCLOS, Artigo 76, parágrafo 6). Caso haja comprovação da continuidade dessa estruturação geológica/geomorfológica, é possível solicitar a delimitação do limite exterior da plataforma continental além de 200 milhas náuticas. É importante notar que, segundo o parágrafo 7 da CLPC, diferentes tipos de elevações do fundo marinho apresentam exceções quanto às restrições para o limite da plataforma: para *ridges* oceânicas, não se aplicam exceções às linhas restritivas; para *ridges* submarinas, aplica-se a restrição de 350 MN; enquanto para elevações submarinas (os componentes naturais da margem continental mencionados anteriormente), só se aplica a linha das isóbatas de 2500 metros.

Importante mencionar também, que o documento deixa claro que “nenhum desses termos é definido com precisão” (CLPC, parágrafo 7.1.3), sendo trabalho do país solicitante apresentar evidências para o enquadramento nessas definições. Em entrevista, o Almirante Garcez explicou que, de forma geral, a CLPC interpreta as categorias de *ridges* da seguinte maneira: *ridge* oceânica, uma formação desconectada da margem continental; *ridge* submarina, conectada à margem por uma linha batimétrica, mas sem continuidade geológica; e elevação submarina, que apresenta continuidade tanto morfológica quanto geológica, integrando a mesma formação do continente.

O Almirante destacou que a principal dificuldade nessa questão reside na natureza interpretativa da continuidade geológica. Para comprovar essa continuidade, é necessário apresentar um modelo tectônico que explique a formação da feição, complementado por um modelo geológico que inclua análises de tipo de crosta, geoquímica e datação. Além disso, é fundamental demonstrar uma distinção clara entre a feição e o fundo oceânico adjacente. Ele mencionou ainda que a CLPC está desenvolvendo *technical bulletins*, que serão atualizados a cada cinco anos, com o objetivo de incorporar avanços científicos e novos métodos de pesquisa, para ajudar na definição das *ridges* e de outros aspectos relevantes.

O parâmetro seguinte é da espessura de sedimentos, diretamente ligado à fórmula de Gardiner (UNCLOS, parágrafo 4, item a), consiste no reconhecimento de que as elevações continentais são formadas por margens que contêm uma camada de sedimentos que se torna mais fina à medida que se distancia do continente em direção ao oceano, no pé do talude continental. Baseia-se em propriedades geológicas naturais e leva em consideração as variações globais na amplitude geomorfológica e na espessura das elevações continentais. Este critério

permite a extensão do limite continental se houver uma espessura de sedimento maior que 1 km a uma distância de até 60 MN do pé do talude continental.

Um parâmetro essencial para identificar o pé do talude continental é o cenário tectônico da região, devido à plataforma e ao talude apresentarem características típicas da crosta continental, o que as torna feições de um mesmo contexto geológico. Portanto, é necessário determinar o local de transição da crosta continental para a crosta oceânica e o tipo de margem continental (CLPC, parágrafo 6.2.3).

Outro parâmetro que busca corroborar a solicitação de extensão da plataforma continental é a idade da unidade geológica. Tal estudo refere-se ao uso de técnicas geocronológicas, tais como datações radiométricas de zircões por Samário-Neodímio, Urânio-Chumbo. Essas análises visam estabelecer a idade das rochas da margem continental e avaliar a possibilidade do prolongamento natural da plataforma devido a um mesmo contexto geológico.

O quinto parâmetro, relacionado à composição mineralógica, envolve a análise da assembleia mineral das rochas e dos sedimentos da margem continental. Esse parâmetro é utilizado para caracterizar as formações rochosas presentes na plataforma continental e no fundo marinho, fornecendo informações essenciais sobre sua origem e evolução geológica. A identificação dos tipos de minerais e a análise química permitem avaliar a relação dessas formações ao continente adjacente, diferenciando-as das crostas e dorsais oceânicas.

4.1.2. Análise em relação à região de Trindade e Martim Vaz

Alguns estudos sobre a geologia das ilhas de Trindade, Martim Vaz e a Cadeia Vitória-Trindade (CVT) abordam certos parâmetros supracitados que são utilizados nas análises de expansão da plataforma continental. O quadro a seguir apresenta uma síntese dos parâmetros geológicos da plataforma continental estendida e o contexto específico do caso aqui estudado.

Quadro 4 – Parâmetros geológicos da plataforma continental estendida

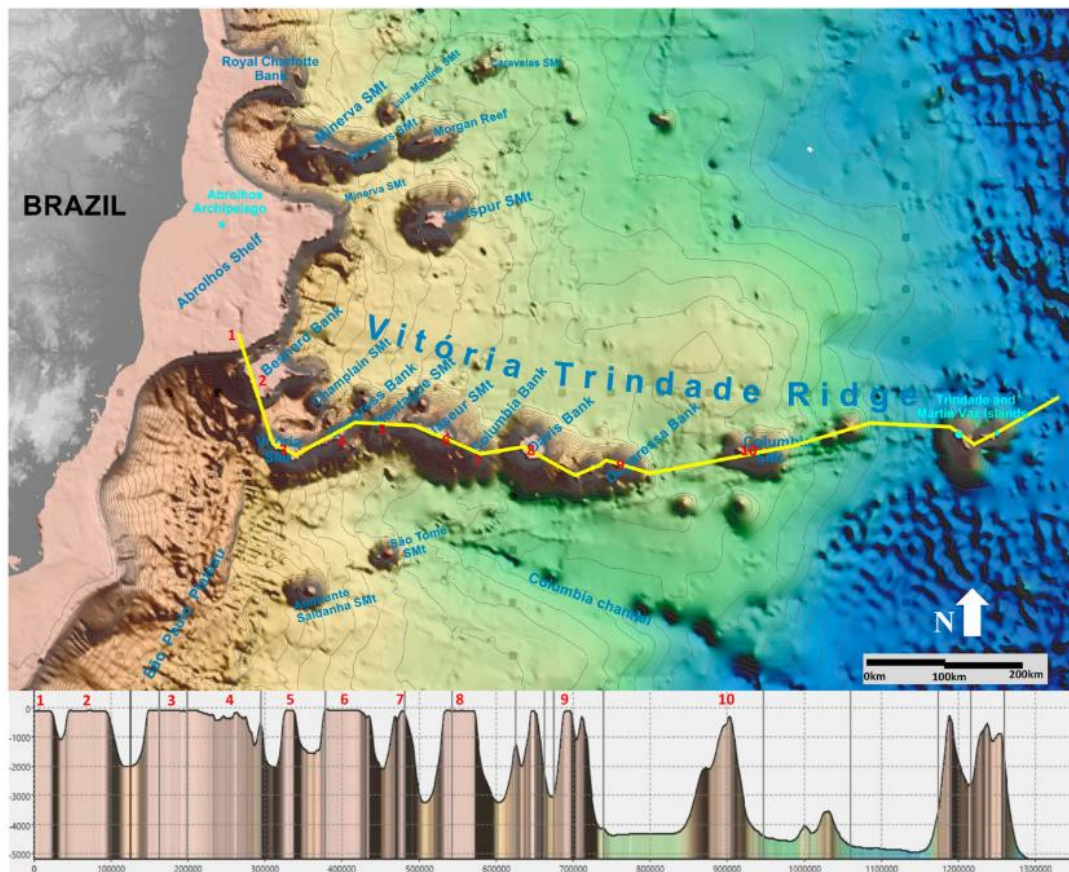
Parâmetros	O que é avaliado?	Contexto da Cadeia Vitória-Trindade
1. Continuidade continental	Avalia a continuidade do arcabouço geológico da margem	Cadeia Vitória-Trindade é definida pelos técnicos contratados como uma feição geológica contínua da Ilha da

	continental e seus componentes naturais.	Trindade e do Arquipélago de Martim Vaz até o continente (Alberoni et al., 2019; Alberoni e Jeck, 2022).
2. Espessura de sedimentos	Analisa a camada de sedimentos na margem continental e sua variação em espessura. Busca identificar onde a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude.	Esses dados foram, sem dúvida, apresentados à CLPC durante o pleito brasileiro; entretanto, não há estudos publicados que analisem esse parâmetro especificamente no contexto de Trindade e Martim Vaz.
3. Relevo oceânico	Por meio do ponto de mudança entre a crosta continental e a crosta oceânica, esse parâmetro visa identificar as características do relevo do fundo oceânico, como as linhas das isóbatas e o pé do talude.	De modo semelhante ao critério anterior, esses dados foram certamente apresentados à CLPC durante o pleito brasileiro; no entanto, não há estudos publicados que explorem a análise desse parâmetro no contexto de Trindade e Martim Vaz.
4. Idade da unidade geológica	Caracteriza a idade das unidades geológicas que compõem a margem continental para avaliar a continuidade da crosta continental.	A idade da formação de Trindade e Martim Vaz são mais jovens do que as unidades estruturais alinhadas em direção ao continente (Alves et al., 2022; Maia et al., 2022).
5. Composição mineralógica	Identifica a composição das rochas e dos sedimentos presentes na plataforma continental e no fundo marinho. Auxilia na determinação da origem e evolução geológica e identifica características da crosta continental ou da crosta oceânica.	A Cadeia Vitória-Trindade possui características de magma basáltico, impossibilitando que suas elevações sejam fragmentos da crosta continental (Maia et al., 2021; Santos et al., 2022).

Fonte: Elaboração própria

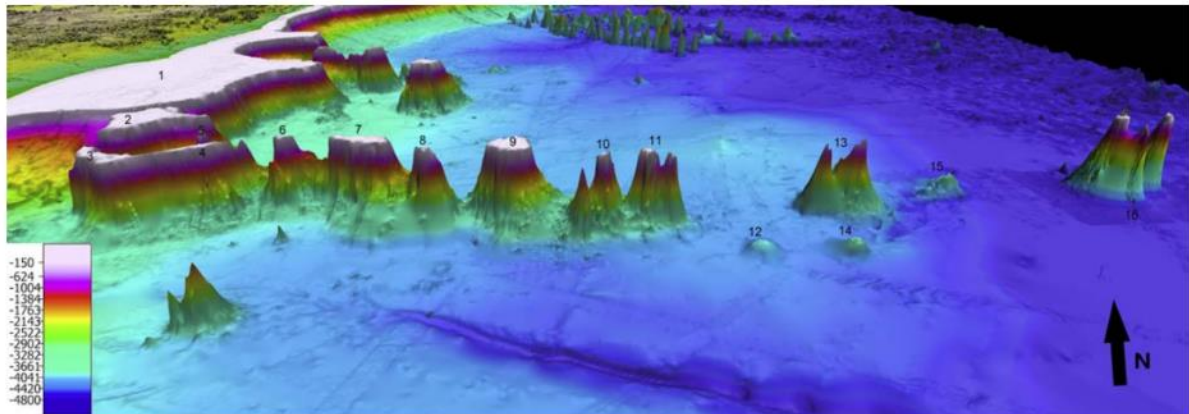
Em relação à continuidade continental, a análise do Modelo Digital de Terreno (MDT) da CVT (Figuras 29 e 30) revela que, a partir da Plataforma Continental de Abrolhos, há um alinhamento de estruturas geológicas, tais como bancos e montes submarinos que se sucedem, incluindo o banco Besnard, os montes Champlain e Vitória; o banco Congresso, os montes Montague e Jaseur; além dos bancos Colúmbia, Davis e Dogaressa; seguido por um intervalo até o Monte Columbia; com um segundo intervalo ainda mais extenso que separa este último da Ilha da Trindade e do arquipélago de Martim Vaz (Alberoni et al., 2019; Alberoni e Jeck, 2022).

Figura 29 – Perfil batimétrico extraído do MDT da Cadeia Vitória-Trindade



Fonte: Alberoni et al., 2019

Figura 30 – Visualização 3D colorida do MDT da Cadeia Vitória-Trindade³⁹

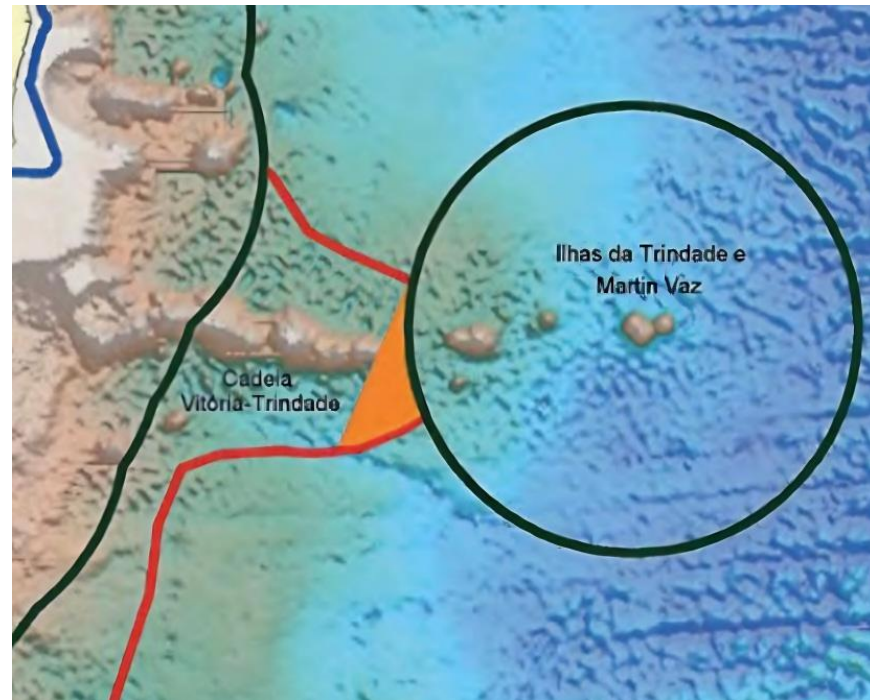


Fonte: Santos et al., 2022

Nas entrevistas com a CMG Izabel Jeck, o Comandante Luiz Carlos Torres e o Almirante Fernando Garcez, foi destacado que o principal desafio nas negociações entre o LEPLAC e a subcomissão responsável pelo pleito brasileiro de 2004 foi a classificação da Cadeia Vitória-Trindade (CVT) pela CLPC como uma *ridge* submarina, e não como uma elevação submarina. Essa decisão limitou a extensão da plataforma continental a 350 milhas náuticas, uma vez que, embora a cadeia apresente continuidade geomorfológica, não possuía confirmação da continuidade geológica. Em 2007, a CLPC emitiu suas recomendações indicando a insuficiência de dados para reconhecer Trindade, Martim Vaz e a CVT como uma elevação submarina, o que levou à rejeição da área destacada em laranja na imagem 31.

³⁹ A numeração apresentada na figura 26 representa respectivamente: Plataforma de Abrolhos (1); Banco Besnard (2); Monte Vitória (3); Banco Congresso (4); Monte Champlain (5); Monte Montague (6); Monte Jaseur (7); Banco Colúmbia (8); Banco Davis (9); Banco Asmus (10); Banco Dogaressa (11); Colina Gilberto Amado (12); Monte Columbia (13); Colina Motoki (14); Monte Palma (15); e Trindade e Martim Vaz (16).

Figura 31 – Área de discordância com a CLPC em relação a CVT



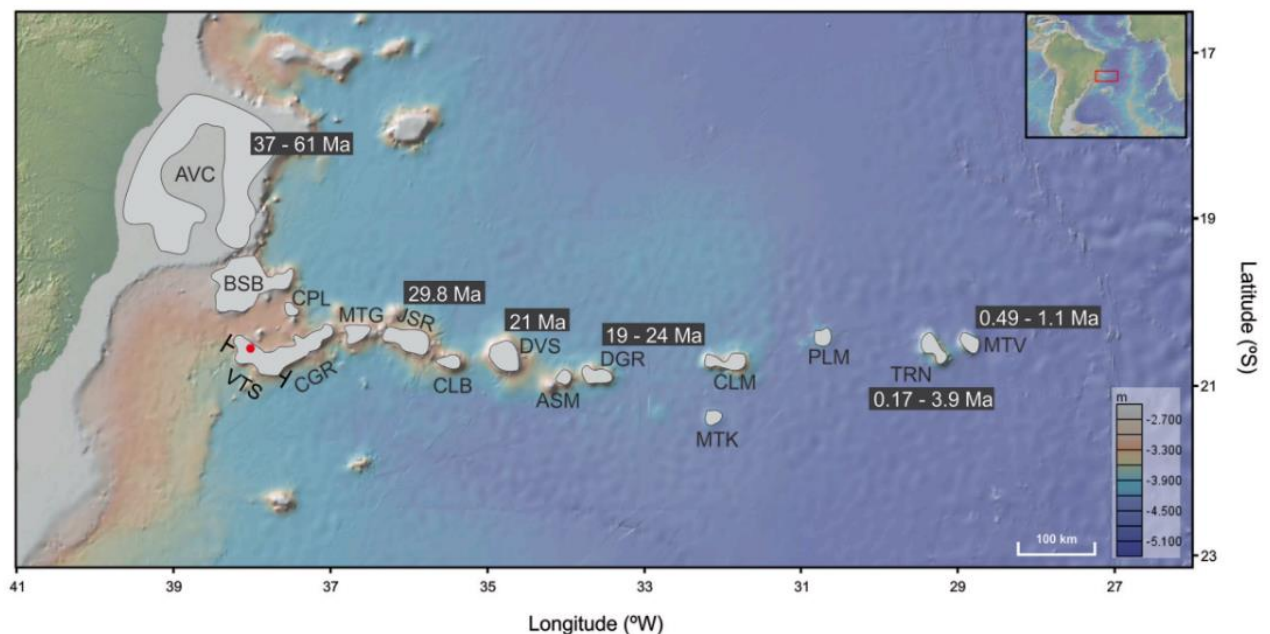
Fonte: DHN, 2007. Adaptada pelo autor

A CVT está localizada junto à Margem Meridional Brasileira, que apresenta relevo oceânico com morfologias variadas, resultantes da evolução tectônica da margem e de processos sedimentares subsequentes (Alberoni et al., 2019). Em relação à espessura de sedimentos, na bibliografia relacionada à temática, não foi possível identificar um levantamento detalhado mostrando o ponto onde a espessura das rochas sedimentares é pelo menos 1% da distância mais curta até o pé do talude. Porém, Pasqualon et al. (2020) e Alves et al. (2022) discorrem que a CVT apresenta espessuras sedimentares variáveis e domínios de sedimentação distintos entre as regiões norte e sul, evidenciados por uma diferença topográfica crustal de mais de 400 metros em uma sequência de degraus no fundo oceânico. A estruturação da região, marcada por altos topográficos em direção à Margem Continental Brasileira, destaca falhas normais e reversas que afetam os níveis superficiais da coluna sedimentar. Essas falhas indicam uma fase recente de reativação tectônica ao longo da Zona de Fratura Vitória-Trindade.

Sobre esse tema, o Comandante Torres destacou que, na submissão da Margem Oriental/Meridional de 2018, o Brasil apresentou novos argumentos para justificar a inclusão da Cadeia Vitória-Trindade. Um dos principais pontos foi a alegação de que a CVT atuou como uma barreira estrutural natural, dividindo a margem continental brasileira e condicionando tanto as correntes marítimas quanto o transporte e depósito de sedimentos da área, desempenhando um papel crucial na formação da margem como um todo.

A avaliação da idade das unidades geológicas que compõem a Cadeia Vitória-Trindade (Figura 32) indica que essa formação está associada às épocas Paleoceno-Holoceno (Alves et al., 2022). De acordo com Maia et al. (2022), as unidades geológicas apresentam uma progressão de idade de formação no sentido oeste-leste, partindo do Complexo Vulcânico de Abrolhos (AVC), com idade entre 37 e 61 milhões de anos (Ma), até as mais recentes Ilha da Trindade (0,17-3,9 Ma) e Arquipélago de Martim Vaz (0,49-1,1 Ma).

Figura 32 – Idade das unidades geológicas da CVT



Fonte: MAIA et al., 2022

Quanto à composição mineralógica, estudos indicam que a Cadeia Vitória-Trindade é formada por rochas basálticas possivelmente associadas a fenômenos relacionados à Pluma da Trindade (Santos et al., 2022; Maia et al., 2021). Das poucas amostras dragadas da CVT, concluiu-se que estas são compostas por rochas alcalinas ultrabásicas, anteriormente descritas como picritas, ancaramitas, tefritas e basanitas. Constatou-se também que a CVT “possui características inquestionáveis de magma basáltico alcalino, refutando a hipótese de que estes montes submarinos correspondem a um fragmento de crosta continental (Maia et al., p. 13, 2021).

A origem e a composição das unidades geológicas foram os principais argumentos apresentados à CLPC para justificar a inclusão de Trindade e Martim Vaz como parte integrante da formação da Cadeia Vitória-Trindade. Durante entrevistas com integrantes do LEPLAC, o

professor de geologia da UERJ Anderson Santos e a pesquisadora Thaís Maia⁴⁰, foi destacado que as amostras coletadas em todos os edifícios vulcânicos e nas ilhas exibem notável similaridade, especialmente nas assinaturas químicas e isotópicas das rochas. Esses dados evidenciariam uma clara relação genética entre as formações da região.

Considerando os critérios estabelecidos e as características da CVT, a CMG Alberoni explicou em entrevista que, no pleito inicial, o LEPLAC adotou a abordagem de vincular o prolongamento das ilhas e montes ao continente, buscando demonstrar sua afinidade com a formação continental. Entretanto, na nova proposta, o LEPLAC passou a sustentar que a CVT está associada diretamente às próprias ilhas, argumentando que estas são territórios brasileiros e que os montes e bancos possuem continuidade com as ilhas.

Sendo assim, Alberoni e Jeck concluem então que “a Cadeia Vitória-Trindade deve ser classificada como uma feição ígnea, geológica e geomorfologicamente contínua até o continente” (Alberoni; Jeck, 2022, p. 110). Mas, ainda assim, estudos detalhados com análises batimétricas, geofísica e amostragem mais modernas e robustas das áreas que conectam essas estruturas devem ser conduzidas, a fim de avaliar as características estruturais e composicionais dessas áreas, para que assim, possa ser confirmada a continuidade entre os segmentos analisados.

Retornando para a ótica da geopolítica, a análise dos documentos da ONU e sua aplicação ao caso da CVT evidenciam que os Estados, atualmente, possuem uma nova estratégia para expandir seus limites. Diferentemente do passado, quando reivindicações territoriais eram viabilizadas apenas por guerras, decisões unilaterais e tratados bilaterais ou regionais, agora ela pode ser fundamentada em argumentos baseados nas geociências. Nesse contexto, a ciência, com destaque para a geologia, tornou-se na atualidade uma ferramenta geopolítica legítima para a formação de fronteiras.

É importante destacar também a adoção do conceito de “bandeirantes das longitudes salgadas” para designar os especialistas envolvidos na expansão das fronteiras marítimas do Brasil⁴¹. Essa expressão reconhece o papel desempenhado pelo LEPLAC, pela Marinha do Brasil, pela Petrobras e pela comunidade acadêmica como agentes na formação territorial e na definição das fronteiras nacionais no contexto global contemporâneo, tema que será explorado

⁴⁰ Santos e Maia são pesquisadores que colaboraram com o LEPLAC e desenvolveram estudos sobre a CVT, os quais foram incorporados à submissão para a expansão da plataforma continental da região.

⁴¹ Informação retirada da Agência Marinha de Notícias. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/novo-mapa-do-brasil-e-expandido-com-57-milhoes-de-km2-de-area-maritima#:~:text=Eles%20são%20chamados%20de%20“bandeirantes,Direito%20do%20Mar”%2C%20detalhou>. Acesso em dezembro de 2024.

com maior profundidade na próxima seção. Esses temas serão abordados com maior profundidade na seção seguinte.

4.2. O MEIO AMBIENTE COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

Além da dimensão geológica relacionada à soberania legal da CVT, o Brasil adota outras duas estratégias para estabelecer sua presença na região. A primeira é de caráter ambiental, alinhada à centralidade do meio ambiente na agenda geopolítica contemporânea, como discutido na revisão bibliográfica no capítulo 3. Como mencionado anteriormente, o próprio Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) incorpora a temática ambiental como uma das vertentes de sua abordagem para a Amazônia Azul, enfatizando tanto a regulação e o monitoramento de atividades poluentes quanto a importância de sua atuação na construção de acordos internacionais.

Nesse contexto, destaca-se a geopolítica das áreas de proteção, considerada especialmente relevante para o caso específico aqui estudado. Conforme argumenta Ramutsindela et al. (2020), essas áreas, além de cumprirem fins ambientais, desempenham também um papel estratégico ao apoiar reivindicações e metas geopolíticas, possibilitar o controle territorial e de sistemas de produção, além de influenciar relações internacionais, seja fortalecendo ou enfraquecendo vínculos.

A partir do decreto nº 9.312 de 2018⁴² foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Trindade e Martim Vaz e o Monumento Natural (MONA) das Ilhas de Trindade e Martim Vaz e do Monte Columbia (Figura 33), que atualmente é uma das maiores unidades de conservação do Brasil (cerca de 471.532 km²). Conforme a Lei nº 9.985 de 2000⁴³, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), essas unidades se dividem em duas categorias: Proteção Integral, que inclui o MONA; e Uso Sustentável, na qual se enquadra a APA. Em termos gerais, a principal distinção entre essas categorias é que a APA visa conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento sustentável, enquanto o MONA foca na proteção total de áreas específicas.

⁴² Essas informações foram retiradas do site do Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9312.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.312%2C%20DE%2019,Vaz%20e%20do%20Monte%20Columbia. Acesso em dezembro de 2024.

⁴³ Essas informações foram retiradas do site do Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em dezembro de 2024.

Figura 33 – Novas áreas protegidas marinhas do Brasil



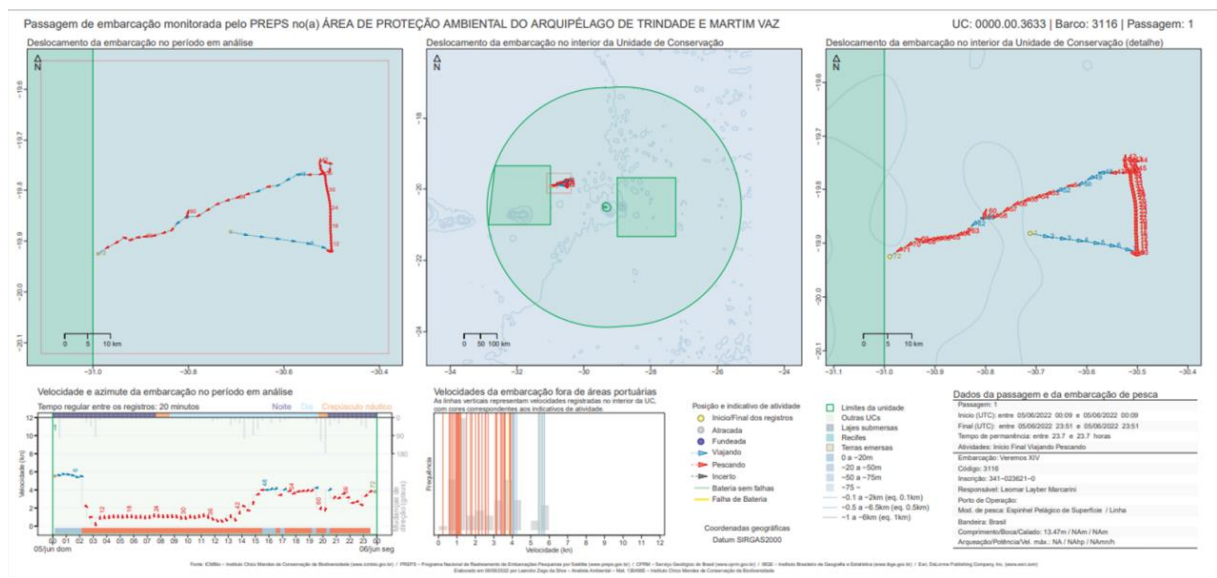
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2018

Considerando as características dessas duas categorias de Unidades de Conservação, merece destaque a localização estratégica do MONA do Monte Columbia, situado no limite oeste da ZEE de Trindade e Martim Vaz, adjacente à área disputada da Cadeia Vitória-Trindade. Convenções internacionais como a UNCLOS e a Convenção de Londres⁴⁴, das quais o Brasil é signatário, permitem ao país intervir em áreas além de sua soberania quando há risco de danos ambientais que possam impactar as águas, o solo ou o subsolo marinho sob sua jurisdição. Nesse contexto, a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral próxima a uma região em que o Brasil ainda não possui soberania legal, mas busca deter, pode ser interpretada como uma estratégia geopolítica para exercer controle e estabelecer uma forma de “soberania efetiva” enquanto a disputa sobre o reconhecimento da área segue em andamento na CLPC.

⁴⁴ Destaca-se aqui os artigos 192 e 194 da UNCLOS e o artigo VII da Convenção de Londres, que contêm disposições específicas relacionadas à proteção do meio ambiente marinho e à responsabilidade dos Estados em prevenir ou mitigar impactos ambientais, mesmo em áreas fora de sua jurisdição direta.

Ainda no contexto da soberania, em entrevista com o ambientalista Renan Smith, voluntário do ICMBio durante a 135ª Comissão Logística à Ilha da Trindade, ele destacou que, além dos objetivos ecológicos dos órgãos voltadas à preservação ambiental, há também a intenção de reafirmar a soberania sobre o território. Isso é feito por meio do monitoramento das atividades marítimas na região, utilizando ferramentas como o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) (Figura 34) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que auxiliam na proteção dos recursos vivos e não vivos nacionais e comprovam a ocupação efetiva da ZEE brasileira.

Figura 34 – Mapa de alerta PREPS



Fonte: ICMBio, 2022

Um ponto recorrente nas entrevistas com membros da Marinha envolvidos na gestão da Ilha da Trindade é a percepção de que a preservação dos ecossistemas marinhos desempenha um papel fundamental na garantia do domínio brasileiro sobre seus recursos naturais. Essa estratégia fortalece o controle do território marítimo e consolida a posição do país como liderança na região do Atlântico Sul. Além disso, contribui para prevenir ações predatórias, práticas ilegais de exploração, interferências estrangeiras não autorizadas e qualquer ameaça à soberania brasileira, desafios significativos enfrentados pelo Brasil nessa área.

Vale ressaltar que a expansão da plataforma continental na região da CVT permitiria a exploração de recursos extremamente valiosos. Segundo o Professor Anderson Costa e a CMG Izabel Jeck, o potencial dessas regiões concentra-se especialmente nos nódulos polimetálicos, que incluem os já mencionados “minerais estratégicos/terras raras”. Esses minerais são

fundamentais para a transição energética, pois têm ampla aplicação na indústria de alta tecnologia, o que explica sua crescente valorização e demanda no mercado atual. Ademais, o Almirante Fernando Garcez ressalta que, do ponto de vista brasileiro, há uma preocupação em equilibrar os interesses econômicos e ambientais, assegurando que a exploração desses recursos seja realizada de forma sustentável, sem comprometer os ecossistemas da Amazônia Azul – algo que dificilmente seria prioridade para uma companhia mineradora estrangeira, por exemplo.

Então, pensando em proteger essa área, o Capitão de Fragata Guilherme Santos, comandante do Navio-Patrolha Oceânico “APA”, ressaltou em entrevista a importância dos programas estratégicos da Marinha, como o PREPS e o SisGAAz, no enfrentamento das ameaças mencionadas. Segundo ele, além de monitorar o tráfego marítimo e a pesca, esses programas protegem áreas de interesse, recursos, portos e infraestruturas contra ameaças, desastres e atividades ilegais na Amazônia Azul. Além disso, eles também contribuem para o fortalecimento do Poder Naval, a modernização de equipamentos e instalações, e para incentivar a mentalidade marítima na sociedade, demonstrando a atual intersecção entre a proteção do meio ambiente e o poder marítimo brasileiro.

Outro aspecto relevante é o uso do termo “Amazônia Azul” como uma estratégia geopolítica. Desde 2004, ano da primeira proposta de extensão da plataforma continental brasileira, as Forças Armadas do Brasil têm adotado legalmente essa nomenclatura, que passou a integrar documentos de defesa do país e a ser adotada por diversas instituições estatais e não estatais (Ventura, 2020). De acordo com Giraut e Houssay-Holzschuch (2016), a nomeação de lugares é um recurso geopolítico fundamental para estabelecer narrativas, construir a identidade nacional e equilibrar relações de poder entre Estados-nação. Nesse contexto, associar as Águas Jurisdicionais Brasileiras à Amazônia, uma região amplamente reconhecida por sua importância ambiental e como instrumento de *soft power*, reforça o valor estratégico e simbólico da Amazônia Azul. Conforme ressaltado pelo Comandante Mauro Medeiros, essa ênfase na questão ambiental projeta uma imagem positiva do Brasil na comunidade internacional, ampliando o papel da Amazônia Azul como elemento de influência geopolítica.

4.3. A CIÊNCIA COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

A terceira estratégia que o Brasil adota para fortalecer sua presença na região está relacionada à ciência. Assim como a vertente ambiental, o PEM 2040 também incorpora a

prática científica como uma das vertentes de sua abordagem para a Amazônia Azul. O plano destaca as oportunidades de desenvolvimento tecnológico, os benefícios econômicos derivados do aproveitamento da biodiversidade marinha e a relevância de preservar o conhecimento sobre o ambiente marítimo, o qual também pode ser aplicado pelas forças navais na defesa dos interesses do Estado brasileiro.

Nas entrevistas exploratórias com os Comandantes Daniel Gusmão e Mauro Medeiros, destacou-se a importância das pesquisas científicas em diferentes áreas, não apenas relacionadas à Trindade e ao arquipélago de Martim Vaz, mas também a todas as ilhas sob jurisdição nacional, beneficiando tanto a Marinha quanto o país como um todo. Mattos e Câmara (2020) ressaltam que programas de pesquisa, como o PROARQUIPÉLAGO, no arquipélago de São Pedro e São Paulo, e o PROTRINDADE, na Ilha da Trindade e no Arquipélago de Martim Vaz, atuam como ferramentas que integram ciência e geopolítica, contribuindo para a formulação de estratégias e para a legitimação do uso desses territórios. O PROTRINDADE, como já mencionado, tem a função de coordenar e fomentar estudos científicos voltados à Ilha da Trindade, ao Arquipélago de Martim Vaz e às áreas marítimas adjacentes, gerando conhecimento em campos como geologia, oceanografia e biologia, além de explorar as características e o potencial da região.

A respeito da relevância da produção científica e sua colaboração com a Marinha, o Comandante Luiz Carlos Torres e a CMG Izabel Jeck destacaram, em entrevista, que a Marinha, especialmente por meio da DHN, historicamente disponibiliza seus navios para apoiar pesquisadores. Essa parceria é essencial, pois tanto a Marinha quanto a academia possuem recursos limitados, mas, por meio dessa cooperação, alcançam avanços científicos e atendem aos interesses estratégicos do país. No caso de Trindade e Martim Vaz, o Comandante Raphael Rangel, gerente do PROTRINDADE, ressaltou que a pesquisa científica desempenha um papel crucial ao reforçar a soberania na região, ocupando estrategicamente o território e gerando conhecimento sobre suas potencialidades. Além disso, a ciência, associada à preservação ambiental, permite mapear áreas vulneráveis e fortalecer a presença do Estado, utilizando navios e patrulhas como instrumentos de controle e dissuasão, fortificando assim a soberania brasileira.

Durante o trabalho de campo na Ilha da Trindade e a bordo do Navio-Patrulha Oceânico “APA”, foram identificados vários projetos de pesquisa em andamento na região. Entre eles, destacam-se: o MOVAR, que busca estimar o transporte de calor e volume da Corrente do Brasil nas proximidades da CVT; o RETER Trindade, focado na recuperação do ecossistema terrestre da ilha para preservar espécies ameaçadas de extinção; o GENO-Island, voltado para

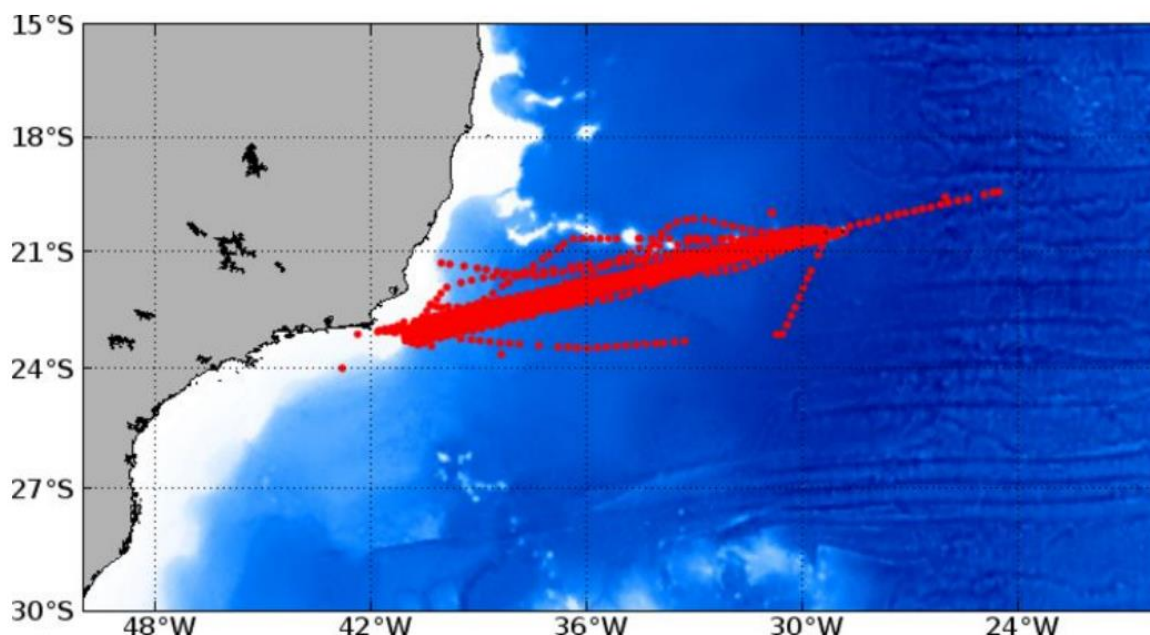
o estudo das adaptações moleculares de plantas a ambientes insulares; o Coral Vivo, dedicado à pesquisa e conservação da costa coralínea do Brasil; e o projeto Petrogênese da Cadeia Vitória-Trindade, que investiga a petrologia, geoquímica e a datação das formações dessa cadeia. Embora sejam de áreas distintas, todas essas pesquisas reforçam a importância da preservação da região de Trindade e Martim Vaz. Além de ampliar o conhecimento sobre suas características específicas e contribuir também para o planejamento estratégico de uso e gestão dessa área.

Outra perspectiva associada a essa questão é o papel da prática científica na região como instrumento de territorialização. Esse conceito pode ser definido como o processo de criação e organização de territórios, marcado pela presença humana e pelo domínio técnico sobre o espaço, abrangendo tanto sua formação quanto seu desenvolvimento (Haesbaert, 2004, 2010). Nesse sentido, o envio de navios para patrulhamento e pesquisas, tanto no trajeto sobre águas acima da CVT – onde o Brasil ainda não possui soberania legal –, quanto em Trindade e Martim Vaz, pode ser compreendido como uma estratégia de ocupação efetiva do espaço. Em entrevista, o Professor Anderson Santos destacou que, atualmente, “uma das coisas que detém o domínio da soberania, se não é a ocupação humana, é a ocupação científica”. Dessa forma, a pesquisa científica na região se torna uma ferramenta essencial para vigorar a presença do país, transformando esse espaço em território brasileiro e fortalecendo uma soberania de fato por meio da ocupação e do conhecimento gerado.

Sob essa perspectiva, as pesquisas também podem ser interpretadas como uma forma de costura territorial⁴⁵ (Soares; Azevedo; Vargas, 2023). Essa ideia se manifesta por meio da “rota científica” estabelecida pelas comissões, que articula uma linguagem geopolítica ao combinar o aspecto material dessa rota com o simbolismo da presença brasileira na região. Assim, cria-se uma unidade territorial que aproxima a área disputada daquelas já reconhecidas como posse legal do Brasil. Nesse contexto, a Figura 35 apresenta um mapa das medições realizadas pelo projeto MOVAR desde 2004, ilustrando a conexão mencionada e destacando a relevância da produção científica na região da Cadeia Vitória-Trindade.

⁴⁵ Embora a ideia de costura territorial tenha origem nas discussões sobre geopolítica popular e nos Jogos Olímpicos, sua aplicação também se mostra pertinente neste contexto específico.

Figura 35 – Mapa das medições realizadas pelo MOVAR desde 2004



Fonte: NOAA, 2024

Retornando à ideia de poder marítimo, Mahan argumentava que, para uma nação alcançar o status de potência marítima, era fundamental dispor de uma Marinha equipada com os instrumentos adequados, como navios de guerra e bases militares avançadas (Mahan, 1891). No entanto, no caso brasileiro, observa-se uma abordagem diferente, em que alguns desses instrumentos estão mais voltados para fins científicos do que bélicos, se refletindo em investimentos significativos em embarcações equipadas com avançados recursos tecnológicos para pesquisa.

Um exemplo é o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) “Vital de Oliveira” (Figura 36), adquirido em 2015 por aproximadamente R\$ 162 milhões⁴⁶. Este navio é utilizado “prioritariamente em prol do monitoramento e caracterização física, química, biológica, geológica e ambiental de áreas oceânicas estratégicas, para a exploração de recursos naturais, com ênfase nos recursos minerais, óleo e gás, ampliando a presença brasileira no Atlântico Sul”⁴⁷. Em entrevista, a CMG Izabel Jeck destacou que o “Vital de Oliveira” é atualmente um dos melhores navios de pesquisa do mundo, reforçando o papel do Brasil no avanço científico e no monitoramento de suas áreas estratégicas.

⁴⁶ Informações retirada do site DefesaNet. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/naval/npqho-vital-de-oliveira-entregue-a-marinha-do-brasil/>. Acesso em dezembro de 2024.

⁴⁷ Essa citação foi retirada do site da DHN, em que eles detalham sobre as características, utilidades e objetivos do NPqHo “Vital de Oliveira”. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/gnho/vital-de-oliveira>. Acesso em dezembro de 2024.

Figura 36 – NpqHo “Vital de Oliveira”



Fonte: Marinha do Brasil, 2018

Conclui-se, portanto, que o Brasil tem integrado estratégias baseadas na geologia, na preservação ambiental e na prática científica para instituir sua presença e relevância na região estratégica da Cadeia Vitória-Trindade e em todo o Atlântico Sul. Essa abordagem multidimensional não apenas reforça a soberania nacional e o controle sobre áreas marítimas de interesse, mas também projeta o país como uma liderança regional no contexto marítimo. Ao equilibrar pesquisa científica, conservação ambiental e ocupação estratégica, o Estado brasileiro busca estabelecer sua posição como a principal potência marítima do Atlântico Sul, algo que seja discutido mais a fundo no capítulo a seguir.

5. TRINDADE E MARTIM VAZ, SUAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS E A PRESENÇA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

5.1. A GEOPOLÍTICA DOS “BANDEIRANTES DAS LONGITUDES SALGADAS” E A FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS BRASILEIRAS

Em entrevista com o Comandante João Franswilliam, a frase “nós, estudiosos das fronteiras marítimas, somos os bandeirantes das longitudes salgadas, mas sem os problemas que conhecemos dos bandeirantes do Oeste. Agora usamos a diplomacia” chamou atenção. Não havia sido a primeira vez que a expressão apareceu na pesquisa. Na tese de Barbosa (2022) também aparece essa analogia aos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII. Como é amplamente conhecido na literatura historiográfica brasileira, as bandeiras e entradas são consideradas um dos principais vetores da expansão territorial brasileira rumo ao Oeste. Nesse sentido, o Estado brasileiro, desde a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982, adota a figura simbólica dos “bandeirantes das águas salgadas” para expressar sua “marcha para Leste” e suas aspirações de primazia no Atlântico Sul.

Ainda em entrevista, o entrevistado relembrou os problemas conhecidos do período colonial e da expansão territorial brasileira (portuguesa): os massacres aos diferentes grupos indígenas que viviam nesses espaços “desbravados” pelos bandeirantes (Souza, 2007; Fonseca, 2016). Ao frisar essa diferença, o Comandante Franswilliam revelou dinâmicas geopolíticas importantes dos dois períodos: I. a formação e a soberania territorial é uma construção histórica contínua a partir de diferentes estratégias geopolíticas – as territorialidades; II. as territorialidades diferem segundo o contexto histórico.

A literatura aponta que as bandeiras e entradas exerciam função de ataque e expedicionário, reivindicando por meio da força os territórios para o Reino de Portugal no Brasil e o reconhecimento das áreas que estavam sendo incorporadas às posses já pertencentes à Coroa portuguesa (Fonseca, 2016). Essas dinâmicas são claros exemplos de uma geopolítica predominante na história, antes mesmo da consolidação desse conhecimento como parte da Ciência Geográfica no século XIX. As dinâmicas de competição, ocupação e projeção de força estiveram no radar da Geopolítica clássica desde Ratzel e autores seguintes, como aqueles que construíram a ideia do poder marítimo. Como apresentado no capítulo 3, isso ocorria em um ambiente sem instituições multilaterais, em que as territorialidades se realizavam apenas pelo

uso da força em perspectiva unilateral ou através de acordos bilaterais (muitas vezes com a intermediação de um outro Estado).

Apesar das críticas acadêmicas frente a esse tipo de conhecimento considerado utilitarista e sua marginalização da geografia científica no pós 2ª Guerra Mundial, autores apontam como isso não significou o abandono de sua prática pelos Estados ou nem mesmo de sua reflexão contínua, porém dentro das academias militares ou outros campos de conhecimento, como a criação dos cursos de Relações Internacionais (Becker, 2012; Lima, 2013; Costa, 2022). Em outras palavras, o estudo sobre geopolítica e as ações do Estado em busca de sua soberania territorial continuam.

A geopolítica contemporânea, embora ainda fundamentada em princípios como soberania territorial, segurança e projeção, adota territorialidades distintas, conforme discutido no Capítulo 3. No contexto das instituições multilaterais estabelecidas após a 2ª Guerra Mundial, essas territorialidades passam por transformações, incorporando novos argumentos para reforçar a segurança, a soberania e a capacidade de projeção dos Estados.

Essa discussão ganha força na geopolítica brasileira seja no seu extremo ocidente com as dinâmicas fronteiriças terrestres (Machado, 2000; Silva et al, 2017), ou no seu oriente, com a demarcação de seus limites. No primeiro caso, o foco está, principalmente, na porosidade das fronteiras, especialmente em relação às atividades ilegais, como tráfico de armas, drogas e mercadorias (Machado, 2000). Porém, no segundo, nota-se que o problema geopolítico se encontra ainda na definição dos limites, algo praticamente superado no lado ocidental (Goes Filho, 2013).

O pedido de expansão da Plataforma Continental brasileira é uma estratégia explícita de definição efetiva dos limites orientais. Não à toa, estabelece-se um programa de Estado como o LEPLAC que dura mais de 30 anos perpassando diferentes governos no país. Conforme destacou o Comandante Luiz Carlos Torres em entrevista, esse programa parece passar inócuo pelas diferenças de perspectivas ideológicas que governaram o Brasil nas últimas décadas. A partir dessa questão, é possível relacionar essa iniciativa à visão de Elden (2013), que descreve o território estatal como uma tecnologia política, já que o objetivo primordial do LEPLAC é alcançar domínio técnico e científico, por meio de técnicas de delimitação e mapeamento do espaço, sobre as áreas onde o país almeja delimitar novas fronteiras e expandir sua soberania.

Desse modo, ao refletir sobre os pontos abordados até aqui, destaca-se que a postura do Brasil em relação às suas fronteiras, o trabalho realizado pelo LEPLAC e o contexto do mundo pós-1982, ano de estabelecimento da UNCLOS, revelam um certo retorno às ideias da geopolítica positivista racional do século XIX. Naquele período, autores como Friedrich Ratzel

concebiam a geografia política e a geopolítica como disciplinas que exploravam o vínculo estreito entre o Estado e o solo – entendido aqui como espaço absoluto⁴⁸ –. Esse vínculo era percebido como base para a formação de territórios, incorporando sua história, os valores culturais enraizados na sociedade e os símbolos socialmente construídos e reconhecidos como patrimônio comum de um povo (Costa, 1992; Castro, 2005; Azevedo e Nogueira, 2023). Ademais, buscava-se conferir a essas áreas de estudo uma dimensão científica, alinhada às ciências naturais sistemáticas, como geologia, física, química e biologia, com o objetivo de identificar as leis e regras da natureza e relacioná-las ao estudo da geografia, sistematizando e cientificando as interações entre o espaço e o homem.

Sendo assim, a adoção de símbolos geopolíticos importantes para o Brasil, como os bandeirantes no passado e a Amazônia atualmente, bem como o uso das geociências como argumento para definição dos novos limites estatais e reforçar os interesses nacionais nos mares, revelam uma defesa cientificista racional nesse processo geopolítico. No entanto, essa abordagem ganha uma nova roupagem no século XXI. Além do foco tradicional em elementos do *hard power* – como a ideia de soberania e o “instinto de expansão” territorial –, percebe-se um entrelaçamento com elementos do *soft power*, valorizando aspectos como a relevância da ciência e a questão ambiental dos espaços oceânicos, criando uma forma renovada de compreender a relação entre o Estado e o solo, adaptada às demandas contemporâneas.

Outro ponto interessante abordado em entrevista com o Almirante Fernando Garcez foi a afirmação que o objetivo do Brasil, assim como de outros países, é expandir ao máximo seu território por meio de suas plataformas continentais. Essa ampliação garante segurança jurídica ao país e confere autonomia ao Estado para decidir como utilizar esses espaços sem interferências externas. Ele exemplificou essa ideia afirmando que uma companhia petrolífera, por exemplo, se sentiria mais segura em investir em um território onde a legislação é definida por um único corpo legislativo (um Estado) do que em uma área global, sujeita a interesses conflitantes.

Com isso, observa-se que a abordagem do Estado brasileiro está profundamente relacionada à concepção de compartimentação do território proposta por Gottmann (2012). De acordo com o autor, embora essa ideia esteja passando por transformações no mundo contemporâneo, ela continua sendo essencial para a organização do espaço geográfico, servindo como um mecanismo de controle, segurança e estabilidade para os Estados por meio do

⁴⁸ Segundo o geógrafo David Harvey (2012) apresenta o espaço absoluto como uma “coisa como ela é”, com uma noção dele como fixo e mensurável, típica da perspectiva cartesiana, que vê o espaço como um recipiente estático para eventos e objetos.

território e de suas fronteiras. Gottmann também destaca que, nos dias atuais, há um esforço para "compartimentar a maior parte do espaço marítimo em setores que seriam apropriados por poderes costeiros, como extensões de seus respectivos territórios terrestres" (Gottmann, 2012, p. 531).

Todavia, vale destacar que, apesar de a imensa maioria das pesquisas sobre fronteiras brasileiras se focarem na parte terrestre, nossa pesquisa também demonstrou que, além de questões sobre limites, há importantes relações fronteiriças no Atlântico Sul pouco conhecidas.

Assim, conforme exibido anteriormente, a importância da parte austral do Oceano Atlântico tem crescido de forma constante no século XXI, transformando-o em um espaço cada vez mais competitivo e estratégico, despertando o interesse de potências externas (Willrich, 2018). Embora o Atlântico Sul não seja palco de intensos conflitos territoriais ou incidentes significativos (com a forte exceção das Ilhas Malvinas/Falklands), como ocorre no Pacífico, os países situados na região têm buscado maneiras de fortalecer sua posição, ampliar sua presença e exercer maior influência.

Dado que o Brasil possui uma das maiores fronteiras marítimas do mundo, o Estado tem visto como necessário analisar novas abordagens para fortalecer a manutenção de sua soberania marítima e ampliar sua projeção de poder no Atlântico Sul. Sendo assim, a UNCLOS conferiu aos Estados a possibilidade de ampliar legalmente seus limites marítimos com base em critérios geomorfológicos e geológicos, por meio da ideia de plataforma continental. Em entrevista, o Almirante Fernando Garcez destacou que a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) desempenha um papel como "estabelecedor" de fronteiras. No contexto brasileiro, a criação da política estatal do LEPLAC reflete esse propósito, alinhado à "missão bandeirante" mencionada no início desse capítulo, com o objetivo de fundar e estender as fronteiras nacionais para além das 200 milhas náuticas.

Assim, por meio das normas definidas na UNCLOS (1982) e nas orientações delimitadas nas *guidelines* da CLPC (1999) torna-se possível pensar na ciência, mais especificamente as geociências, como demarcador fronteiriço, já que a constante evolução dos métodos científicos na era do conhecimento atualmente afeta diretamente a demarcação dos limites dos Estados costeiros. Desse modo, o domínio técnico e científico sobre o espaço geográfico, tornou-se uma valiosa e legítima ferramenta geopolítica para a ampliação e permanência do território estatal.

Nesse contexto, Lastres et al. (2002) enfatizam que a "era do conhecimento" é caracterizada pela necessidade de produzir e incorporar novos saberes, sendo as inovações essenciais para que instituições e Estados enfrentem os desafios e a competitividade inerentes

a essa nova dinâmica global. Assim, o conhecimento técnico-científico não apenas reforça a soberania, mas também se torna um fator central na redefinição das territorialidades e nas estratégias de projeção de poder dos Estados.

Por outro lado, a dificuldade e o alto custo da coleta de dados que precisam ser apresentados no pleito da expansão (o que torna desigual a definição de limites dos Estados no mundo), somados à incerteza quanto à aceitação pela CLPC, marcada por subjetividades e interpretações variadas, representam desafios consideráveis para países com recursos financeiros limitados. Conforme mencionado pela CMG Izabel Jeck, em entrevista, embora o Estado tenha soberania para estabelecer suas fronteiras marítimas, o não seguimento das recomendações da Comissão acaba restringindo essa autonomia, já que se abre brechas para questionamentos e disputas por parte de outras nações, comprometendo a legitimidade da soberania sobre a área em questão.

No caso brasileiro, o Estado busca reafirmar sua soberania sobre a plataforma continental reivindicada, recorrendo a medidas como a Resolução nº 5/2021 do CIRM. Em entrevista, a CMG Izabel Jeck disse também que essa resolução foi criada com o objetivo de transmitir a ideia de que, “mesmo que a área da plataforma continental não tenha sido reconhecida pela CLPC, no momento que ela foi depositada ela é considerada como brasileira”.

Além disso, o Brasil tem adotado práticas de territorialização e controle territorial por meio da ciência e da proteção ambiental para marcar sua presença na região. Essas ações envolvem o uso da ciência como instrumento para reforçar a soberania, por meio da ocupação científica, e a implementação de iniciativas de proteção ambiental, como a criação de unidades de conservação e a adoção de sistemas como o PREPS e o SisGAAZ. Tais medidas adotadas tentam dar ao Brasil mais controle e proteção dos recursos vivos e não vivos nessa área ainda em disputa. Desse modo, de maneira semelhante ao uso das geociências como “argumento racional científico” para a expansão das fronteiras nacionais, esta pesquisa tornou possível argumentar que o Brasil utiliza o conceito e a ideia da Amazônia Azul, associado à relevância da proteção dessa região, assim como da Amazônia Verde, como uma tentativa de criar um “argumento racional ambiental” estruturado para fortalecer sua autonomia e domínio sobre territórios ainda em disputa.

Porém, considerando que o Brasil ainda enfrenta certa insegurança jurídica nas áreas reivindicadas, agravada por ameaças à sua soberania, (como a exploração ilegal de recursos mencionada pelo comandante Guilherme Santos em entrevista), torna-se evidente que a preservação da Amazônia Azul depende de dois fatores essenciais: o reconhecimento legal da ampliação dessas áreas e o fortalecimento da capacidade de monitoramento e proteção pela

Marinha do Brasil. Apesar de incorporar aspectos do poder marítimo atual, o país ainda carece de elementos clássicos, como os "instrumentos de guerra" necessários para garantir a vigilância e a defesa eficaz das suas fronteiras marítimas.

5.2. A ILHA DA TRINDADE EM RELAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO GEOPOLÍTICA DAS ILHAS BRASILEIRAS

A preocupação com a soberania territorial e a projeção de poder por meio do mar integra as estratégias do Estado brasileiro, especialmente no contexto do pedido de expansão da Plataforma Continental. Como ressalta Barbosa (2022, p. 9), “o Brasil, país que tem suas fronteiras terrestres bem definidas e pacificadas, não pode fazer a mesma afirmação com relação à sua fronteira marítima”.

É nesse contexto que os territórios insulares passam a ganhar ainda mais relevância para a geopolítica mundial e, em especial, para a brasileira. Como percebido no histórico de ocupação da ilha, até 1957 não havia uma ocupação efetiva da Ilha de Trindade, o que foi responsável por diferentes litígios históricos, especialmente com o Reino Unido, maior potência do Atlântico Sul. As contendas surgidas desde a criação do Estado brasileiro em 1822 foram catalisadoras para ocupações temporárias, em 1914 e 1941, períodos em que ocorrem a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Porém, é a partir da década de 1950 e a UNCLOS que a geopolítica insular ganha novos contornos.

Entre as alternativas viáveis, pontua-se a utilização de territórios insulares como ferramenta para aprimorar a estrutura de defesa, de apoio logístico e de monitoramento. As ilhas, conforme aponta Aquino (2019), oferecem ao Estado uma "presença avançada e permanente no entorno estratégico de seu território" (Aquino, 2019, p. 172), possibilitando suporte logístico às forças navais por meio de abastecimento, manutenção e auxílio em operações emergenciais. Além disso, fornecem infraestrutura estratégica para a instalação de sensores, bases militares, píeres de atracação e pistas de pouso, reafirmando sua relevância como pontos-chave para a projeção de poder e segurança no cenário marítimo regional.

Desse modo, embora todas as ilhas oceânicas brasileiras tenham importância para o país, especialmente após a UNCLOS, é possível estabelecer uma “classificação geopolítica” baseada em critérios estratégicos. Essa abordagem considera fatores como extensão territorial, características físicas, localização geográfica e potencial ambiental e científico, avaliando seu potencial para serem empregadas como instrumentos de ação geopolítica. Esses critérios se

fundamentam nas teorias clássicas de Mahan (1891) e atuais de Till (2018), que salienta alguns elementos, como a relevância da dimensão territorial, da disposição de bases militares e portos, e da posição estratégica em relação à costa e a áreas de interesse estatal, como elementos essenciais para o fortalecimento do poder marítimo.

Quanto aos critérios do poder marítimo atual, as características intrínsecas que as ilhas detêm, como ecossistema insular que é caracterizado por alta biodiversidade e espécies endêmicas de fauna e flora, as tornam elementos científicos e ambientais importantes para a geopolítica marítima do Estado. Nesse contexto, uma ilha com maior extensão, características ambientais e físicas favoráveis à construção de infraestruturas como bases, portos e aeroportos, além de uma localização estratégica relativa à *mainland* e a pontos de interesse nacional, é vista como tendo maior potencial estratégico no âmbito da oceanopolítica.

Das cinco ilhas oceânicas que o Brasil detém soberania (Figura 37 e Quadro 5), duas se destacam favoravelmente: Fernando de Noronha e a Ilha da Trindade. Ambas as ilhas possuem áreas consideráveis (aproximadamente 26 km² e 10 km², respectivamente), possuem características físicas que possibilitam a construção de infraestruturas como bases, portos e aeroportos e estão em localizações vantajosas relativas à costa do Brasil e a pontos importantes do Entorno Estratégico brasileiro, especialmente da África (aproximadamente à 2500 km e 4300 km de distância, respectivamente) e de territórios insulares do Reino Unido (aproximadamente 2050 km e 2150 km de distância da Ilha de Ascensão, respectivamente⁴⁹). Porém, a Ilha da Trindade se coloca em evidência ainda mais, já que sua localização e condições geológicas e geomorfológicas permitem o pedido de ampliação da plataforma continental brasileira.

Quadro 5 – Critérios para a classificação geopolítica das ilhas

Ilhas		Atol das Rocas	Fernando de Noronha	São Pedro e São Paulo	Ilha da Trindade	Martim Vaz
Critérios	Área (km ²)	5,5	26	0,01	10	0,4
	Viabilidade para abrigar instalações logísticas	Não viável	Viável	Não viável	Viável	Não viável

⁴⁹ A Ilha de Ascensão é o território insular britânico situado mais próximo da Ilha da Trindade e de Fernando de Noronha. No entanto, embora Fernando de Noronha esteja mais próxima de Ascensão, as outras sete ilhas britânicas encontram-se mais próximas da Ilha da Trindade.

	Distância em relação à costa brasileira	270 km	360 km	1000 km	1200 km	1200 km
	Distância em relação à África	2700 km	2500 km	2000 km	4300 km	4300 km
	Possibilidade de expansão dos limites marítimos	Não possibilita	Não possibilita	Não possibilita	Possibilita	Possibilita
	Potencial ambiental e científico	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui

Fonte: Elaboração própria

Figura 37 – Ilhas oceânicas brasileiras



Fonte: Almeida, 2006

Levando em consideração suas características, Trindade se mostra com grande potencial como instrumento geopolítico, principalmente por sua localização, em um ponto central da costa brasileira, o território nacional mais a Leste e mais próximo do meio do Atlântico Sul. Essa percepção foi unanimemente confirmada pelos comandantes entrevistados, que ressaltaram a importância da ilha para a projeção do poder marítimo brasileiro.

Uma característica notável e o grande diferencial da Ilha da Trindade e o Arquipélago de Martim Vaz em relação às outras ilhas brasileiras é a vantagem geopolítica que sua localização distante da costa brasileira oferece. Essa posição permite ao país explorar integralmente a área de 200 milhas náuticas (MN) delimitada pelas fronteiras marítimas estabelecidas pela UNCLOS, abrangendo aproximadamente 431 mil km² – uma extensão comparável aos estados de São Paulo e Paraná juntos –, já que suas fronteiras não se sobrepõem à ZEE continental. Sua localização, portanto, possibilita a definição de novos limites territoriais para o Estado brasileiro.

Ademais, devido às suas características geológicas como parte da Cadeia Vitória-Trindade (CVT), as ilhas têm potencial para viabilizar a integração das fronteiras marítimas nacionais por meio da plataforma continental estendida. Sua continuidade geológica e geomorfológica em relação ao continente oferece fundamentos científicos que, conforme o Artigo 76 da UNCLOS (1982), qualificam essa região como uma exceção no caso das ridges, permitindo a expansão além das 200 milhas náuticas.

Ainda sobre as características físicas da Ilha da Trindade, embora existam preocupações relacionadas à sua origem vulcânica e ao solo fragmentado, o professor Anderson Costa, especialista em sua geologia, afirmou em entrevista que a ilha possui plena capacidade geológica para abrigar instalações logísticas, como bases, portos e aeroportos. Em entrevista, o Comandante Raphael Rangel também revelou que existem planos para a construção dessas estruturas desde o início da ocupação da ilha em 1957, mas obstáculos relacionados à falta de investimentos e aos conflitos com as questões ambientais impediram seu avanço. Nota-se, portanto, que o tamanho e outras condições físico-geográficas específicas aumentam a importância geopolítica de Trindade, até mesmo em relação à sua vizinha mais próxima.

Sob o aspecto do poder marítimo atual, essa ilha destaca-se por seu potencial como “laboratório natural”, graças às suas características insulares únicas que as tornam áreas valiosas para a pesquisa científica e a preservação ambiental com diferentes espécies endêmicas, como revelaram as entrevistas como os pesquisadores no trabalho de campo realizado. Além disso, poderia desempenhar um papel estratégico como ferramenta de diplomacia naval (Till, 2018; Chiozzo, 2018). A possibilidade de construir uma base militar e manter uma presença constante de navios de patrulha na região seria um fator que ampliaria a capacidade do Brasil de proteger seu território e apoiar outros países sul-atlânticos. Isso viabilizaria o fortalecimento dos laços diplomáticos por meio de ações como o monitoramento do tráfego marítimo, segurança de rotas comerciais, proteção ambiental e expansão da

capacidade de operações em áreas de responsabilidade para busca e salvamento (SAR) adjacentes.

Sendo assim, a Ilha da Trindade e suas fronteiras marítimas reúnem aspectos tanto do poder marítimo clássico quanto do atual, combinando sua aptidão para abrigar instrumentos tradicionais de defesa e monitoramento com funções científicas, ambientais e diplomáticas que poderiam impulsionar o desenvolvimento do Brasil e de seus parceiros no Entorno Estratégico. Esses elementos possibilitam pensar nesse território como um pilar fundamental para a geopolítica marítima brasileira, já que ela tem o potencial de ter um papel central na consolidação da soberania do país sobre as fronteiras da Amazônia Azul e aumentaria a presença do país em uma área de crescente relevância global.

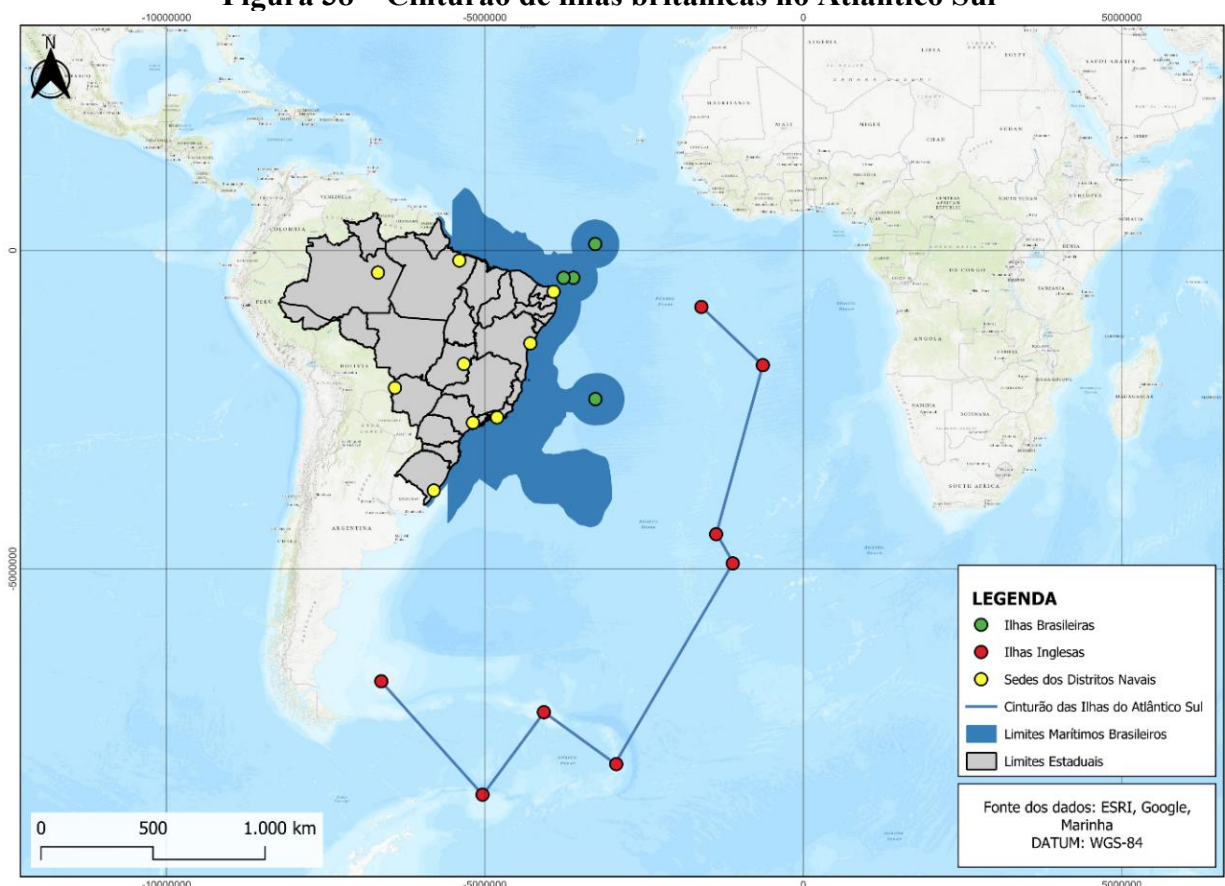
Nesse sentido, a pesquisa revelou duas grandes importâncias geopolíticas da Ilha da Trindade para o Brasil: proteção e projeção, atributos clássicos da geopolítica, alcançados com argumentos contemporâneos. Assim, as análises sobre a função da ilha como zona-tampão e trampolim brasileiro, discutidas a seguir, dialogam com a visão de Gottmann (2012), que define o território como "abrigo e oportunidade", e com as ideias de territorialidade e estratégias de territorialização propostas por Elden (2013) e Ferreira (2014). Essas reflexões buscarão ilustrar o valor atribuído pelo Brasil a regiões estratégicas para suas aspirações nacionais, além de examinar as iniciativas voltadas a monitorar, expandir a atuação e reforçar o protagonismo brasileiro na região do Entorno Estratégico.

5.3. ZONA TAMPÃO: TRINDADE E MARTIM VAZ NA SEGURANÇA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

Com base nas discussões anteriores, Trindade e Martim Vaz, especialmente a primeira ilha, configuram-se como uma ferramenta estratégica para os interesses nacionais, tanto internos quanto externos, dentro de sua região geoestratégica. Embora o Atlântico Sul não seja historicamente uma área de conflitos intensos, Golbery do Couto e Silva (1981) já ressaltava a relevância da costa brasileira e a necessidade de sua defesa, como apresentado no Capítulo 3. Atualmente, essa preocupação se intensifica, considerando que a zona costeira abriga mais de 50 milhões de brasileiros, que diariamente mais de mil embarcações transitam pelas rotas marítimas nacionais e que o mar fornece mais de 90% do petróleo e cerca de 80% do gás natural que sustentam a matriz energética do país (Barbosa, 2022). Diante desse cenário, o Estado brasileiro vê a proteção dessa área ainda mais crucial.

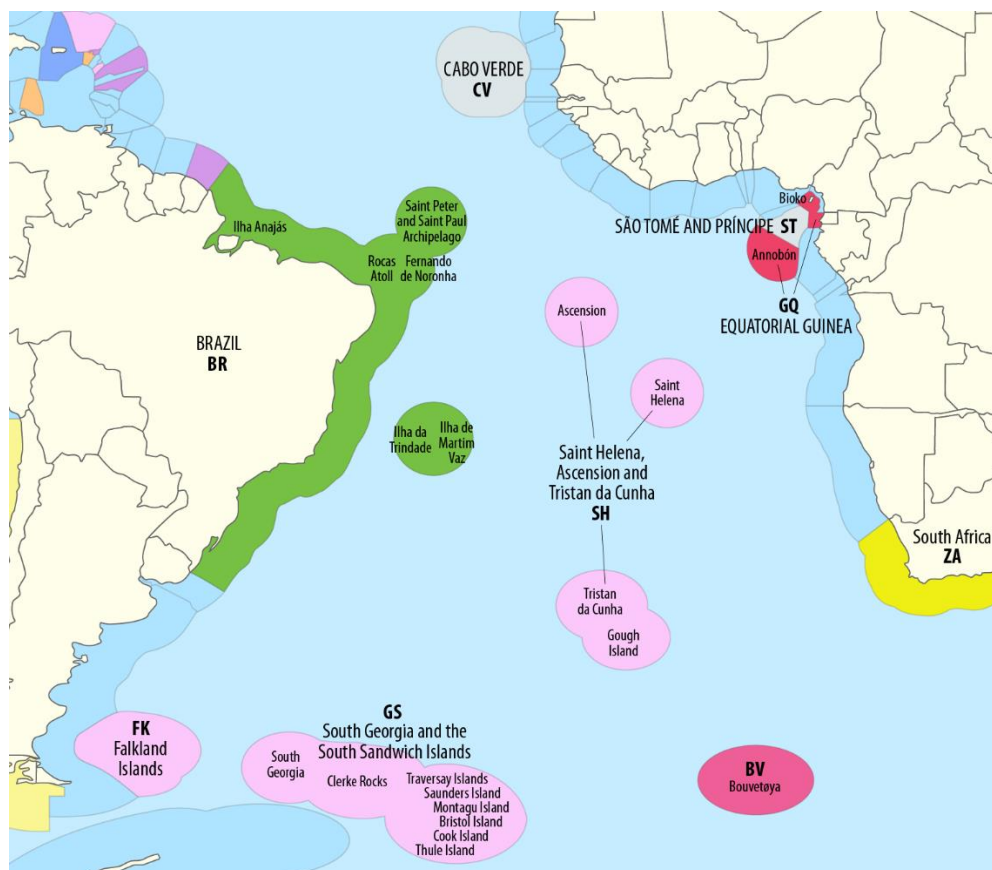
Além disso, outra questão que o Brasil enfrenta é a concorrência de outras potências marítimas na região, especialmente o Reino Unido (Figura 38 e 39), na busca por influência e controle geopolítico sobre essa área. Nesse cenário, se entende que “nos padrões de disputa de poder entre potências, suas zonas de influência encontram-se separadas umas das outras” (Nohadani, 2020, p. 189).

Figura 38 – Cinturão de ilhas britânicas no Atlântico Sul



Fonte: Elaboração própria

Figura 39 – Zonas Econômicas Exclusivas do Atlântico Sul



Legenda: Os territórios marítimos destacados em verde representam as áreas pertencentes ao Brasil, enquanto os em rosa claro correspondem aos territórios ultramarinos britânicos. Já aquele marcado em rosa escuro refere-se à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Ilha Bouvet, sob jurisdição da Noruega.

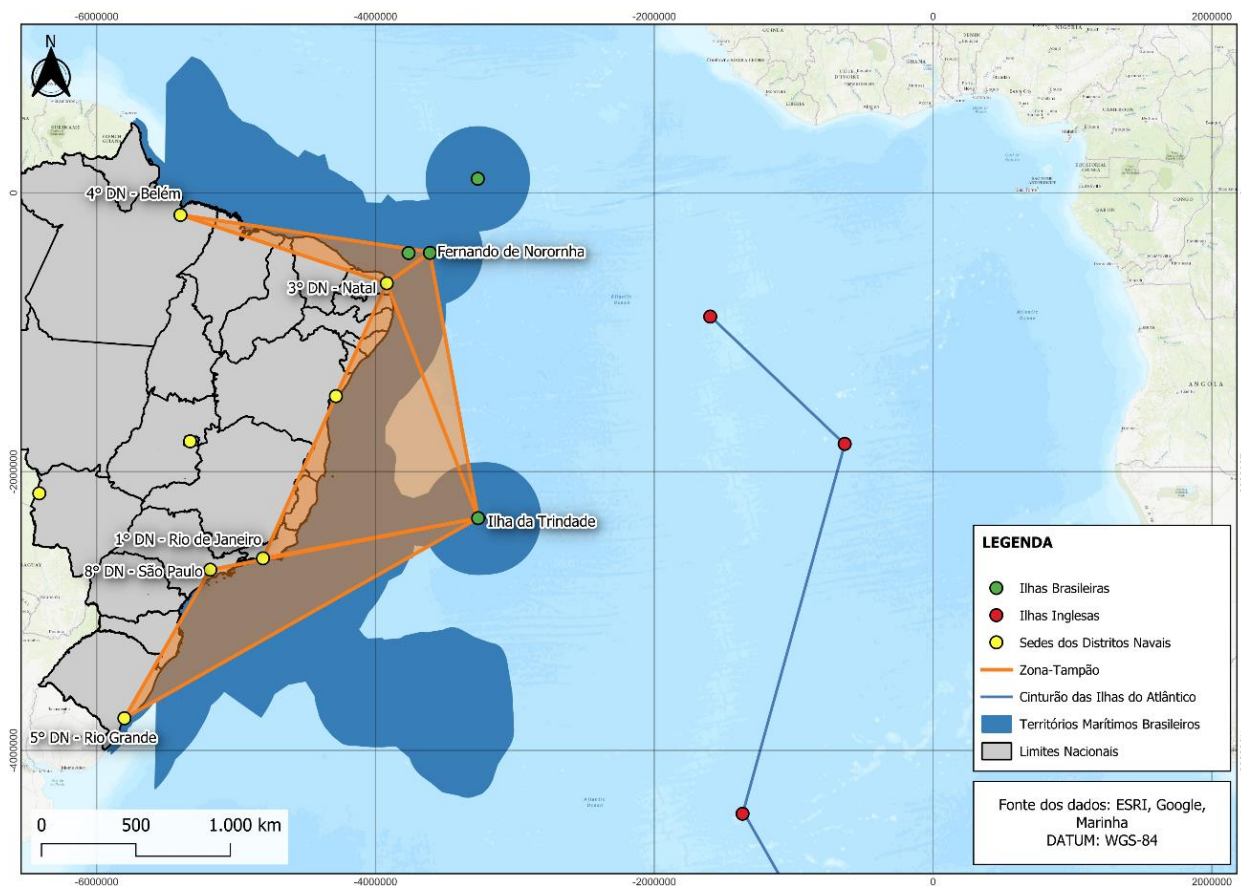
Fonte: Dörrbecker, 2018

Na literatura da geopolítica, as zonas-tampão são tradicionalmente compreendidas como áreas terrestres, geralmente ocupadas por pequenos Estados neutros com influência limitada no Sistema Internacional, utilizada para estabelecer um balanço geopolítico e redução de conflitos entre duas potências hostis (Wight, 1995; Turmanidze, 2009; Nohadani, 2020).

Porém, a partir da ideia geral desse conceito, torna-se possível pensar em uma zona-tampão brasileira dentro do Atlântico Sul (Figura 40), por quatro triângulos que conectam os dois principais territórios insulares brasileiros, Trindade e Fernando de Noronha, às sedes do 1º (Rio de Janeiro), 3º (Natal), 4º (Belém), 5º (Rio Grande) e 8º (São Paulo) Distritos Navais. No contexto da defesa e segurança em escala nacional, essa área poderia ser analisada como uma potencial barreira estratégica, utilizando as ilhas como postos avançados de apoio, para mitigar eventuais riscos ao continente e reforçando a presença brasileira na sua costa. Além disso, essa zona também poderia ser vista como um ponto relevante para ampliar a capacidade de

monitoramento das rotas marítimas e linhas de comunicação no Atlântico Sul central, com destaque para o papel da Ilha da Trindade nesse contexto.

Figura 40 – Zona-tampão brasileira



Fonte: Elaboração própria

A representação dessa zona por meio de triângulos faz alusão à estratégia clássica de triangulação, amplamente empregada tanto na navegação quanto na estratégia militar. Esse método utiliza pontos de referência ou interesse para determinar com precisão a localização de um objeto ou delimitar áreas específicas (Balzacq, 2014). Além disso, a triangulação foi frequentemente explorada por autores de geopolítica, como Therezinha de Castro, que desenvolveu a “Tese de Triangulação” e a “Tese de Triangulação Insular”, apresentadas em sua obra *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins* (1999).

Além disso, é relevante destacar que aqui se consideram as ameaças multifacetadas no ambiente marítimo descritas por Till (2018), já abordadas na seção 3.3 desta pesquisa. Entre essas ameaças estão a disputa por recursos, a poluição, a pirataria, o terrorismo, o tráfico e os conflitos relacionados à soberania. Esses desafios também foram mencionados por todos os

comandantes da Marinha entrevistados como alguns dos principais problemas enfrentados pelo Brasil em suas fronteiras marítimas.

Sendo assim, em relação à ilha da Trindade, destaca-se aqui que nas teorias de autores clássicos da geopolítica brasileira como Therezinha de Castro e Golbery Couto e Silva, já se atribuía importância estratégica à Ilha de Trindade. Esse reconhecimento é evidente em teorias como a já mencionada Tese da Triangulação Insular (1999) e a Tese dos Hemiciclos (1967). De forma semelhante, na zona concebida nesta análise, reforça-se o potencial de Trindade em desempenhar um papel central como posto avançado estratégico, contribuindo para a defesa e o fortalecimento do desenvolvimento país.

Essa zona-tampão pode ser analisada como um possível divisor entre as zonas de influência das duas principais potências marítimas presentes no Atlântico Sul: a brasileira, ancorada em seu território continental e ilhas oceânicas, e a britânica, sustentada pelo cinturão de oito territórios insulares localizados nas regiões central e sul do oceano. Essa configuração contribuiria para reduzir a assimetria de poder marítimo mencionada por Therezinha de Castro, ao limitar o alcance e o controle britânico sobre a porção sul do Atlântico, especialmente em áreas próximas ao continente americano, o que reforçaria a posição estratégica brasileira e ampliaria sua capacidade de atuação soberana na região.

A análise destaca a importância estratégica da Ilha da Trindade como um dos pontos geopolíticos mais relevante do Brasil. Sua posição central na costa brasileira a coloca como vértice principal em três dos quatro triângulos formados. Esse mapeamento reforça o argumento trazido no Quadro 5, posicionando a Ilha da Trindade como o principal ponto na geopolítica marítima brasileira. A experiência em campo demonstrou o alto nível de militarização da Ilha, diferentemente do que ocorre em Fernando de Noronha. No contexto da Defesa, essa localização privilegiada no Atlântico Sul reforça o potencial de Trindade como um ponto avançado de apoio na proteção do continente e de pontos importantes distantes da costa brasileira como as áreas ricas em recursos econômicos da Amazônia Azul. Além disso, ela está diretamente conectada a dois elementos cruciais para a geopolítica marítima brasileira: a Elevação do Rio Grande e as fronteiras marítimas da Cadeia Vitória-Trindade.

É importante destacar que, apesar da significativa importância geoeconômica da Elevação do Rio Grande e do arquipélago de São Pedro e São Paulo, bem como de sua evidente relevância ambiental, ambos apresentam limitações no que se refere à defesa e articulação estratégica. A ausência de um território terrestre capaz de abrigar as infraestruturas necessárias reduz sua “relevância geopolítica” em comparação com Trindade e Fernando de Noronha.

A ideia dessa zona, vinculada à estabilização das fronteiras marítimas do Brasil, especialmente em áreas da plataforma continental, integra proteção estratégica e segurança jurídica. No entanto, nota-se que a ausência de soberania no "corredor" que separa os limites do continente e Trindade e Martim Vaz – que permanece em disputa com a CLPC –, é um fator que prejudicaria a integridade desse recorte, fundamental para assegurar a capacidade do país de proteger seus territórios marítimos e terrestre.

Ademais, é importante destacar a assimetria entre os elementos do poder marítimo clássico e atual no Brasil. Enquanto o poder marítimo moderno se mostra bem consolidado, como discutido no capítulo 4, o país enfrenta deficiências nos elementos tradicionais, especialmente nos “instrumentos de guerra”. A Marinha do Brasil atualmente opera com recursos limitados, refletidos no reduzido número de navios disponíveis para patrulhar e monitorar a extensa área da Amazônia Azul, um desafio apontado pelo Comandante João Franswilliam em entrevista. Essa fragilidade na capacidade de vigilância é um fator que deve ser abordado para a possível efetivação da proposta da Zona-Tampão brasileira.

Além do fator da proteção, Trindade e Martim Vaz também se destacam como potenciais instrumentos de projeção do Estado brasileiro dentro do seu Entorno Estratégico. Esse potencial será ilustrado pela Zona-Trampolim, que será apresentada a seguir.

5.4. ZONA-TRAMPOLIM: TRINDADE, MARTIM VAZ E O ENTORNO ESTRATÉGICO

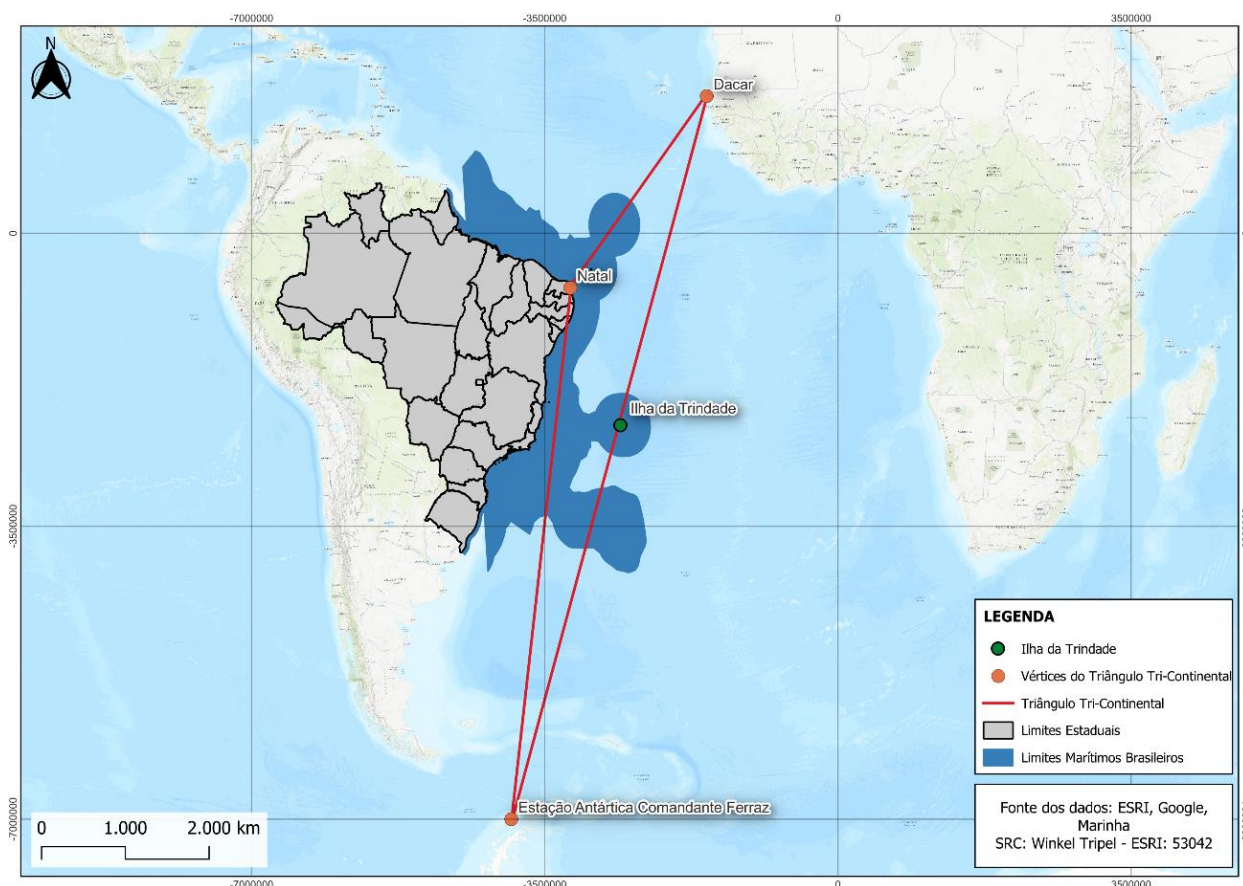
O conceito de Entorno Estratégico, conforme definido nos Documentos de Defesa do Brasil (Brasil, 2008; 2012; 2013; 2020), abrange as regiões banhadas pelo Atlântico Sul, onde o país exerce influência política, econômica e militar sobre as nações que integram esse espaço. Essa área é vista como prioritária para ações imediatas e também como um campo para o fortalecimento da presença brasileira por meio da Cooperação Sul-Sul, com o objetivo de ampliar sua atuação e garantir sua inserção na esfera global.

Dessa maneira, considerando as ambições geopolíticas do Brasil nos territórios terrestres do Entorno Estratégico – América do Sul, África e Antártida – pode-se conceber a ideia de uma "zona-trampolim" no Atlântico Sul (Figura 41), inspirada na articulação tri-continental proposta por Therezinha de Castro (1999). Essa configuração formaria um triângulo estratégico, com vértices localizados em pontos-chave para os definidos interesses nacionais na definição do Entorno Estratégico na Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2008): a cidade de

Natal, no Rio Grande do Norte; Dacar, no Senegal e a Antártida, representada no mapa pela Estação Antártica Comandante Ferraz.

A escolha de Natal e Dacar como vértices fundamenta-se no marco geopolítico da Rota Natal-Dacar, que representa um elo estratégico de conexão entre os continentes sul-americano e africano (Silva, 1981; Mattos, 1991; Castro, 1999; Souza e Visentini, 2023). A inclusão da capital do Senegal, em particular, reflete os esforços recentes do Brasil, sobretudo da Marinha, em estreitar relações com os países do noroeste africano por meio da Diplomacia Naval, em que o país enviou navios para países da região com o objetivo de fortalecer a cooperação e a capacidade das marinhas e guardas-costeiras de proteger o Atlântico Sul, “contribuindo para a sua estabilidade e seu desenvolvimento socioeconômico”⁵⁰.

Figura 41 – Zona trampolim do Atlântico Sul



Fonte: Elaboração própria

⁵⁰ Informações retiradas do site da Agência Marinha de Notícias. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/fragata-liberal-atraca-no-porto-de-dacar-no-senegal>; e <https://www.agencia.marinha.mil.br/internacional/navio-da-marinha-parte-rumo-ao-continente-africano-para-contribuir-com-seguranca>. Acesso em janeiro de 2025.

Essa zona representaria uma estratégia para favorecer a triangulação da navegação no espaço geopolítico do Atlântico Sul, intensificar as ligações da bacia oceânica – que tem o Brasil como área-pivot – e como “plataforma de lançamento” para impulsionar desenvolvimentos futuros dos países da região. Especialmente no contexto brasileiro, essa configuração representaria um passo importante em sua já mencionada aspiração de se estabelecer como a principal potência marítima regional e uma das influências globais mais relevantes.

Considerando o já mencionado contexto geopolítico do Atlântico Sul, a presença militar brasileira em territórios estrangeiros, similar às bases dos Estados Unidos em países aliados no Pacífico, não se revela com parte da estratégia geopolítica do país. No entanto, conforme aponta a literatura (Penha, 2011; Alencastro, 2019; Marcondes, 2023) e a entrevista com o Comandante Guilherme Santos, o Brasil tem buscado estreitar relações com a África Ocidental não por meio de bases militares, mas por estratégias de *soft power*. Exemplos disso são as operações GUINEX e a participação brasileira no OBANGAME EXPRESS⁵¹, que fortalecem os laços com os países africanos por meio da Diplomacia Naval e da cooperação no levantamento da plataforma continental de países como Angola e Namíbia (Leão et al., 2015).

Essa zona reflete as ideias apresentadas na seção 3.2 sobre a interpretação do Estado brasileiro a respeito da importância de fortalecer suas relações com os países sul-atlânticos, promovendo iniciativas como o MERCOSUL e a UNASUL na América, além da CPLP na África, com ênfase na revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Esse fortalecimento busca ampliar as conexões geopolíticas entre os atores do Atlântico Sul, com foco na aproximação do Brasil aos Estados da África Ocidental, uma região estratégica para aumentar o prestígio internacional do país. Além disso, a zona reforça o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), servindo como uma plataforma para ampliar a influência e a liderança diplomática, econômica e militar do Brasil no continente antártico, onde sua presença permanece limitada em comparação com outros Estados atuantes na região.

Nota-se que Trindade, Martim Vaz e suas fronteiras ocupam uma posição central no triângulo tri-continental, conferindo especial destaque à Ilha da Trindade como um potencial posto avançado. Essa localização estratégica dá a ilha a perspectiva de se tornar uma articuladora das operações vinculadas à zona e ao fortalecimento da cooperação em questões

⁵¹ Informação retirada da Agência Marinha de Notícias. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/navio-brasileiro-participa-de-exercicio-internacional-em-regiao-africana>. Acesso em janeiro de 2025.

de segurança e estabilidade em múltiplas frentes, alinhadas aos objetivos delineados nos já mencionados documentos estratégicos nacionais.

Sendo assim, as características singulares dessas ilhas oceânicas, combinadas com a proximidade de fronteiras marítimas importantes, como as incluídas no pleito da CVT e da Elevação do Rio Grande, evidenciam seu potencial como instrumento geopolítico. As reflexões aqui apresentadas, sublinham a importância dessas áreas na manutenção do controle territorial, no acesso e exploração de recursos econômicos, na diplomacia com os Estados costeiros do Atlântico Sul, bem como na sua função como bases para apoio logístico e operações militares, o que retorna ao entendimento do território como “abrigo e oportunidade”.

Ademais, esse entendimento explicita que a expansão das fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz não é apenas uma questão jurídica, mas uma estratégia geopolítica deliberada. Aliada a outras práticas de territorialização e ao fortalecimento da influência nacional, essa iniciativa contribui diretamente para consolidar o Brasil enquanto potência marítima em seu Entorno Estratégico.

No entanto, a proposta da Zona-Trampolim enfrenta desafios consideráveis, entre eles a pressão de iniciativas externas, como a Bacia Atlântica e o *Atlantic Centre*, que ameaçam o protagonismo brasileiro nas dinâmicas do Atlântico Sul. Além disso, a ausência de uma estratégia geopolítica bem definida e disseminada entre as instituições do país, aliada à falta de continuidade nos esforços de aproximação com nações africanas e sul-americanas a cada mudança de governo, enfraquece as iniciativas lideradas pelo Brasil, diminuindo a capacidade da efetivação dessa zona proposta nessa pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aprofundar a discussão sobre fronteiras marítimas, observa-se que, embora a noção de controle sobre os oceanos remonte a períodos históricos muito anteriores, o conceito de delimitação formal de espaços marítimos é relativamente recente, ganhando destaque no cenário pós-Primeira Guerra Mundial. Inicialmente, essas demarcações eram em grande parte definidas por decisões unilaterais ou tratados regionais, como a Declaração de Santiago em 1952 (Cabrera e Quiroz, 2022). No entanto, o grande marco nesse contexto foi a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que conferiu aos Estados costeiros o direito de estabelecer suas fronteiras marítimas de maneira juridicamente reconhecida.

O número de artigos levantados na revisão de escopo realizada nessa pesquisa sobre fronteiras marítimas ilustra isso. Casos como os das disputas territoriais nos Mares da China (Keyuan, 1999; Song, 2001; Mohamadi, Zarghami e Valizadeh, 2019; Luo, 2022), as reivindicações dos espaços oceânicos do Ártico (Biedermann, 2022; Li e Lynch, 2023) e da Antártica (Mattos e Câmara, 2020) e estudos sobre questões de ZEEs e direito marítimo dos mares da América Latina (Cabrera e Quiroz, 2022), Europa (Mazis e Sgouros, 2013) e África (Egede, 2004) demonstram que a preocupação com a delimitação dos limites e a expansão dos territórios estatais é uma algo central em todas as partes do globo.

Partindo dessa noção, esta pesquisa teve como objetivo analisar como a expansão das fronteiras marítimas de Trindade e Martim Vaz é empregada como estratégia geopolítica para fortalecer o Brasil como potência marítima em seu Entorno Estratégico. A hipótese central sustenta que a Ilha da Trindade e o arquipélago de Martim Vaz integram a geopolítica marítima brasileira e, em conjunto com o Nordeste, outras ilhas do país e as fronteiras ampliadas solicitadas à ONU, contribuiriam para o fechamento estratégico da parte do Atlântico Sul mais próxima ao território nacional, garantindo controle territorial, acesso a recursos econômicos como pesca, fósseis e minerais, além de fortalecer a presença do Estado na região.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre como os territórios insulares são vistos dentro da conjuntura da geopolítica marítima contemporânea, embasada na discussão teórica clássica e atual dessa área. A partir disso, se tornou possível explorar quais são as estratégias do Estado brasileiro para explorar a Ilha da Trindade e o Arquipélago de Martim Vaz em relação a criação de uma territorialidade e territorialização brasileira no Atlântico Sul. Procurou-se responder como e em que medida esse conjunto ilhas possui o potencial de ser instrumentalizado como ferramenta geopolítica brasileira dentro do seu Entorno Estratégico.

O primeiro capítulo apresentou, de forma detalhada e com fundamentação teórica, os métodos, materiais e participantes envolvidos na pesquisa. Na mesma seção, foram definidos os recortes espacial e temporal do estudo, destacando as principais características de Trindade e Martim Vaz, além de sua história de descoberta e ocupação desde o século XVI, também abordando o histórico do LEPLAC e o processo de formação das fronteiras brasileiras a partir da criação da UNCLOS, em 1982.

No capítulo seguinte, foi construída por meio de uma extensa revisão bibliográfica a base teórica e conceitual que foi utilizada na pesquisa. Foi explorada a relação entre território e Estado a partir da perspectiva da geografia política e geopolítica, abordando desde as interpretações clássicas do final do século XIX até as concepções contemporâneas dessa dinâmica. Além disso, discutiu-se o conceito de Poder Marítimo, desde sua formulação por Alfred Mahan em 1891, analisando os avanços ao longo do tempo e detalhando a construção do pensamento naval, especialmente no contexto brasileiro, destacando as novas ideias e abordagens incorporadas ao poder marítimo no século XXI.

No Capítulo 4, foi construída uma exposição das principais estratégias geopolíticas adotadas pelo Brasil para ampliar suas fronteiras marítimas na região da Cadeia Vitória-Trindade. Essa análise resultou da combinação das informações discutidas nos capítulos anteriores com dados obtidos na análise dos documentos técnicos da ONU, documentos de defesa nacionais, entrevistas com integrantes do LEPLAC, da Marinha e pesquisadores, além de observações realizadas durante o trabalho de campo na Ilha da Trindade. Três estratégias foram destacadas: a geológica, baseada nos critérios da UNCLOS e da CLPC para a expansão legal da plataforma continental além das 200 milhas náuticas; a ambiental, que utiliza instrumentos como Unidades de Conservação para controle territorial, proteção de recursos naturais e fortalecimento do *soft power* nacional; e a científica, que evidencia o uso da pesquisa como ferramenta de territorialização e elaboração de estratégias para o aproveitamento desse território.

Finalmente, o capítulo final trouxe uma discussão analítica sobre a formação das fronteiras marítimas brasileiras, relacionando essa questão às ideias da geopolítica clássica positivista racional do século XIX, porém com uma nova roupagem adaptada às demandas do Estado contemporâneo. Além disso, foi proposta uma classificação geopolítica das ilhas brasileiras, fundamentada em teorias clássicas e atuais do poder marítimo. Por fim, associando essas discussões, foram delineadas duas zonas estratégicas, com Trindade e Martim Vaz como ponto central de articulação: a Zona-Tampão, voltada para questões de segurança da Amazônia Azul e do continente; e a Zona-Trampolim, que reflete os interesses do Brasil em seu Entorno

Estratégico, bem como as iniciativas para ampliar presença e influência, especialmente na África Ocidental e na Antártida.

Concluiu-se então, que no contexto brasileiro, a importância das fronteiras marítimas na atualidade se materializa na adoção da ideia da "missão bandeirante" aplicada aos mares, que resgata a figura simbólica dos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII. Essa analogia é utilizada para representar a "marcha para o Leste", simbolizando o objetivo nacional de demarcar sua soberania sobre os territórios marítimos no Atlântico Sul, a Amazônia Azul. Essa abordagem evidencia a dependência histórica do país em relação ao mar para impulsionar seu desenvolvimento, mesmo antes de alcançar a independência como Estado.

Sendo assim, o caso das submissões referentes à plataforma continental brasileira ilustra de forma evidente o esforço do Estado em cimentar sua soberania sobre as fronteiras marítimas. Esse movimento reflete o objetivo estratégico de delimitar, de forma clara e reconhecida pela comunidade internacional, o que constitui território brasileiro e o que é classificado como “patrimônio comum da humanidade”. Além de garantir segurança jurídica ao país, essa iniciativa busca assegurar o controle exclusivo sobre o uso da área, evitando interferências externas, bem como preservar os recursos naturais presentes e reforçar as áreas de influência do país no Atlântico Sul.

De maneira abrangente, a pesquisa demonstrou que o Estado brasileiro, por meio de uma política de Estado que dura mais de 30 anos (LEPLAC), percebe-se que a expansão da plataforma continental como benéfica, pois permitiria ampliar sua fronteira leste em aproximadamente 960 mil km² – uma área maior que o estado do Mato Grosso, o terceiro maior do país. Apesar das mudanças de governo e estratégias ao longo desse período, o LEPLAC e, consequentemente, as ambições de expansão territorial marítima permaneceram ininterruptos, recebendo investimentos de milhões de reais. Isso torna ainda mais evidente a importância que a ampliação do território marítimo representa para o Estado brasileiro. Essa expansão garantiria ao país o direito de explorar recursos vivos e energéticos na região, ao mesmo tempo que reforçaria sua presença no Atlântico Sul, consolidando sua influência política, estratégica e econômica nessa área de relevância geopolítica.

No caso específico da Margem Oriental/Meridional, onde se encontra o recorte espacial desta pesquisa, fica evidente que, do ponto de vista territorial, o Brasil vislumbra encerrar o "corredor" existente entre Trindade e Martim Vaz e o continente, integrando completamente as suas fronteiras marítimas. Além de ampliar seu território na região da Elevação do Rio Grande, uma área que não estava no pleito original do Brasil, mas se tornou um ponto central das ambições brasileiras no mar.

Sob o aspecto econômico, a expansão dos limites dessas áreas viabilizaria a exploração de recursos valiosos, como os nódulos polimetálicos, que incluem os minerais terras raras, essenciais para a transição energética e a indústria de alta tecnologia. Segundo entrevistas realizadas nessa pesquisa, o Brasil apresenta uma postura que busca equilibrar interesses econômicos e ambientais, garantindo uma exploração sustentável na Amazônia Azul, algo pouco provável sob a gestão de empresas mineradoras estrangeiras.

No âmbito securitário, a expansão desempenharia um papel estratégico ao assegurar a proteção, tanto no aspecto jurídico quanto no de defesa, dos pontos cruciais para a geopolítica marítima do país. Esses elementos se mostram fundamentais para auxiliar na consolidação do país como principal potência marítima regional dentro do seu Entorno Estratégico e na projeção do país como uma das principais potências globais.

Nesse contexto, como destacado anteriormente, Trindade, Martim Vaz e suas fronteiras marítimas emergem como pontos estratégicos fundamentais para apoiar as aspirações do Brasil no oceano que o circunda. Assim, torna-se possível confirmar aqui a hipótese inicial de que esses territórios, em conjunto com outros pontos de interesse para a geopolítica brasileira, possuem o potencial de estabelecer um domínio abrangente sobre o Atlântico Sul.

As Zonas-Tampão e Trampolim apresentadas nesta pesquisa buscaram ilustrar essas questões, articulando o contexto nacional contemporâneo com fundamentos teóricos clássicos da geopolítica brasileira. Contudo, considerando as limitações inerentes a uma dissertação de mestrado, é fundamental enfatizar que essas ideias não se configuram como propostas concretas para o Brasil, mas sim como reflexões destinadas a contribuir para análises futuras sobre o papel e o potencial do país no cenário geopolítico e geoestratégico do Atlântico Sul.

Therezinha de Castro em seu livro clássico “Retrato do Brasil” (1986) discorre que:

Meditar sobre o Brasil é um exercício que cabe a todos brasileiros [...] para onde iremos nós nesse mundo conturbado pelo conflito, pelos sinais de crise em todos os setores? Meditar, meditar, meditar, muito especificamente acerca de nossa posição estratégica diante do cenário internacional, através da história e nos dias de hoje, a desafiar o país (Castro, 1986).

Sendo assim, essa pesquisa buscou auxiliar futuras produções na área da geopolítica marítima, que apesar de amplamente debatido por acadêmicos das Forças Armadas, ainda é pouco explorada no meio acadêmico civil no Brasil, especialmente sob a ótica da Geografia. Ao integrar entrevistas com os membros da Marinha e a análise de diversos artigos produzidos por militares, também se propôs um diálogo mais estreito entre essas duas esferas.

Porém, devem ser destacadas algumas limitações que essa pesquisa enfrentou. A principal delas foi impossibilidade de acessar os documentos dos pleitos brasileiros de expansão

da plataforma continental apresentados à ONU em 2004 e 2018, o que restringiu uma análise mais detalhada sobre os argumentos técnicos e jurídicos utilizados pelo Brasil. Além disso, a ausência de vínculo efetivo dos autores com a Marinha influenciou o acesso a determinadas informações, tornando a pesquisa dependente do que os entrevistados estavam dispostos a compartilhar. Essas limitações, embora não comprometam as conclusões do estudo, evidenciam a necessidade de novos esforços para promover a aproximação mencionada no parágrafo anterior.

Além disso, a pesquisa buscou contribuir para o aprofundamento desse tema, considerando que as teorias clássicas de autores como Alfred Mahan, Julian Corbett, Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva ainda desempenham um papel fundamental nas discussões sobre geopolítica marítima, mas mostra-se necessário o esforço de revisitar e reinterpretar os espaços oceânicos à luz das dinâmicas do mundo contemporâneo. Também pretendeu-se destacar o Atlântico Sul como um objeto de estudo único e altamente relevante no contexto global. Já que, embora atualmente não ocupe uma posição central no cenário geopolítico, sua importância tem crescido significativamente no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERONI, A.; JECK, I. Brazilian Continental Margin morphology: ridges, rises, and seamounts. In: SANTOS, A.; HACKSPACHER, P. *Meso-Cenozoic Brazilian Offshore Magmatism: Geochemistry, Petrology, and Tectonics*. Cambridge: Academic Press, 2022.
- ALBERONI, A. et al. *The new Digital Terrain Model (DTM) of the Brazilian Continental Margin: detailed morphology and revised undersea feature names*. Geo-Marine Letters, v. 40, p. 949–964, 2020.
- ALBUQUERQUE, A. *Jurisdição brasileira sobre a plataforma continental além das 200 milhas*. Revista Marítima Brasileira, v. 128, n. 3, p. 21-25, 2008.
- ALBUQUERQUE, E. *A (Geo)Política de Defesa Brasileira*. Revista de geopolítica, v. 1, n. 1, p. 46-59, 2010.
- ALBRECHT, T.; TSETSOS, K.; GRUNWALD, P. Concept of Sea Power. In: SOOKERMANY, A. *Handbook of Military Sciences*. Nova Iorque: Springer, 2021.
- ALENCASTRO, L. *As três eras do Atlântico Sul*. Revista USP, n. 123, p. 13-28, 2019.
- ALLAHVERDIZADEH, R.; KARIMI, M. *A New Approach to the Theory of Seapower in the 21st Century (In Times of War and Peace)*. Geopolitics Quarterly, v. 18, n. 4, p. 383-411, 2023.
- ALMEIDA, F. *Ilhas oceânicas brasileiras e suas relações com a tectônica atlântica*. Terræ Didactica, v. 2, n. 1, p. 3-18, 2006.
- ALVES, E. et al. Ocean fracture zones: their evolution and impact on tectonic and magmatism of the South and Southeast Brazilian continental margin. In: SANTOS, A.; HACKSPACHER, P. *Meso-Cenozoic Brazilian Offshore Magmatism: Geochemistry, Petrology, and Tectonics*. Cambridge: Academic Press, 2022.
- ALVES, R. *Ilha da Trindade & Arquipélago Martin Vaz: um ensaio geobotânico*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.
- ANDRADE et al. Geopolítica do Atlântico Sul, vigilância e defesa da Amazônia Azul. In: PÊGO et al. *Fronteiras do Brasil: O litoral em sua dimensão de fronteira*. Brasília: Ipea, 2023.
- AQUINO, G. *A influência dos elementos baseados em terra na guerra naval: uma breve comparação entre Brasil e China*. Revista Marítima Brasileira, v. 139, n. 2, p. 166-175, 2019.
- AQUINO, S. *Repercussões militares da expansão soviética na África*. Revista Marítima Brasileira, v. 104, n. 1, 1984.
- ARAÚJO, G. *Nação, nacionalismo e racionalização edênica nos interiores do território brasileiro*. Revista Presença Geográfica, v. 5, n. 2, 2018.

- ARRAES, V. *A presença britânica na Ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro*. Revista de Informação Legislativa, v. 38, n. 153, p. 241-253, 2002.
- AZEVEDO, D. *Espacialidades e retóricas de soberania: a eleição presidencial brasileira 2018*. Revista da Anpege, v. 19, n. 38, 2023.
- AZEVEDO, D.; NOGUEIRA, R. *Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática*. Brasília: Caliantra, 2023.
- AZEVEDO, D.; URIAS, G.; OLIVEIRA, L. *A Revisão da Literatura como método de pesquisa na Geografia: uma scoping review*. Boletim Paulista de Geografia, n. 109, p. 65-88, 2023.
- AZEVEDO, D. RIBEIRO, R. *Expedições, excursões e trabalhos de campo no entendimento geográfico*. Boletim Goiano de Geografia, v. 44, n. 1, 2024.
- BAER, G. Alfred Thayer Mahan and the Utility of US Naval Forces Today. In: DORMAN, A.; SMITH, M.; UTTLEY, M. *The changing face of maritime power*. Londres: Palgrave Macmillan, 1999.
- BALZACQ, T. *The significance of triangulation to critical security studies*. Critical Studies on Security, v. 2, n. 3, p. 377-381, 2014.
- BANDEIRA, L. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*. Temas & Matizes, n. 14, p. 9-32, 2008.
- BARACUHY, B. *Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman*. Brasília: FUNAG, 2021.
- BARBOSA, J. *A Elevação do Rio Grande (ERG) como continuação da plataforma continental estendida brasileira à luz do direito internacional*. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituições e Negócios, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2022.
- BECKER, B. *A Geografia e o Resgate da Geopolítica*. Revista Espaço Aberto, v.2, n.1, p.117-150, 2012.
- BIEDERMANN, R. *Exploring Sino-Russian-Nordics triangular relations: complex balancing along the Polar Silk Road*. Journal of Contemporary European Studies, v. 30, n. 4, p. 623-639, 2022.
- BORILE, G.; CALGARO, C. *Geopolítica Ambiental e a dimensão internacional da proteção do meio ambiente*. Revista Culturas Jurídicas, v. 6, n. 13, p. 208-225, 2019.
- BOSE, H. *Influence of Alfred Thayer Mahan on Japanese Maritime Strategy*. Journal of Defense Studies, v. 14, n. 1-2, p. 49-68, 2020.
- BRASIL. *Estratégia Nacional de Defesa*. Ministério da Defesa, 2008.
- BRASIL. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Ministério da Defesa, 2012.

- BRASIL. *Minuta do Livro Branco de Defesa Nacional*. Ministério da Defesa, 2016.
- BRASIL. *Plano Estratégico da Marinha 2040*. Estado-Maior da Armada. Brasília, 2020.
- BRASIL. *Política Nacional de Defesa*. Ministério da Defesa, 2013.
- BRASIL. *Presidência da República. Casa Civil. Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005*. Política de Defesa Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm#:~:text=DECRETO%20Nº%205.484%2C%20DE%2030,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em novembro de 2023.
- BURNHAM, J. *Scopus database: a review*. Biomedical Digital Libraries, n. 3, v. 1, 2006.
- BUSCH, J. *Oceanopolítica: uma alternativa para el desarrollo*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1993.
- CABRERA, D.; QUIROZ, A. *La Zona Económica Exclusiva: el papel geopolítico de la Corte Internacional de Justicia en los casos Perú–Chile y Nicaragua– Colombia (2001-2014)*. Geopolítica(s), v. 13, n. 1, p. 83-113, 2022.
- CAPILLA, R.; TORRES, L. Proposta de extensão e estabelecimento do limite exterior da plataforma continental brasileira meridional (Projeto LEPLAC II), abrangendo aspectos geológicos, geoquímicos e geofísicos. In: *51º Congresso Brasileiro de Geologia*. Belo Horizonte, 2024.
- CASTRO, I. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, T. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- CASTRO, T. *O Mar: Enfoque Geopolítico*. A Defesa Nacional, v. 70, n. 708, 2021.
- CASTRO, T. *Oceanopolítica*. A Defesa Nacional, v. 70, n. 709, p. 107-126, 2021.
- CASTRO, T. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
- CAZAROTTO, R. *Leituras de Friedrich Ratzel na produção geográfica brasileira contemporânea*. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 30, n. 1, 2006.
- CHIOZZO, V. *Diplomacia Naval: instrumento de política externa no mar*. Revista Marítima Brasileira, v. 138, n. 2, p. 31-42, 2018.
- CHOI, Y. *The Blue Economy as governmentality and the making of spatial rationalities*. Dialogues in Human Geographies, v. 7, n. 1, p. 37-41, 2017.
- CLEMENTE, E. *Ambientes terrestres da ilha da Trindade, Atlântico Sul: caracterização do solo e do meio físico como subsídio para criação de uma unidade de conservação*. Tese (Solos e Nutrição de Plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

- CLPC. *Scientific and technical guidelines of the Commission on the Limits of the Continental Shelf*. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n99/171/08/pdf/n9917108.pdf>. Acesso em outubro de 2024.
- COMBLIN, J. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORBETT, J. *Some Principles of Maritime Strategy*. Londres: Longmans, Green & Co., 1911.
- COSTA, W. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992.
- COSTA, W. *Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica (dialogando com Inás Elias de Castro)*. Revista Espaço e Geografia, v.25, n.1, p. 1-17, 2022.
- CRUZ, D.; SOUSA, A. Teorias Geopolíticas: Sea Power, Heartland e Rimland. In: SPOSITO, E.; CLAUDINO, G. *Teorias na Geografia: Mundos Possíveis*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2023.
- CUNHA, M. *O conceito de Zona Econômica Exclusiva na Convenção sobre o Direito do Mar: perspectivas e novas responsabilidades para os Estados do terceiro mundo*. Revista Marítima Brasileira, v. 108, n. 2, p. 99-107, 1988.
- DE SANTO, E. *Militarized marine protected areas in overseas territories: Conserving biodiversity, geopolitical positioning, and securing resources in the 21st century*. Ocean and Coastal Management, v. 184, p. 1-13, 2020.
- DODDS, K. *Flag planting and finger pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf*. Political Geography, v. 29, p. 63-73, 2010.
- DORMAN, A.; SMITH, M.; UTTLEY, M. *The Changing Face of Maritime Power*. Nova Iorque: Springer, 1999.
- DÖRRBECKER, M. *Exclusive Economic Zones In the South Atlantic (2018)*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Exclusive_economic_zones_in_the_South_Atlantic.png. Acesso em janeiro de 2024.
- DU, D. et al. *The Age of Cryopolitics is Coming*. Bulletin of Chinese Academy of Science, v. 35, n. 4, p. 514-522, 2020.
- DUNN, K. Engaging Interviews. In: HAY, L.; COPE, M. *Qualitative Research Methods in Human Geography*. Ontario: Oxford University Press, 2021.
- EGEDE, E. *The Nigerian Territorial Waters Legislation and the 1982 Law of the Sea Convention*. International Journal of Marine and Coastal Law, v. 19, n. 2, p. 151-176, 2004.
- ELDEN, S. *The birth of territory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- ELIAS-ROBERTS, A. *Legal Reflections on the Guyana-Venezuela Maritime Issue*. Caribbean Journal of International Relations & Diplomacy, v. 2, n. 1, p.13-36, 2014.

- ESTERHUYSE, A. *Seapower: a guide for the twenty-first century* / Geoffrey Till. *Scientia Militaria*, v. 38, n. 1, p. 136-139, 2011.
- FEKETE, L. *Civilisational racism, ethnonationalism and the clash of imperialisms in Ukraine*. *Race and Class*, v. 64, n. 4, p. 3-26, 2023.
- FERREIRA, D. *Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na Ciencia Geográfica*. *Revista Campo-Território*, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.
- FERREIRA, F.; ZANOTELLI, C. *Circuito espacial da produção e o círculo de cooperação da indústria do petróleo: O caso da Petrobras*. *Espaço e Economia*, n. 9, n. 20, 2020.
- FONSECA, D. *De Tordesilhas às Bandeiras: a expansão territorial do Brasil e a atividade militar*. In: I Simpósio Nacional de História Militar, Londrina, p. 1-22, 2016.
- GIRAUT, F.; HOUSSAY-HOLZSCHUCH, M. *Place Naming as Dispositif: Toward a Theoretical Framework*. *Geopolitics*, v. 21, 2016.
- GOES FILHO, S. *As Fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.
- GOUGH, B. *Maritime Strategy: The Legacies of Mahan and Corbett as Philosophers of Sea Power*. *The RUSI Journal*, v. 133, n. 4, p. 55-62, 1988.
- GOTTMANN, J. *A evolução do conceito de território*. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.
- GUILOYLE, D.; CHAN, E. *Lawships or warships? Coast guards as agents of (in)stability in the Pacific and South and East China Sea*. *Marine Policy*, v. 140, 2022.
- GURJAR, S. *Russia Returns to the Indian Ocean: Exploring the Expanding Strategic Presence*. *India Quarterly*, v. 78, n. 3, p. 413-430, 2022.
- GRAY, C. *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GRYGIEL, J. *Great Powers and Geopolitical Change*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- GUSMÃO. *Ilha da Trindade: síntese histórica*. Brasileira Fotográfica, 2019. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=posto-oceanografico-da-ilha-da-trindade>. Acesso em janeiro de 2024.
- HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade*. Porto Alegre: s.ed., 2004.
- HAESBAERT, R. *Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial*. In: COELHO NETO, A.; SANTOS, E.; SILVA, O. *(Geo)grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana: UEFS, 2010.
- HARVEY, D. *O espaço como palavra-chave*. *Geographia*, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- HEMMINGS, A.; STEPHENS, T. *The extended continental shelves of sub-Antarctic Islands: implications for Antarctic governance*. *Polar Record*, v. 46, n. 239, p. 312-327, 2010.

- HOREJS, B. et al. *The Aegean in the Early 7th Millennium BC: Maritime Networks and Colonization*. Journal of World Prehistory, n. 28, p. 289-330, 2015.
- HOLMES, J. *Mahan, a "Place in the Sun," and Germany's Quest for Sea Power*. Comparative Strategy, v. 23, n. 1, p. 27-61, 2010.
- HOLMES, J.; YOSHIHARA, T. *China and the Commons: Angell or Mahan?*. World Affairs, v. 168, n. 4, p. 172-191, 2006.
- HOLMES, J.; YOSHIHARA, T. *The Influence of Mahan upon China's Maritime Strategy*. Comparative Strategy, v. 24, n. 1, p. 23-51, 2006.
- HUANG, Y.; LIU, Y. *Encountering and Experiencing the Geopolitics of Tourism (Im)Mobilities: A Case of China's Tourism in the South China Sea*. Australian Geographer, v. 54, n. 4, p. 545-559, 2023.
- HUANG, Y. *Consuming geopolitics and feeling maritime territoriality: The case of China's patriotic tourism in the South China Sea*. Political Geography, v. 98, 2022.
- HSIAO, A. *China and the South China Sea "Lawfare"*. Issues & Studies, v. 52, n. 2, 2016.
- HOLLANDA, F. *Geoestratégia e Geopolítica Mundial*. Revista Marítima Brasileira, v. 93, n. 2, p. 119-137, 1973.
- HOLLANDA, F. *Geopolítica e o mar*. Revista Marítima Brasileira, v. 94, n. 2, p. 133-153, 1974.
- IORA. *About IORA*. Disponível em: Disponível em: <https://www.iora.int/en/about/about-iora>. Acesso em dezembro de 2023.
- KAPLAN, R. *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. Nova Iorque: Random House Publishing, 2013.
- KATSANEVAKIS et al. *Marine conservation challenges in an era of economic crisis and geopolitical instability: The case of the Mediterranean Sea*. Marine Policy, v. 51, p. 31-39.
- KEARSLEY, H. *Rethinking Maritime Power Theory*. Comparative Strategy, v. 2, p. 195-211, 1992.
- KENNEDY, P. *Mahan versus Mackinder: Two Interpretations of British Sea Power*. Militaergeschichtliche Zeitschrift, v. 16, n. 12, p. 39-66, 1974.
- KENNEDY, P. *The Influence and the Limitations of Sea Power*. The International History Review, v. 10, n. 1, p. 2-17, 1988.
- KEYUAN, Z. *Maritime Boundary Delimitation in the Gulf of Tonkin*. Ocean Development and International Law, v. 30, n. 3, p. 235-254, 1999.

- KUPRIYANOV, A. *Geopolitics of the Sea: The Idea of Ocean Control in the Political Discourse of Independent India*. Vestnik RUDN International Relations, v. 19, n. 2, p. 234-246, 2019.
- KUSHNIR, O. *Russian Geopolitical Advancements in the Black Sea Region: the Annexation of Crimea*. Athenaeum, v. 56, p- 111-135, 2017.
- LACOSTE, P. *Stratégie navale: Guerre ou dissuasion?*. Armées d'aujourd'hui, v. 81, n. 61, 1981.
- LASSERRE, J. *Les Rôles Géopoliques du Saint-Laurent*. Cahiers de Géographie du Québec, v. 24, n. 61, p. 135-144, 1980.
- LASTRES, H. et al. *Desafios e oportunidades da era do conhecimento*. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 3, p. 60-66, 2002.
- LEITE, C. *A Projeção anfíbia no apoio à política externa: Construindo parcerias no Atlântico Sul*. Revista Marítima Brasileira, v. 135, n. 3, p. 79-85, 2015.
- LEÃO, B. et al. *Relações Brasil-África: A importância Estratégica do Golfo da Guiné*. In: *XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional*, Pirassununga, 2015.
- LI, X.; LYNCH, A. *New insights into projected Arctic Sea road: operational risks, economic values, and policy implications*. Climate Change, v. 176, n. 30, 2023.
- LIDAREV, I.; PANT, H. *India and maritime governance in the Indian ocean: the impact of geopolitics on India's involvement in maritime governance*. Contemporary South Asia, v. 30, n. 2, p. 269-286, 2022.
- LIMA, I. *A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica*. Espaço Aberto, v. 3, n. 2, p. 149-168, 2013.
- LOBO, B. *Conferência sobre a Ilha da Trindade*. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 22, p. 106-164, 1918.
- LONGO, A. *Os interesses marítimos brasileiros e a terceira Conferência sobre o Direito do Mar*. Revista Marítima Brasileira, v. 105, n. 2, p. 41-85, 1985.
- LUO, S. *China-South Korea Disputes in the Yellow Sea: Why a More Conciliatory Chinese Posture*. Journal of Contemporary China, v. 31, n. 138, p. 913-930, 2022.
- JUNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG. *Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa*. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.
- LAKATOS; MARCONI. *Metodologia Científica*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MACHADO, L. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. Revista Território, n. 8, p. 7-23, 2000.

- MACKINDER, H. *The Geographical Pivot of History*. The Geographical Journal, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.
- MACKINDER, H. *The Round World and Winning of the Peace*. Foreign Affairs, v. 21, n. 4, p. 595-605, 1943.
- MAHAN, A. *Influence of sea power upon history, 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1891.
- MAHAN, A. *Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812*. Boston: Little, Brown and Company, 1892.
- MAIA, T. et al. *Abrolhos Magmatic Province petrogenesis and its link with the Vitória-Trindade Ridge, Southeast Brazilian Margin, South Atlantic Ocean*. Journal of South American Earth Sciences, v. 120, 2022.
- MAIA, T. et al. *First petrologic data for Vitória Seamount, Vitória-Trindade Ridge, South Atlantic: a contribution to the Trindade mantle plume Evolution*. Journal of South American Earth Sciences, v. 108, 2021.
- MARCONDES, D. *O Brasil de volta à África? Desafios e oportunidades para o engajamento brasileiro com o continente africano*. CEBRI - Revista, n. 6, p. 136-154, 2023.
- MARCONDES, V.; BRISOLA, A. *Análise por triangulação de métodos: Um Referencial para pesquisas qualitativas*. Revista Univap, v. 20, n.35, p. 201-208. 2014.
- MARCONI; LAKATOS. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- MAREI, N.; Richard, Y. *Regionalizações do mundo e integração macrorregional: por um aumento da generalidade geográfica*. In: AZEVEDO, D.; NOGUEIRA, R. Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática. Brasília: Calianandra, 2023.
- MARRONI, E.; ASMUS, M. *Geopolitical Strategy for the Territorialism of Oceans and Seas*. International Journal of Geosciences, v. 4, n. 7, 2013.
- MARTINS FILHO, J. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MATTOS, C. *Fronteiras do Brasil*. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 7, n. 20, p. 115-129, 1991.
- MATTOS, L.; CÂMARA, P. *A ciência antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil*. Revista Marítima Brasileira, v. 140, n. 1, p. 15-23, 2020.
- MAWYER, A. *Floating islands, frontiers, and other boundary objects on the edge of Oceania's futurity*. Pacific Affairs, v. 94, n. 1, p. 123-144, 2021.

- MAZIS I.; SGOUROS, G. *The Greek EEZ: Principles of a Geopolitical Analysis*. Civitas Gentium, v. 3, n. 1, p. 109-32, 2013.
- MOFFAT, I. *Corbett: A Man Before His Time*. Journal of Military and Strategic Studies, v. 4, n. 1, p. 10-35, 2001.
- MOHAMADI, H.; ZARGHAMI, E.; VALIZADEH, H. *Analysis of the reasons for focusing the US strategy towards Asia-Pacific*. Geopolitics Quarterly, v. 15, n. 54, p. 173-195.
- MONTEIRO, L. *O vetor territorial e vetor reticular da segurança internacional*. GEOgraphia, v. 24, n. 52, 2022.
- MONTEIRO, L. *Geopolítica da segurança na América do Sul: o papel do Brasil e os dilemas de uma região em transição*. L'Espace Politique, 2017.
- MAHUE, D.; GARCEZ, D. *A plataforma continental brasileira e sua relação com a zona costeira e a pesca*. Mercator, v. 4, n. 8, p. 69-88, 2005.
- NOHADANI, S. *A Geopolítica do Irã de Acordo com a Teoria dos Espaços Tampão Geográficos*. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 9, n. 17, p.189-211, 2020.
- NOORALI, H; AHMADI, S. *Highlighting the Geopolitical Challenges Facing the China One Belt One Road Initiative*. Geopolitics Quarterly, v. 18, n. 66, p. 34, 2022.
- OPESKIN, B. *Australia's territorial sea: International and federal implications of its extension*. Ocean Development and International Law, v. 22, n 4, p. 395-431, 1991.
- O'LEAR, S. *Environmental geopolitics: an introduction to questions and research approaches*. In: O'LEAR, S. *A Research Agenda for Enviromental Geopolitics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020.
- OLIVEIRA, L; AZEVEDO, D. *A geopolítica brasileira e os 40 anos de existência (1983-2023) das publicações da revista da escola de guerra*. Caderno de Geografia, 2025. (mimeo)
- OLIVEIRA, L. *Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável (1945-1992)*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019.
- ONU. *International Trade Statistics Yearbook 2022, Volume I*. Nova Iorque: Nações Unidas, 2023.
- ONU. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em outubro de 2024.
- PAIVA, A.; MENDES, C.; MEDEIROS, S. *A Guinada para o Atlântico Sul: a influência do Brasil nas relações ao leste e a diversificação de parcerias com a África Ocidental*. Hemisfério, v. 5, p. 57-76, 2019.

- PASQUALON, N. et al. *Emplacement dynamics of alkaline volcanic and subvolcanic rocks in Trindade Island, Brazil*. Journal of Volcanology and Geothermal Research, v. 406, 2020.
- PENHA, E. Geografia Política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In: SANTOS, M. *Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- PENHA, E. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- PIZZOLO, P. *The legacy of Admiral von Tirpitz: a geopolitical understanding of China's naval buildup through sea-denial strategies*. Italian Political Science Review, v. 52, n. 3, p. 297-312, 2022.
- RAMUTSINDELA, M. et al. *The geopolitics of protected areas*. Geopolitics, v. 25, n. 1, p. 240-266, 2020.
- RAMOS, J. *As ilhas oceânicas do Atlântico Sul e sua defesa*. Âncoras e Fuzis, n. 47, p. 52-56, 2016.
- RATZEL, F. *O Solo, a Sociedade e o Estado*. Revista do Departamento de Geografia, n. 2, p. 93-101, 1983.
- REIS, R. *Atlântico Sul e Amazônia Azul: Um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?*. Revista Marítima Brasileira, v. 134, n. 2, p. 29-45, 2014.
- ROCHE. From dusty to digital: Archival Research. In: HAY; COPE. *Qualitative Research Methods in Human Geography*. Ontario: Oxford University Press, 2021.
- ROWAN, J. *The U.S.-Japan Security Alliance, ASEAN, and the South China Sea Dispute*. Asian Survey, v. 45, n. 3, p. 414-436, 2005.
- SADDINGTON; HILLS. *Geopolitics and humiliation: The 'sinking islands' of Tuvalu*. Political Geography, v. 105, 2023.
- SALATINO, A. et al. *A política externa brasileira na gestão de Ernesto Araújo: Uma leitura a partir da geopolítica de Golbery Couto e Silva*. Anais da FEPEX, v. 1, n. 1, 2021.
- SANTOS et al. Vitória-Trindade seamounts: undersaturated alkaline series evolution from an enriched metasomatized source. In: SANTOS, A.; HACKSPACHER, P. *Meso-Cenozoic Brazilian Offshore Magmatism: Geochemistry, Petrology, and Tectonics*. Cambridge: Academic Press, 2022.
- SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI. *Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n.1, 2009.
- SCHOTTLI, J. *Power, Politics and Maritime Governance in the Indian Ocean*. Abingdon: Routledge, 2015.

- SCOTT, D. *Small Island Strategies in the Indo-Pacific by Large Powers*. Journal of Territorial and Maritime Studies, v. 8, n. 1, 2021.
- SHINTAKU; BRITO; NETO. *A avaliação dos portais de revistas brasileiros implementados com o SEER/OJS por meio do levantamento da indexação pelo Latindex e SciELO*. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 2, p. 139-148, 2014.
- SLOAN, G. *Geopolitics, geography and strategic history*. Geopolitical Theory. Abingdon: Routledge, 2017.
- SLOAN, G. *Sir Halford J. Mackinder: The Heartland theory then and now*. The Journal of Strategic Studies, v. 22, n. 2-3, p. 15-38, 1999.
- SILVA, A. *O Atlântico Sul na perspectiva da segurança e da defesa*. Revista Marítima Brasileira, v. 134, n. 3, p. 41-55, 2014.
- SILVA, A. *O novo pleito brasileiro no mar: A Plataforma Continental Estendida e o Projeto Amazônia Azul*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013.
- SILVA, A. *Protecting the Vitoria-Trindade Chain: Legal clarifications and alternatives toward a marine protected area in the Brazilian outer continental shelf*. Marine Policy, v. 136, 2022.
- SILVA, G. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SILVA, J. *Geopolítica e Fronteira Oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva*. Revista Geográfica de América Central, n. 58, p. 125-150, 2017.
- SINGH, K. *The Changing Paradigm of India's Maritime Security*. International Studies, v. 40, n. 3, p. 229-245, 2003.
- SONG, Y. *The PRC's Peacetime Military Activities in Taiwan's EEZ: A Question of Legality*. The International Journal of Marine and Coastal Law, v. 16, n. 4, p. 625-643, 2001.
- SOUZA, A.; MONTEIRO, M. *A Importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico*. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2021.
- SOUZA, M. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, K. et al. *Aspectos políticos-estratégicos dos recursos minerais da área internacional dos oceanos*. Parcerias Estratégicas, n. 24, p. 95-111, 2007.
- SOUZA, M.; VISENTINI, P. *A importância geoestratégica do Nordeste brasileiro no pensamento de Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos*. Revista de Geopolítica, v. 14, n. 3, p. 1-16, 2023.

- SOUZA, R. *A mitologia bandeirante: construção e sentidos*. História Social, v. 11, n. 13, p. 151-171, 2011.
- STERGIOU, A. *Eastern Mediterranean Energy Geopolitics Revisited: Green Economy Instead of Conflict*. Journal of Balkan and Near Eastern Studies, v. 25, n. 4, p. 604-625, 2023.
- STOREY, D. *States, territory and Sovereignty*. Geography, v. 102, n. 3, p. 116-121, 2017.
- SUMIDA, J. *Alfred Thayer Mahan, geopolitician*. The Journal of Strategic Studies, v. 22, p. 36-62, 1999.
- TELLES. *A efetividade da matriz de amarração de Mazzon nas pesquisas em Administração*. Revista de Administração, v. 36, n. 4, p. 64-72, 2001.
- TEIXEIRA JÚNIOR, A. *O Brasil e a criação do Conselho de Defesa e Segurança Sul-Americano da UNASUL: cooperação e balanceamento como estratégias de autoajuda*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- TILL, G. *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. Abingdon: Routledge, 2018.
- TILL, G. *Sir Julian Corbett and the Twenty-First Century: Ten Maritime Commandments*. In: DORMAN, A.; SMITH, M.; UTTLEY, M. *The Changing Face of Maritime Power*. Londres: Palgrave Macmillan, 1999.
- TONELLI, N. *A dimensão da ocupação britânica da ilha brasileira de Trindade (1895-1896)*. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2, 1995.
- TURMANIDZE, T. *Buffer States: Power Policies, Foreign Policies and Concepts*. Nova Iorque: Nova Science Publisher Inc, 2009.
- VAZ, C.; MIGON, E. *O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em segurança & defesa na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 28, n. 56, p. 110-131, 2013.
- VENTURA, V. *Environmental Jurisdiction in the Law of the Sea: The Brazilian Blue Amazon*. Berlim: Springer, 2020.
- VIANNA FILHO, A. *Geopolítica e fronteiras*. Revista Marítima Brasileira, v. 100, n. 1, p. 81-103, 1980.
- VIANNA FILHO, A. *Geopolítica na Venezuela*. Revista Marítima Brasileira, v. 101, n. 3, p. 135-148, 1981.
- VIDAL, L. *Recursos econômicos da plataforma continental brasileira e os aspectos tecnológicos, políticos e sociais para a sua exploração*. Monografia (Curso de Estado-Maior) – Escola de Guerra Naval, 2009.

- VISENTINI, P. *O flanco leste do Entorno Estratégico do Brasil: o desafio securitário do Atlântico Sul e do litoral da África*. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 37, n. 80, p. 94-108, 2022.
- VOROZHEINA, Y.; KURGANSKII, A. *Genesis and Evolution of the Polish Geopolitical Concept of Intermarium*. Sovremennaya Evropa, v. 2023, n. 1, p. 127-138, 2023.
- WIGHT, M. *Power Politics*. Londres: Leicester University Press, 1995.
- WILLRICH, E. *A Geopolítica e o Entorno Estratégico Brasileiro (2012 e 2016)*. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo-SP, 2018.
- WU, X.; VELASCO, J. *Examining the Philippines' China policy: great powers and domestic politics*. Australian Journal of International Affairs, v. 76, n. 6, p. 672-693, 2022.
- ZANIRATO, S. *Estratégias brasileiras de poder e territorialização para o controle das ilhas do Atlântico Sul*. Scripta Nova, v. 26, n. 27, 2012.